

# INFORMATIVO CONJUNTURAL

Maceió, ano 9, nº 23 - Julho 2009

Cenário analisado  
Janeiro/Dezembro 2007



Secretaria de Estado  
do Planejamento e  
do Orçamento





**Governo do Estado de Alagoas**  
**Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento - SEPLAN**  
**Superintendência de Produção e Gestão da Informação - SUPEGI**  
**Diretoria de Estudos e Pesquisas**  
**Gerência de Pesquisas**

# **INFORMATIVO CONJUNTURAL**

**Julho – 2009**  
**MACEIÓ - AL**

**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**Governador** - Teotônio Brandão Vilela Filho

**Vice - Governador** - José Wanderley Neto

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO - SEPLAN**

**Secretário** - Júlio Sérgio de Maya Pedrosa Moreira

**Secretário Adjunto** – Antonio Carlos Sampaio Quintiliano

**Chefe de Gabinete** - Elizabeth Cardoso de Lima

**Diretor de Administração e Finanças** - José Carlos Medeiros Silva

**SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

**Superintendente** - José Cândido do Nascimento

**GERÊNCIA DE PESQUISAS**

**Gerente** – Vera Helena Wanderley Cavalcante

**EQUIPE TÉCNICA**

Cícera Dinalva Matos Dantas

Eli Nicácio de Lima

Marcia Núbia Barbosa Lopes

Rosângela Maria de Melo My

Silvéte de Albuquerque Nogueira

Vera Helena Wanderley Cavalcante

**ESTAGIÁRIOS**

André Cavalcanti Assumpção Loureiro

Danyelle Silva Costa

Márcio de Carvalho Santos

Michael Denison Lemos Martins

INFORMATIVO CONJUNTURAL é uma publicação anual da SEPLAN/AL. Disponível para consultas e *download* no site [http:// www.seplan.al.gov.br](http://www.seplan.al.gov.br) . É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte

**Biblioteca Luiz Sávio de Almeida**

**Bibliotecária Responsável: Elisabete Maria M. de Souza – CRB-4/546**

Informativo Conjuntural – ano 9, nº 23 (2009)- - Maceió:  
Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento, 2009

V.: il Color.; 21cm

Anual

Os dados são do cenário analisado janeiro/dezembro de 2007

1. Economia – Alagoas. 2. Estatística – Alagoas

CDU 33(813.5)

31(813.5)

Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN

R. Dr. Cincinato Pinto, 503 – Centro – Maceió-Alagoas

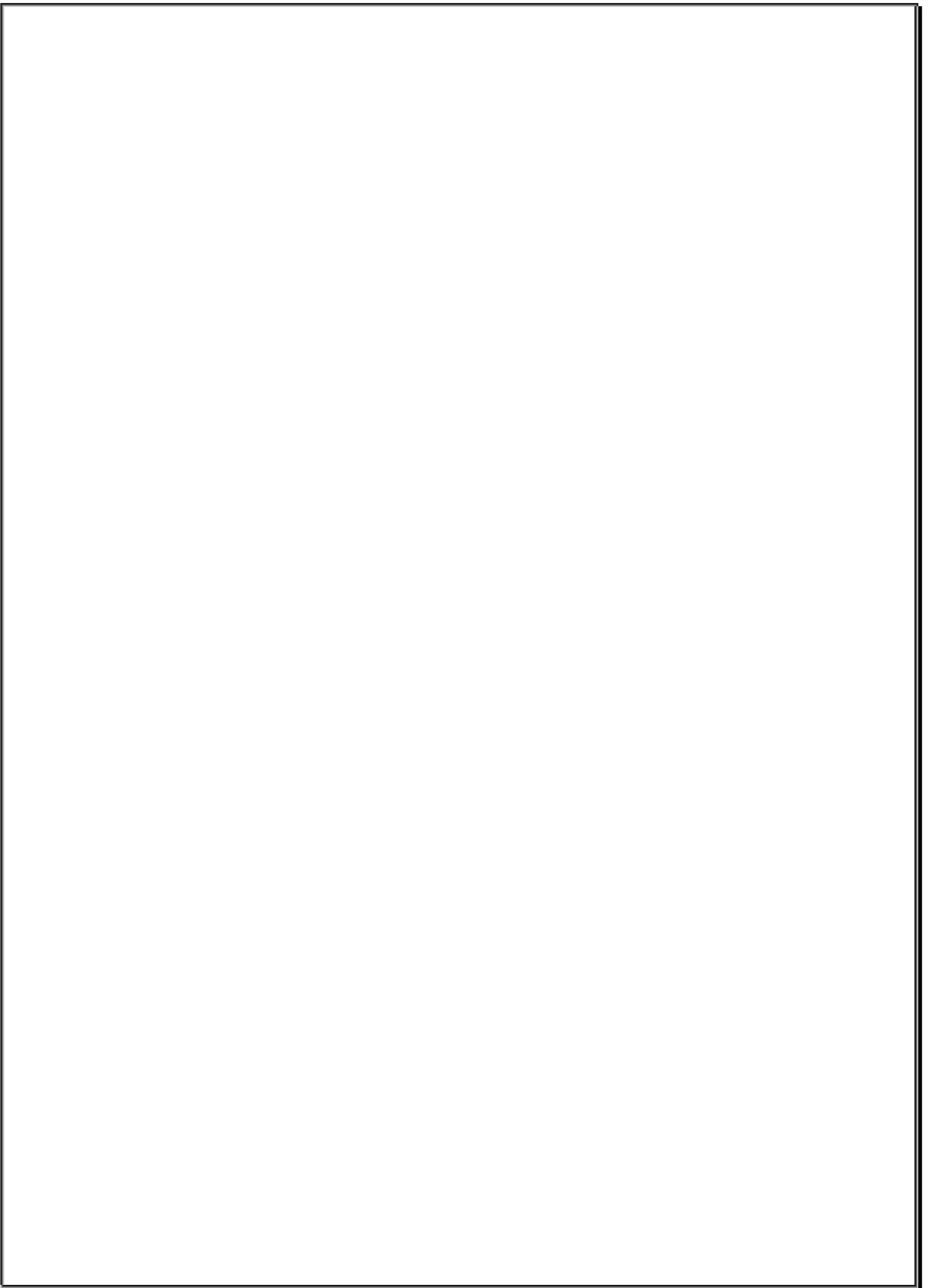
CEP.: 57020-050 – fone: (82)3315-1533 – fax.: (82)3315-1524

<http://www.seplan.al.gov.br>

[biblioteca@seplan.al.gov.br](mailto:biblioteca@seplan.al.gov.br)

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
ARTIGOS .....	8
- Resultado do Tesouro Estadual .....	8
- Exportações de Serviços no Brasil: O que os dados mostram.....	24
- Os Desafios do Setor de Petróleo e Gás no Brasil.....	27
- Prioridade para Conservação da Energia Elétrica .....	29
ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO DE ALAGOAS .....	31
ATIVIDADE AGRÍCOLA.....	33
ATIVIDADE INDUSTRIAL .....	45
- Segmento Sucroalcooleiro .....	46
- Salgema.....	50
- Cimento.....	54
SERVIÇOS .....	56
- Turismo.....	56
- Transporte.....	59
Aeroportuário.....	59
Portuário.....	63
COMÉRCIO .....	66
- Vendas – Inadimplência – Cheques.....	66
BALANÇA COMERCIAL .....	70
ENERGIA ELÉTRICA .....	79
ÁGUA.....	85
PETRÓLEO E GÁS NATURAL .....	93
FINANÇAS PÚBLICAS .....	98
MERCADO DE TRABALHO .....	105



## APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento (SEPLAN), por meio da Superintendência de Produção e Gestão da Informação-SUPEGI, apresenta a 23ª edição do Informativo Conjuntural, que mostra a *performance* da economia alagoana em 2007. O estudo inclui pesquisas, análises setoriais, índices econômicos, infográficos, notas técnicas e artigos elaborados por especialistas.

Esta publicação traz informações de curto prazo sobre os segmentos primário, secundário e terciário da economia local. Os dados referem-se às atividades agrícolas, com foco nas lavouras temporárias e permanentes, indústria - pontuando os setores sucroalcooleiro, químico e a produção de cimento - além de informações relativas ao turismo e transportes, comércio, petróleo e gás natural, balança comercial e finanças públicas.

Contempla, também, este informativo um capítulo sobre o resultado do Tesouro Estadual onde se faz uma análise do desempenho das finanças públicas no ano de 2007, abrangendo a estrutura de receitas e despesas da Administração Pública.

O estudo aborda ainda o comportamento da produção, do consumo, das oscilações registradas no mercado de trabalho formal alagoano em 2007 e a distribuição de energia. Sobre esse último tema, a publicação inclui dados de produção e do consumo de energia alternativa, no caso particular da biomassa gerada pelo bagaço da cana-de-açúcar.

Em nome desta SEPLAN e de toda a equipe da área de informação, registro aqui os nossos agradecimentos às instituições e às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, seja no fornecimento de dados estatísticos ou na produção de textos que integram este informativo.

**Sérgio Moreira**  
**Secretário**



## ARTIGOS

### ALAGOAS – Resultado do Tesouro Estadual 2007

\*Bartolomeu Bueno de Oliveira

\*\*Dorildo Lima Calheiros

No exercício financeiro de 2007, o Tesouro Estadual registrou um superávit orçamentário de 2,68%, resultado bem mais confortável que os 1,86% verificado no exercício anterior. As receitas realizadas totalizaram R\$ 3.447,4 bilhões; já as despesas orçamentárias, devidamente registradas (SIA-FEM), alcançaram R\$ 3.357,6 bilhões. Este desempenho positivo deve ser creditado a três fatores, que serão enumerados sem se levar em conta o nível de influência neste resultado:

1) o crescimento real das receitas do Tesouro Estadual (8,69%) que foi induzido principalmente pela excepcional performance da receita do Fundo de Participação dos Estados – FPE, acrescentou em termos reais 11,86% à receita do tesouro;

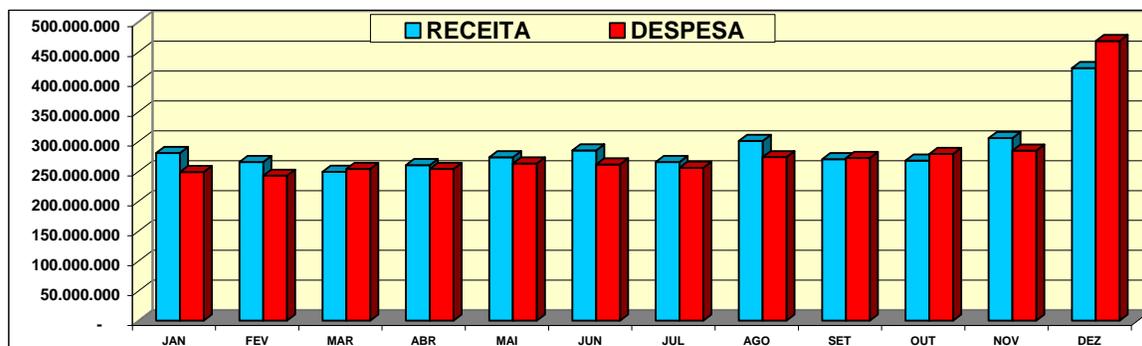
2) a retração real no item de despesa denominado de custeio/investimento na ordem de

(-26,41%);

3) o ingresso de R\$ 73,0 milhões, resultante da negociação da conta salário com a Caixa Econômica Federal.

O grupo das transferências federais continua a responder pela maior parcela de recursos que ingressa no Tesouro Estadual alcançando R\$ 1.750,1 bilhões; destes 91,27% são creditados ao FPE, maior fonte individual de financiamento das contas Públicas em Alagoas. R\$ 1.624,2 milhões representam o volume de recursos financeiros arrecadados pelo grupo denominado de receitas tributárias, que cresceu 12,09% em termos reais comparativamente ao ano de 2006 e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, com uma arrecadação de R\$ 1.401,7 bilhões, assume 86,30% deste montante.

COMPARATIVO: RECEITA X DESPESA - Janeiro-Dezembro/2007



<b>EVOLUÇÃO MENSAL DA RECEITA E DESPESA - Janeiro - Dezembro/2007</b>					
	RECEITA		DESPESA		(RECEITA / DESPESA)
	VALOR	VARIAÇÃO (%)	VALOR	VARIAÇÃO (%)	(%)
Janeiro	280.502.577,48	-	248.668.692,76	-	12,80
Fevereiro	265.674.824,90	-5,29	242.691.400,61	-3,45	10,65
Março	249.300.625,07	-6,16	254.022.279,48	4,69	-0,82
Abril	260.317.973,55	4,42	253.975.581,25	1,04	2,50
Mai	273.313.029,74	4,99	262.985.657,28	3,55	3,93
Junho	285.108.155,71	4,32	261.361.045,77	-5,44	14,65
Julho	265.620.680,53	-6,84	256.129.705,04	-2,00	3,71
Agosto	301.011.568,42	13,32	273.619.301,00	6,83	10,01
Setembro	270.115.432,21	-10,26	272.380.950,80	-0,45	-0,83
Outubro	268.031.812,73	-0,77	278.842.634,26	2,37	-3,88
Novembro	305.649.809,18	14,03	284.727.799,76	2,11	7,35
Dezembro	422.804.464,53	38,33	468.203.480,45	64,44	-9,70
<b>T O T A L</b>	<b>3.447.450.954,05</b>	<b>-</b>	<b>3.357.608.528,46</b>	<b>-</b>	<b>2,68</b>

Fonte: SEFAZ/AL

O quadro de um equilíbrio considerável altera-se de forma acentuada, quando se passa a incluir nos dispêndios as despesas com os restos a pagar do exercício financeiro de 2006, que totalizaram R\$ 86,4 milhões, constatando-se que o Tesouro Estadual resgatou parte do déficit estrutural apurado em dezembro de 2006 (R\$ 313,5 milhões – Boletim Econômico). Esta situação de desequilíbrio nas contas públicas estaduais deverá persistir por alguns exercícios financeiros, uma vez que as receitas, não criarão superávit financeiro capaz de liquidar o déficit acumulado no curto prazo, mesmo crescendo em termos reais mais que as despesas em cada exercício financeiro.

De janeiro a dezembro de 2007, as receitas do Tesouro Estadual cresceram nominalmente 12,59%, comparativamente a igual período de 2006, desempenho este que se situa um pouco abaixo da média dos últimos 04 anos (14%). O destaque maior coube ao grupo das receitas tributárias (16,08%), impulsionado principalmente pelo desempenho das receitas com o Imposto de Renda e o Imposto de Propriedade de Veículos Automotores – IPVA que cresceram 35,38% e 13,63%, respectivamente, e por sua vez o ICMS, que responde por mais de 85,0%

(R\$ 1.401,7 milhões) da arrecadação total deste grupo de receitas, apresentou um incremento de 9,41% comparativamente ao exercício financeiro de 2006. Há de se observar que este desempenho ficou bem abaixo do verificado no ano anterior (16,68%). No grupo das transferências federais, o destaque maior coube ao FPE, quando a análise se dar por conta do volume de recursos financeiros (R\$1.597,8 bilhões) com um crescimento de 15,85%, índice bem mais acentuado que o experimentado no exercício de 2006, (10,67 %), o que equivalerá a um aporte financeiro adicional ao Tesouro Estadual de R\$ 385,5 milhões no período em análise.

Destaque positivo também é observado para as receitas com a CIDE e dos recursos hídricos, com crescimento de 17,99% e 13,92%, respectivamente. Em contrapartida se teve retrações no volume de receita arrecadada através das transferências federais, especificamente nos royalties (xisto, gás, e petróleo) com (-17,95%) e no item fomento a exportações, que serve de complementação as receitas da Lei Kandir, com uma queda de (-8,87) comparativamente ao ano de 2006.

**COMPARATIVO: RECEITA TOTAL -VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Janeiro - Dezembro / 2006-2007**

Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES ATUALIZADOS PARA DEZEMBRO 2007 (1)		
	2006 (a)	2007 (b)	(b/a)%	2006 (a)	2007 (b)	(b/a)%
<b>RECEITAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>1.399.254.236,99</b>	<b>1.624.283.010,23</b>	<b>16,08</b>	<b>1.473.292.836,57</b>	<b>1.651.466.998,14</b>	<b>12,09</b>
ICMS	1.281.244.101,99	1.401.795.919,49	9,41	1.349.071.426,49	1.425.387.624,80	5,66
IPVA	67.131.705,14	76.279.878,15	13,63	70.683.265,68	77.529.827,49	9,69
ITCD	1.608.238,28	2.433.343,13	51,30	1.692.415,55	2.470.266,09	45,96
TAXAS	1.766.906,29	1.974.778,69	11,76	1.861.201,30	2.008.920,93	7,94
Fundo Combate Pobreza	30.795.749,04	33.118.613,90	7,54	32.427.948,83	33.709.877,82	3,95
TRANSF. IMP.RENDA	69.336.585,48	93.867.763,76	35,38	72.982.179,55	95.259.003,27	30,52
Outras Rec.Tributárias	16.707.536,25	14.812.713,11	-11,34	17.556.578,72	15.101.477,73	-13,98
<b>OUTRAS RECEITAS (2)</b>	<b>55.697.411,81</b>	<b>73.000.000,00</b>	<b>31,07</b>	<b>58.665.015,71</b>	<b>73.000.000,00</b>	<b>24,44</b>
<b>TRANSF. FEDERAIS</b>	<b>1.606.989.909,55</b>	<b>1.750.167.943,82</b>	<b>8,91</b>	<b>1.692.121.591,90</b>	<b>1.779.854.241,30</b>	<b>5,18</b>
FPE	1.379.240.067,49	1.597.841.367,92	15,85	1.452.636.953,75	1.624.870.543,28	11,86
IPI (Exportação)	9.373.806,10	9.452.700,14	0,84	9.868.567,02	9.603.598,02	-2,68
XISTO/GÁS (Royalties)	47.287.912,77	38.797.851,55	-17,95	49.843.476,84	39.476.075,77	-20,80
REC. HÍDRICOS	10.164.797,68	11.580.126,76	13,92	10.703.757,29	11.776.447,59	10,02
FEP	4.926.588,32	4.890.529,52	-0,73	5.187.233,62	4.973.351,77	-4,12
DNPM	56.482,72	1.576.279,64	2690,73	59.432,37	1.597.717,52	2588,30
L. Kandir(Q.parte Estado)	12.288.217,54	12.288.217,54	0,00	12.900.915,71	12.452.304,66	-3,48
CIDE	22.404.295,19	26.435.577,04	17,99	23.650.501,76	26.988.044,66	14,11
MP 193 CEX(Q.parte.Est)	51.911.156,26	47.305.293,71	-8,87	54.288.574,00	48.116.158,02	-11,37
<b>TOTAL</b>	<b>3.061.941.558,35</b>	<b>3.447.450.954,05</b>	<b>12,59</b>	<b>3.224.079.444,18</b>	<b>3.504.321.239,44</b>	<b>8,69</b>

Fonte: SEFAZ

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

(2) Recursos provenientes ds vendas do FCVS e Títulos CVS./ 2006

Recursos provenientes da conta salário a CEF./ 2007

**ARRECAÇÃO DO ICMS - ESTADOS DO NORDESTE - Valores em R\$ mil - 2004 - 2006**

ESTADOS	I C M S			Crescimento Nominal	
	2004	2005	2006	2005/2004	2006/2005
Bahia	7.132.795	7.820.843	8.604.177	9,65	10,02
Pernambuco	3.666.716	4.313.803	4.864.103	17,65	12,76
Ceará	2.994.507	3.144.615	3.755.799	5,01	19,44
Rio G. do Norte	1.394.727	1.616.466	1.913.542	15,90	18,38
Maranhão	1.183.362	1.464.279	1.827.931	23,74	24,83
Paraíba	1.144.414	1.336.562	1.532.786	16,79	14,68
<b>Alagoas</b>	<b>960.996</b>	<b>1.098.100</b>	<b>1.281.244</b>	<b>14,27</b>	<b>16,68</b>
Sergipe	873.018	1.010.710	1.146.648	15,77	13,45
Piauí	761.714	902.277	1.068.985	18,45	18,48

Fonte: COTEPE , SEFAZ/AL

**COMPARATIVO DO ICMS ARRECADADO - ALAGOAS - NORDESTE - BRASIL - 2006 - Valores em R\$ milhões**

Especificação	Alagoas	Nordeste	Brasil	Participação Percentual		
				AL / NE	AL / BR	NE / BR
Janeiro	115	2.214	14.402	5,19	0,80	15,37
Fevereiro	92	2.003	12.476	4,59	0,74	16,05
Março	90	1.916	13.714	4,70	0,66	13,97
Abril	101	2.104	13.469	4,80	0,75	15,62
Maio	123	1.923	13.517	6,40	0,91	14,23
Junho	96	2.001	13.857	4,80	0,69	14,44
Julho	92	2.030	13.608	4,53	0,68	14,92
Agosto	100	2.138	13.920	4,68	0,72	15,36
Setembro	94	2.507	15.028	3,75	0,63	16,68
Outubro	134	2.460	15.707	5,45	0,85	15,66
Novembro	118	2.279	16.538	5,18	0,71	13,78
Dezembro	126	2.420	15.891	5,21	0,79	15,23
<b>TOTAL</b>	<b>1.281</b>	<b>25.995</b>	<b>172.127</b>	<b>4,93</b>	<b>0,74</b>	<b>15,10</b>

Fonte: COTEPE , SEFAZ/AL

No item outras receitas tributárias, o montante de recursos financeiros arrecadados destacou um item denominado de outras receitas que contabilizou, no último trimestre do exercício financeiro de 2007, a quantia de R\$ 73,0 milhões, como já citado anteriormente receita esta fruto da renegociação da conta salário dos servidores públicos estaduais com a Caixa Econômica Federal. Isto resultou, também, num ingresso no exercício de 2006, na ordem de R\$ 55,6 milhões advindos desta receita pela venda de

títulos representativos da dívida pública federal, sendo R\$ 33,5 milhões relativos ao fundo de compensação de variações salariais – FCVS, negociados junto a CETIP, e R\$ 22,1 milhões de títulos CVS negociados com o BNDES. Por sua vez as transferências voluntárias efetivadas pelo Governo Federal, através de convênios aplicados nas diversas áreas de atuação do Poder Público Estadual, somaram R\$127,4 milhões em 2007 (fonte - SIAFEM).

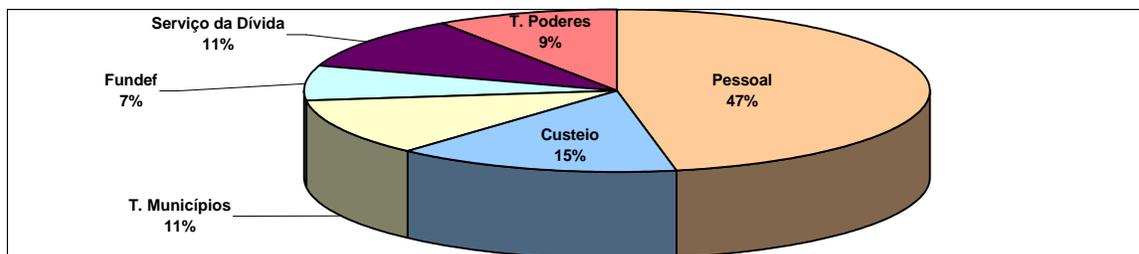
ARRECAÇÃO DO ICMS X PRODUTO INTERNO BRUTO - Valores em R\$ milhões - 2004 - 2005						
ESTADOS	PIB		I C M S		(ICMS/PIB)%	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Ceará	33.261	40.923	2.995	3.145	9,00	7,69
Piauí	8.611	11.125	762	902	8,85	8,11
Rio G. do Norte	15.906	17.862	1.395	1.616	8,77	9,05
<b>Alagoas</b>	<b>11.556</b>	<b>14.135</b>	<b>973</b>	<b>1.100</b>	<b>8,42</b>	<b>7,78</b>
Bahia	86.882	90.943	7.133	7.821	8,21	8,60
Paraíba	14.863	16.864	1.145	1.337	7,70	7,93
Pernambuco	47.697	49.904	3.667	4.314	7,69	8,64
Maranhão	16.547	25.326	1.183	1.463	7,15	5,78
Sergipe	13.121	13.422	873	1.011	6,65	7,53
<b>NORDESTE</b>	<b>248.445</b>	<b>280.504</b>	<b>20.133</b>	<b>22.720</b>	<b>8,10</b>	<b>8,10</b>
<b>BRASIL</b>	<b>1.766.621</b>	<b>2.148.000</b>	<b>138.249</b>	<b>155.164</b>	<b>7,83</b>	<b>7,22</b>

Fonte: IBGE - COTEPE

O volume das despesas orçamentárias do Tesouro Estadual, no exercício financeiro de 2007, alcançou R\$3.368,2 bilhões, com um incremento de 12,05%, havendo de se observar que este incremento supera os 8,86% constatados no ano anterior, apesar da redução no item de gastos custeio/investimento. No entanto este recuo não minimizou o impacto resultante do incremento nos gastos com pessoal do Poder Executivo (23,01%), causa principal do aumento nas contas públicas estaduais em 2007, equivalendo R\$288,1 milhões. As demais despesas que estão sob o controle do Tesouro Esta-

dual mantiveram-se dentro da média dos últimos anos, uma vez que suas performances estão atreladas ao comportamento das receitas, por exemplo: pagamento com o serviço da dívida pública e transferências constitucionais a municípios. As transferências a outros Poderes, incluindo-se o Ministério Público, apresentaram o menor incremento dos últimos exercícios, cabendo a redução no duodécimo da Assembléia Legislativa Estadual a responsabilidade por este quadro, uma vez que todos os demais componentes deste grupo tiveram incrementos em seus repasses financeiros em 2007.

### COMPOSIÇÃO GERAL DA DESPESA



O quadro, que demonstra a composição geral dos gastos pelos principais itens de despesas, apresenta um crescimento na participação da despesa com pessoal que consumiu 41% em 2006, saltando para 47% no exercício em análise, com exceção

do item citado e o referente às transferências constitucionais aos municípios que se manteve inalterado e os demais apresentaram um comportamento de queda comparativamente ao exercício anterior.

### TRANSFERÊNCIAS A PODERES E DESPESAS DO PODER EXECUTIVO - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Jan-Dez/2006-2007

Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES ATUALIZADOS PARA DEZEMBRO 2007 (1)		
	2006 (b)	2007 (b)	(b/a)%	2006 (a)	2007 (b)	(b/a)%
<b>Transf. a Poderes</b>	<b>358.627.485,56</b>	<b>385.775.383,92</b>	<b>7,57</b>	<b>377.729.661,54</b>	<b>392.502.857,06</b>	<b>3,91</b>
Tribunal de Justiça	141.050.238,30	168.645.622,80	19,56	148.599.799,82	171.592.264,12	15,47
Tribunal de Contas	43.052.163,96	50.404.955,94	17,08	45.340.313,45	51.276.429,07	13,09
Assembleia Legislativa	113.987.000,00	96.000.000,00	-15,78	120.022.415,63	97.677.349,00	-18,62
Ministério Público	60.538.083,30	70.724.805,18	16,83	63.767.132,64	71.956.814,86	12,84
<b>Poder Executivo</b>	<b>2.647.301.498,00</b>	<b>2.971.833.144,54</b>	<b>12,26</b>	<b>2.786.970.840,97</b>	<b>3.018.869.553,26</b>	<b>8,32</b>
Pessoal (Desp.Bruta)	1.252.172.418,29	1.540.299.542,44	23,01	1.318.251.924,86	1.564.664.080,39	18,69
Custeio / Investimento	454.695.191,70	330.363.145,97	-27,34	478.172.667,21	335.785.976,40	-29,78
Transf. a Municípios	336.815.578,70	407.190.890,71	20,89	354.751.204,52	413.694.074,41	16,62
Fundef / Líquido	222.583.368,80	258.770.453,90	16,26	234.466.983,45	263.047.443,82	12,19
Serviço da Dívida	381.034.940,50	435.208.348,48	14,22	401.328.060,92	442.997.437,40	10,38
<b>TOTAL</b>	<b>3.005.928.983,56</b>	<b>3.357.608.528,46</b>	<b>11,70</b>	<b>3.164.700.502,51</b>	<b>3.411.372.410,32</b>	<b>7,79</b>

Fonte: SEFAZ/AL

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

O volume de recursos financeiros que ingressou no Tesouro Estadual no 4º trimestre/2007 somou R\$ 996,4 milhões, com um crescimento nominal de 19,09%, quando comparado ao 3º trimestre, o que equivaleu a um incremento financeiro de R\$159 milhões; a receita com o FPE, principalmente a referente ao mês de dezembro (R\$ 185,7 milhões), foi a maior responsável pelo incremento, somando R\$ 439,9 milhões com um crescimento de 23,04% no período, seguida pelo ingresso da receita eventual de R\$ 73,0 milhões, já devidamente citada nesta análise. No grupo das receitas tributárias, o incremento foi quase nulo (1,16%), sendo destaque para a receita de transferência do imposto de renda

que é representada basicamente pelos descontos nos salários dos servidores públicos estaduais e que no mês de dezembro somaram-se ao 13º salário com um incremento de 53,65% comparativamente ao 3º trimestre/2007. A retração na receita com o IPVA se justifica pela sua sazonalidade; já a trajetória apresentada pela receita com o ICMS, com um crescimento de apenas (1,70%) neste 4º trimestre, foge as performances desta receita que vêm sendo constatadas nos últimos anos, no entanto não dispomos de elementos mais qualitativos que possam melhor esclarecer tal situação. A evolução dos demais itens de receitas pode ser visualizada nos quadros que compõem este documento.

<b>R E C E I T A - (Receita Tributária, Transf. Federais e Outras Receitas)</b>						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2007(b)	(a/b)%
Receitas Tributárias	134.189.683,11	158.263.134,01	153.492.862,28	445.945.679,40	440.831.115,16	1,16
ICMS	115.462.749,08	140.251.173,89	129.853.812,02	385.567.734,99	379.118.725,23	1,70
Outras Rec Tributárias	18.726.934,03	18.011.960,12	23.639.050,26	60.377.944,41	61.712.389,93	-2,16
<b>Transf. Federais</b>	<b>133.842.129,62</b>	<b>147.386.675,17</b>	<b>196.311.602,25</b>	<b>477.540.407,04</b>	<b>395.916.566,00</b>	<b>20,62</b>
FPE	117.026.174,04	137.210.744,65	185.745.990,66	439.982.909,35	357.593.139,41	23,04
Outras Transf. Federais	16.815.955,58	10.175.930,52	10.565.611,59	37.557.497,69	38.323.426,59	-2,00
<b>Outras Receitas (1)</b>			73.000.000,00	73.000.000,00	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>268.031.812,73</b>	<b>305.649.809,18</b>	<b>422.804.464,53</b>	<b>996.486.086,44</b>	<b>836.747.681,16</b>	<b>19,09</b>

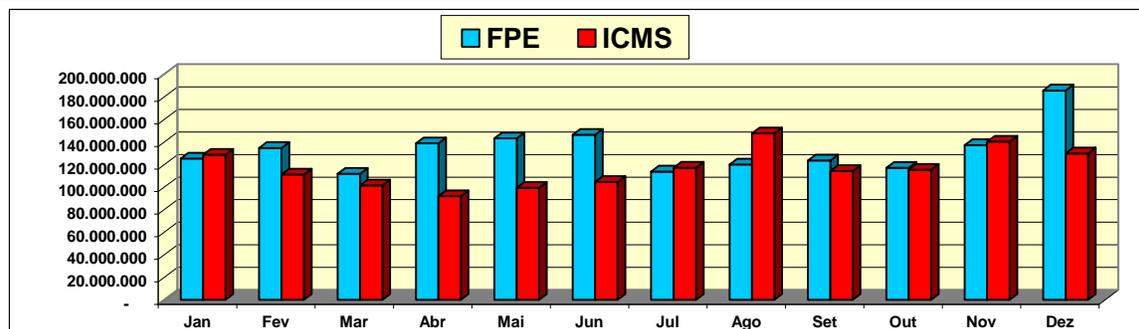
Fonte: SEFAZ

Nota: (1) - Recursos provenientes da conta salário a CEF

<b>T R A N S F E R Ê N C I A S F E D E R A I S</b>						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2007(b)	(a/b)%
FPE	117.026.174,04	137.210.744,65	185.745.990,66	439.982.909,35	357.593.139,41	23,04
IPI - exp	915.713,23	902.588,10	1.010.356,17	2.828.657,50	2.465.240,38	14,74
XISTO/GÁS (Royalties)	3.262.161,59	3.158.349,49	3.316.872,17	9.737.383,25	9.723.763,39	0,14
REC. HÍDRICOS	827.609,99	1.054.059,45	1.151.696,21	3.033.365,65	2.838.320,10	6,87
FEP	448.444,37	431.665,42	456.966,23	1.337.076,02	1.235.433,74	8,23
DNPM	5.744,42	4.485,56	4.938,31	15.168,29	1.523.598,69	-99,00
L. Kandir(Q.Parte/Est)	1.024.018,13	1.024.018,13	1.024.018,13	3.072.054,39	3.072.054,39	-
CIDE	6.731.499,48	-	-	6.731.499,48	6.662.722,79	1,03
MP 193 CEX(Q/Parte.Est)	3.600.764,37	3.600.764,37	3.600.764,37	10.802.293,11	10.802.293,11	-
<b>TOTAL</b>	<b>133.842.129,62</b>	<b>147.386.675,17</b>	<b>196.311.602,25</b>	<b>477.540.407,04</b>	<b>395.916.566,00</b>	<b>20,62</b>

Fonte: SEFAZ/AL

#### COMPARATIVO DAS RECEITAS DE ICMS E FPE - Janeiro - Dezembro/2007



A dependência do Tesouro Estadual do volume de recursos que são repassados pelo governo federal, sejam eles constitucionais ou voluntários, fica bastante evidenciada quando se faz o confronto entre as duas principais fontes de receitas estaduais, que são o FPE e o ICMS. No exercício financeiro de 2007, o FPE, como se tem observado ao longo dos anos superou em 13,98% o valor líquido do ICMS (ICMS - transferências a municípios 25% =

R\$ 1.051,3 bilhões), soma esta que se quer cobre os gastos com pessoal do Poder Executivo em 2007 (R\$1.540,2bilhões). A evolução mensal destas receitas pode ser melhor visualizada no gráfico acima.

Quanto às receitas voluntárias conforme citação anterior, o Governo Estadual recebeu R\$ 127,4 milhões fruto de convênios e outros instrumentos legais que regulam esta relação entre União e Estados.

<b>R E C E I T A T R I B U T Á R I A</b>						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2007(b)	(a/b)%
ICMS	115.462.749,08	140.251.173,89	129.853.812,02	385.567.734,99	379.118.725,23	1,70
IPVA	7.235.037,86	3.911.493,51	2.359.319,40	13.505.850,77	29.441.544,32	-54,13
ITCD	241.768,93	246.194,43	235.108,95	723.072,31	777.341,31	-6,98
TAXAS	180.601,33	158.279,08	138.392,62	477.273,03	527.782,84	-9,57
Fundo Combate Pobreza	2.331.863,15	2.984.055,17	3.014.570,89	8.330.489,21	7.895.997,93	5,50
TRANSF. I. RENDA	8.321.917,40	8.635.198,92	16.637.430,46	33.594.546,78	21.864.405,58	53,65
OUTRAS REC. TRIBUTÁRIAS	415.745,36	2.076.739,01	1.254.227,94	3.746.712,31	1.205.317,95	210,85
<b>TOTAL</b>	<b>134.189.683,11</b>	<b>158.263.134,01</b>	<b>153.492.862,28</b>	<b>445.945.679,40</b>	<b>440.831.115,16</b>	<b>1,16</b>

Fonte: SEFAZ

No exercício financeiro de 2007, a arrecadação do ICMS, discriminada por natureza de recolhimento, manteve a mesma configuração já constatada nas análises elaboradas nos últimos exercícios (Boletim Econômico). As exceções como sempre ficam por conta do desempenho dos itens ICMS, comunicação e energia elétrica, que se alternam a cada exercício, ora perdendo posições e por vezes com queda na arrecadação, quando se compara com igual período de exercícios passados. A exemplo do ICMS de energia elétrica que, em 2007, somou R\$ 125,3 milhões. No entanto, esta arrecadação chegou a R\$ 149,3 milhões no ano de 2006, o que resultou uma queda de (-16,09%) quadro este que nos parece sem justificativa, fato também ocorrido no exercício passado com a receita do item comunicação que, neste exercício de 2007, cresceu 20,94% e esta boa performance deve ser creditada a retração ocorrida

em 2006. Maior detalhe quanto ao desempenho destes itens de receitas, no período passado, pode ser visualizado no Boletim Econômico de 2006. Crescimento substancial também experimentou o item denominado de substituição tributária (18,33%), principalmente pela sua contribuição individual na formação da receita com o ICMS (R\$ 375,3 milhões); com destaque também para a receita com o título de remissão (parcelamentos com redução de encargos, dispensa de multas e outros benefícios tributários-Refaz Lei estadual nº 6567/2006), que alcançou R\$ 61,9 milhões. Apresentaram retrações em suas arrecadações, além de energia elétrica, o ICMS antecipado (-4,16%) e o parcelamento do setor sucroalcooleiro com (-1,40%). Já a receita advinda da cobrança da dívida ativa somou a irrisória quantia de R\$ 143,4 mil (Mam/ Sefaz).

<b>ARRECAÇÃO DE ICMS SEGUNDO A NATUREZA DO RECOLHIMENTO - 2006 e 2007</b>					
Especificação	2 0 0 6		2 0 0 7		Variação Nominal (2007/2006)%
	Valor	Participação %	Valor	Participação %	
Substituição Tributária	317.154.565,26	24,75	375.302.100,89	26,77	18,33
Normal	339.693.065,36	26,51	355.174.458,72	25,34	4,56
Comunicação	116.655.047,91	9,10	141.078.313,66	10,06	20,94
Telecomunicação lei 6410	-	-	26.794.139,11	1,91	#DIV/0!
Energia Elétrica	149.390.535,84	11,66	125.359.351,85	8,94	-16,09
Transporte	16.428.333,66	1,28	19.415.041,73	1,39	18,18
Remissão	19.594.494,32	1,53	31.736.084,35	2,26	61,96
Parcelamento Setor Sucroalcooleiro	38.253.449,88	2,99	37.718.643,88	2,69	-1,40
ICMS Antecipado Lei 6474/2004	141.321.199,90	11,03	135.441.362,61	9,66	-4,16
Outros	142.753.409,86	11,14	162.060.709,92	11,56	13,52
<b>TOTAL</b>	<b>1.281.244.101,99</b>	<b>100,00</b>	<b>1.401.795.507,49</b>	<b>100,00</b>	<b>9,41</b>

Fonte: SEFAZ/AL

**Subst. Tributária:** ICMS retido na fonte. (combustíveis, automóveis, bebidas, cigarros, produtos farmacêuticos, cimento e outros)  
**Normal:** Comércio Atacadista, Varejista, Indústrias.  
**Outros:** Demais itens não mencionados.

Como já frisado nos boletins trimestrais de 2007, ao contrário do ocorrido em anos anteriores, é considerável a receita que tem ingressado nos cofres públicos estaduais advindo da Lei 6410/2003 – ICMS telecomunicação e importação, operações estas que os seus demandadores podem beneficiar-se com a compra dos chamados precatórios junto a servidores públicos estaduais, utilizando-os para

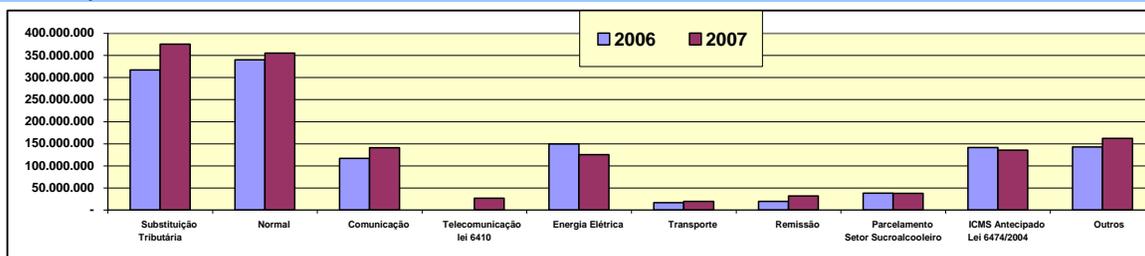
compensação de recolhimento do ICMS. No período de janeiro/dezembro de 2007, o Tesouro Estadual arrecadou R\$ 26,7 milhões de receita com este título.

Quando a trajetória da arrecadação de ICMS, por natureza de receita, é analisada pela participação no montante da receita arrecadada. O quadro também permanece quase inalterado comparati-

vamente ao mesmo período de 2006, e o item denominado de substituição tributária, que vem perdendo a hegemonia do maior contribuinte individual há bastante tempo, retorna a esta posição em 2007, participando com 26,77% do total arrecadado - o denominado de ICMS normal, que vem se alternando entre o 1º e 2º lugares, contribuiu com 25,34%,

apresentando uma leve queda quando se compara com os 26,51% do exercício de 2006; na terceira posição vem ICMS e outros seguidos por comunicação e o ICMS antecipado- Lei 6474/2004. Este último, juntamente com o item energia elétrica, apresentaram retrações nas suas participações para a formação da receita total com o ICMS em 2007.

ARRECAÇÃO DE ICMS SEGUNDO A NATUREZA DO RECOLHIMENTO - 2006 e 2007



O desempenho do grupo de ICMS denominado como diversas atividades econômicas, que tem a sua trajetória calcada na conformação do grupo titulado como arrecadação de ICMS, segundo a natureza do recolhimento, apresentou pequenas alterações em sua estrutura no decorrer do exercício financeiro de 2007. Quando se analisa a participação individualizada por arrecadação nas diversas atividades, com a denominação de prestação de serviços, apesar de uma pequena retração, comparada ao ano de 2006 (25,8%), mantém a primeira posição nesta distribuição com 23,8%; este decréscimo sem dúvida alguma está associado a não justificada queda de (-16,09%) na arrecadação do item energia elétrica, já devidamente citada ao longo desta análise. Os itens comércio atacadista e extração mineral refino

e engarrafamento com participações de 19,2% e 19,0%, respectivamente, praticamente estão iguais em 2º lugar, com uma arrecadação individual de R\$ 260,0 milhões, como constatado nos últimos 04 anos. A receita de ICMS - comércio varejista - tem apresentado um crescimento bastante elevado passando de uma participação de 14,5% em 2004 para os 18,7% do período em análise, somando R\$ 255,5 milhões; A categoria com a denominação indústria, em 2007, passou a reverter o processo de continuadas quedas que vinha experimentando já há alguns anos, contribuindo com 16,3% do total arrecadado contra os 15,7% logrado em igual período do ano de 2006, muito embora a sua participação já tenha chegado 21,5% no ano de 2004.

PARTICIPAÇÃO DAS DIVERSAS ATIVIDADES NA ARRECAÇÃO DO ICMS - PERÍODO: Jan-Dez/2007 - Valores em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
COMÉRCIO ATACADISTA	24,8	21,4	21,4	20,6	21,9	20,6	20,6	19,6	21,4	20,7	24,1	25,0
COMÉRCIO VAREJISTA	27,5	16,7	17,7	19,9	20,6	22,7	21,3	18,9	20,5	22,0	22,1	25,5
INDÚSTRIA	24,4	16,4	16,6	18,7	15,2	18,2	17,0	17,8	18,6	18,6	23,0	19,1
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	24,7	34,5	25,9	16,6	22,0	18,4	34,0	29,5	27,3	28,7	30,8	32,8
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	31,1	16,3	14,4	10,5	18,9	13,8	21,7	50,2	17,2	19,2	30,9	15,6
OUTRAS (1)	3,0	2,3	2,5	2,5	2,3	3,5	2,5	3,2	3,7	4,9	5,2	5,7
<b>TOTAL DA ARRECAÇÃO (Valor Principal)</b>	<b>135,5</b>	<b>107,6</b>	<b>98,5</b>	<b>88,8</b>	<b>100,8</b>	<b>97,2</b>	<b>117,1</b>	<b>139,2</b>	<b>108,7</b>	<b>114,1</b>	<b>136,1</b>	<b>119,8</b>

Fonte: SEFAZ/AL

(1) Atividades não identificadas - arrecadadas através de CNPJ, CPF - e demais atividades não relacionadas acima.

**COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS POR DIVERSAS ATIVIDADES - PERÍODO: Jan-Dez/2006 e Jan-Dez/ 2007 - Valores em R\$ milhões**

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Dez/2006		Jan-Dez/2007		Variação Nominal 2006/2007
	Valor	Part(%)	Valor	Part(%)	
COMÉRCIO ATACADISTA	222,7	17,9	262,0	19,2	17,7
COMÉRCIO VAREJISTA	230,5	18,5	255,5	18,7	10,9
INDÚSTRIA	196,1	15,7	223,5	16,3	14,0
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	322,1	25,8	325,2	23,8	1,0
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	242,4	19,4	259,8	19,0	7,2
OUTRAS (1)	34,9	2,8	41,3	3,0	18,2
<b>TOTAL</b>	<b>1.247,1</b>	<b>100,0</b>	<b>1.367,4</b>	<b>100,0</b>	<b>9,6</b>

Fonte: SEFAZ/AL

(1) Atividades não identificadas - arrecadadas através de CNPJ, CPF - e demais atividades não relacionadas acima.

Na composição da receita do ICMS entre os principais segmentos econômicos, a prestação de serviços ainda detém o maior percentual de contribuição na formação geral desta receita, com uma arrecadação de R\$ 325,2 milhões em 2007, os carros chefes deste segmento são: os sub-segmentos de telecomunicações e transmissão e distribuição de energia elétrica, que arrecadaram juntos de janeiro/dezembro de 2007 R\$ 301,0 milhões, o que corresponde a mais 90% desta receita; o de ICMS, advindo do segmento comércio atacadista, somando R\$ 262,0 milhões, cabendo ao sub-segmento comércio de álcool carburante, gasolina e demais derivados a contribuição maior na formação desta receita, mantendo uma média acima de 35% do volume deste ingresso; seguido pelo comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerantes e mercadorias em geral.

No segmento comércio varejista o quadro continua com a mesma estrutura apresentada nas últimas análises das receitas que compõem este detalhamento, prevalecendo à distribuição quase uniforme entre os itens mercadorias em geral, artigos de vestuários e complementos, lojas de departamentos e magazines, que juntos somam em média mais de 35% do total da receita desta atividade; Na composição do segmento indústria, três itens respondem por quase 50 % do total arrecadado correspondendo a R\$108,2 milhões no período de janeiro/dezembro de 2007, são eles: fabricação de açúcar bruto, que substitui o título de usinas de açúcar utilizado até o ano de 2006; automóveis, caminhonetes e utilitários e; cerveja e chopes; A extração de petróleo e gás natural, isoladamente, continua mantendo sua hegemonia dentro do segmento extração mineral, refino e engarrafamento respondendo por mais de 80%, seguida por refino de petróleo que apresenta variações substanciais ao longo do ano.

**PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SEGMENTOS NA ARRECADAÇÃO DO ICMS - Jan-Dez/2007**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>
<b>COMÉRCIO ATACADISTA</b>	<b>100,0</b>											
Álcool carburante, gasolina e demais derivados	37,1	43,1	34,9	38,2	35,6	37,7	37,2	34,5	30,7	30,4	35,8	36,1
Combustíveis de origem mineral em bruto	2,2	2,4	1,0	2,0	1,9	1,5	1,1	1,2	0,3	1,1	2,3	1,5
Cigarros, cigarrilhas e charutos	6,0	6,8	5,7	6,1	6,6	5,9	5,2	6,5	6,5	5,5	6,3	8,0
Mercadorias em geral	8,9	5,0	14,2	7,2	5,6	6,1	6,8	6,5	11,5	10,0	7,7	7,1
Peças e acessórios novos para veículos	0,7	0,6	0,6	0,8	0,5	0,5	0,4	0,9	1,0	0,7	0,6	0,7
Cosméticos e produtos de perfumaria	3,7	3,5	3,2	4,6	4,9	4,1	5,2	5,0	4,7	5,0	4,2	5,7
Com. atac. de medic. e drogas de uso humano	4,9	4,7	3,9	6,0	7,0	7,7	6,2	6,7	5,2	4,6	3,3	3,3
Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	12,0	8,9	8,9	8,3	8,1	9,2	9,5	9,3	9,9	10,5	10,7	10,7
Comércio atacadista de açúcar	4,0	4,7	4,7	5,0	4,6	4,9	4,9	5,1	4,6	4,8	4,2	4,1
Comércio atac. de produtos alimentícios em geral	4,2	3,8	4,5	4,3	4,2	4,7	4,9	3,6	4,2	5,0	3,8	3,5
Outros	16,4	16,5	18,3	17,5	20,8	17,8	18,7	20,7	21,4	22,2	21,0	19,2
<b>COMÉRCIO VAREJISTA</b>	<b>100,0</b>											
Máquinas e aparelhos e equipamentos elétricos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias em geral com pred. Prod. Alimentícios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias em geral - supermercados	14,7	12,3	11,2	11,9	12,0	10,8	9,5	11,8	11,7	10,6	15,6	9,3
Mercadorias em geral - hipermercados	7,1	8,0	8,4	6,9	5,7	7,1	7,9	8,3	9,8	7,9	8,4	8,0
Artigos do vestuário e acessórios	18,6	6,7	9,0	10,0	9,6	13,7	13,2	10,1	11,2	11,5	11,8	14,1
Lojas de departamentos e magazines	7,6	7,1	5,3	7,6	6,3	8,8	5,8	5,9	6,6	9,2	2,2	7,6
Materiais de construção em geral	3,8	5,1	5,0	4,7	4,6	4,4	4,5	5,0	5,3	4,6	4,0	4,2
Artigos de perfumaria, cosméticos e de higiene	2,2	1,9	1,8	1,5	0,0	1,9	2,1	2,0	2,0	2,1	1,9	1,8
Comércio varejista de móveis	4,2	5,2	4,8	5,0	5,1	4,8	5,0	5,4	4,5	7,5	6,3	7,2
Automóveis, camionetas e utilitários novos	4,2	5,2	4,8	4,5	8,1	5,1	4,8	5,3	4,6	3,9	3,6	4,6
Comércio varejista de tecidos	3,7	4,6	4,1	3,0	1,8	1,8	2,1	1,4	1,4	1,3	1,7	2,5
Comércio varejista de calçados	3,3	1,1	2,1	1,6	1,6	1,5	1,5	1,6	1,5	1,6	1,9	1,8
Comercio varejista de artigos de armarinho	2,4	2,1	1,9	2,9	3,1	2,8	2,8	3,2	3,2	3,0	3,3	2,8
Mercearias e armazens varejistas	3,7	3,1	4,0	3,3	2,9	2,7	-	-	-	-	-	-
Peças e acessórios novos para veículos	3,8	4,7	4,5	3,2	3,8	3,4	3,8	4,4	5,2	3,9	4,0	3,1
Comércio varejista de bebidas	2,6	5,9	6,6	5,4	7,2	6,1	5,3	3,8	5,0	3,4	7,2	7,2
Outros	22,3	32,2	31,1	28,6	28,3	25,1	31,7	31,7	27,9	29,6	28,0	25,8
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>100,0</b>											
Cervejas e chopes	16,2	20,1	15,3	10,5	8,9	8,9	14,8	13,4	12,1	15,3	11,5	14,9
Cimento	4,9	6,0	3,8	4,9	5,8	6,6	5,1	5,5	4,3	4,1	5,1	6,6
Automóveis, camionetas e utilitários	12,9	16,5	15,3	19,6	22,3	20,1	20,9	20,2	21,7	21,6	19,3	22,0
Cloro e Alcais	21,3	0,3	6,1	9,8	0,5	13,4	0,7	4,3	4,1	2,1	12,8	5,0
Moagem de trigo e fabricação de derivados	2,6	4,0	7,9	7,8	4,1	4,1	9,1	4,8	11,1	4,8	8,9	4,4
Usinas de açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de açúcar em bruto	10,6	16,1	20,5	15,6	16,6	16,8	16,2	15,5	15,2	17,3	12,6	13,9
Resinas termoplásticas	7,2	5,0	0,9	2,0	5,8	1,1	3,1	5,7	4,7	5,1	4,4	5,0
Tintas, vernizes, esmalte e laca	2,4	2,3	2,4	2,0	2,2	2,1	2,2	2,3	2,9	3,0	3,0	3,6
Gases industriais	1,6	1,8	1,9	1,9	2,3	1,5	1,9	2,2	2,1	1,9	1,5	1,7
Cigarros cigarrilhas e charutos	0,8	2,8	1,5	0,9	1,0	0,9	1,4	1,1	0,3	0,6	0,3	1,2
Produtos petroquímicos básicos	2,7	2,7	2,0	1,4	2,2	1,9	0,9	0,1	0,0	0,0	0,7	1,5
Álcool	1,9	0,6	0,4	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,5	2,3	1,7	1,4
Outros	14,9	21,6	22,2	4,7	28,0	22,4	23,6	24,7	21,0	21,8	18,0	18,8
<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>100,0</b>											
Transmissão e distribuição de energia elétrica	45,8	34,8	44,8	17,0	28,8	13,0	47,1	43,7	38,4	43,0	40,2	43,0
Telecomunicações por fio	12,1	40,4	28,2	28,7	36,4	34,0	25,2	26,0	26,9	22,7	28,9	22,7
Telecomunicações por satélite	4,3	2,8	3,6	5,6	4,9	5,6	3,3	3,7	3,8	4,0	3,9	3,6
Telecomunicações sem fio - Telefonia movel celular	19,2	6,6	11,6	34,8	19,7	17,5	12,2	10,7	13,2	9,9	13,5	12,2
Telecomunicações sem fio	8,7	9,6	4,2	2,4	2,0	20,8	6,6	9,3	11,4	12,0	6,6	11,9
Outros	10,0	5,8	7,7	11,5	8,2	9,2	5,7	6,6	6,3	8,4	6,9	6,6
<b>EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO</b>	<b>100,0</b>											
Extração de petróleo e gás natural	93,4	88,4	88,4	86,1	91,5	69,9	87,4	53,9	82,5	76,9	88,2	71,0
Refino de petróleo	5,8	9,8	9,8	9,9	7,0	28,2	11,5	45,6	15,9	21,6	10,8	27,0
Engarrafamento e gaseificação de água mineral	0,3	0,4	0,4	0,8	0,4	0,5	0,2	0,1	0,3	0,3	0,2	0,6
Extração de sal-gema	0,3	0,5	0,5	0,7	0,4	0,5	0,4	0,1	0,5	0,3	0,2	0,5
Outros	0,3	0,9	0,9	2,5	0,6	1,0	0,6	0,3	0,8	0,9	0,6	0,9

Fonte: SEFAZ/AL

No 4º trimestre/2007, as despesas do Tesouro Estadual somaram R\$ 1.031,7 bilhões, com um crescimento nominal de 28,63 % em comparação ao 3º trimestre do mesmo exercício, salientando-se que este elevado incremento deve ser debitado pelo volume de recursos financeiros envolvidos em face da inclusão do pagamento do 13º salário dos servidores do Poder Executivo no mês de dezembro, con-

trariando a prática implementada nos últimos anos, onde esta despesa ocorria a cada mês e ao crescimento acentuado de 148,45% nos gastos com o custeio/investimentos na máquina pública estadual neste período que chegou a R\$ 152,5 milhões; todos os demais itens de despesa que estão sob responsabilidade do Tesouro Estadual também apresentaram incrementos neste 4º trimestre. Já as transferências

a outros Poderes, incluindo-se o Ministério Público, não sofreram incremento neste período comparadas ao 3º trimestre, alcançando o montante de R\$ 96,6 milhões. A despesa com o pessoal dos órgãos da Administração Direta somou R\$ 292,2 milhões, valor equivalente a 60,49.% do total de gasto com pessoal daquele Poder, seguido pelo desembolso com inativos e pensionista que somou R\$141,3.

milhões, despesa esta que tem crescido bastante e deve ser assumida pelo fundo de pensão já criado, o AL – Previdência, o que não vem acontecendo pois este fundo foi criado no ano de 2002 e como já alertamos anteriormente sua implementação tem se dado de forma parcial no Poder Executivo e nos demais Poderes quase não se identifica qual é a relação efetiva entre estes o e o AL- Previdência .

<b>DESPESA - (Poder Executivo e Transferências a Poderes)</b>						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2007(b)	(a/b)%
<b>Transf. a Poderes</b>	<b>32.215.708,67</b>	<b>32.215.708,67</b>	<b>32.215.708,67</b>	<b>96.647.126,01</b>	<b>96.647.126,01</b>	0,00
Tribunal de Justiça	14.053.801,90	14.053.801,90	14.053.801,90	42.161.405,70	42.161.405,70	0,00
Tribunal de Contas	4.247.339,67	4.247.339,67	4.247.339,67	12.742.019,01	12.742.019,01	0,00
Assembleia Legislativa	8.000.000,00	8.000.000,00	8.000.000,00	24.000.000,00	24.000.000,00	0,00
Ministério Público	5.914.567,10	5.914.567,10	5.914.567,10	17.743.701,30	17.743.701,30	0,00
<b>Poder Executivo</b>	<b>246.626.925,59</b>	<b>252.512.091,09</b>	<b>435.987.771,78</b>	<b>935.126.788,46</b>	<b>705.482.830,83</b>	<b>32,55</b>
Pessoal (Desp.Bruta) (1)	121.811.220,78	124.463.344,50	236.833.593,22	483.108.158,50	367.879.129,99	31,32
Custeio / Investimento	35.904.309,92	37.300.115,15	79.375.199,69	152.579.624,76	61.412.921,00	148,45
Transf. a Municípios	29.934.959,78	36.191.868,71	52.069.827,04	118.196.655,53	112.443.120,00	5,12
Fundeb / Líquido	21.734.509,57	21.868.063,25	28.052.369,37	71.654.942,19	63.283.990,59	13,23
Serviço da Dívida	37.241.925,54	32.688.699,48	39.656.782,46	109.587.407,48	100.463.669,25	9,08
<b>TOTAL</b>	<b>278.842.634,26</b>	<b>284.727.799,76</b>	<b>468.203.480,45</b>	<b>1.031.773.914,47</b>	<b>802.129.956,84</b>	<b>28,63</b>

Fonte: SEFAZ/AL

Nota: (1) Inclui-se o 13º salário

<b>OUTRAS DESPESAS</b>						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2007(b)	(a/b)%
Restos a Pagar	4.353.337,43	4.026.010,05	7.158.035,79	15.537.383,27	15.666.662,00	-0,83
Precatórios/A Trabalhistas	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/AL

<b>DESPESA REALIZADA COM PESSOAL - Poder Executivo ( Adm. Direta e Indireta)</b>						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2007(b)	(a/b)%
Adm. Direta	73.591.926,57	74.879.142,95	143.774.795,49	292.245.865,01	220.023.386,17	32,82
Adm. Indireta	13.271.138,90	13.563.501,28	22.692.382,27	49.527.022,45	43.908.448,38	12,80
Pensões	13.930.465,96	14.975.715,64	29.700.789,50	58.606.971,10	42.536.926,16	37,78
Inativos	21.017.689,35	21.044.984,63	40.665.625,96	82.728.299,94	61.410.369,28	34,71
<b>TOTAL</b>	<b>121.811.220,78</b>	<b>124.463.344,50</b>	<b>236.833.593,22</b>	<b>483.108.158,50</b>	<b>367.879.129,99</b>	<b>31,32</b>

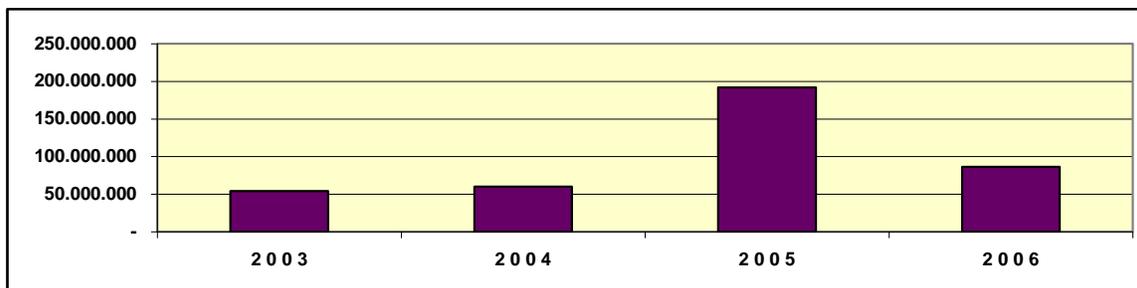
Fonte: SEFAZ/AL

Inclui-se o 13º salário

As despesas com restos a pagar do exercício financeiro de 2006, neste 4º trimestre, alcançaram R\$ 15,5 milhões, e o volume acumulado no período de janeiro/dezembro de 2007 somou R\$ 86,4 milhões, volume bem mais modesto que os R\$ 192,2 milhões despendidos com este título de despesa no exercício passado, valendo acrescentar que o volu-

me de restos a pagar de 2006 alcança a soma de R\$ 136,6 milhões e que o saldo restante comprometerá parte da receita do Tesouro Estadual que ingressará ao longo de 2008. No gráfico abaixo pode-se melhor visualizar o crescimento acelerado com esta despesa nos últimos exercícios financeiros.

**RESTOS A PAGAR - PERÍODO: 2003-2006**



**SERVIÇO DA DÍVIDA**

Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2007(b)	(a/b)%
COHAB	574.559,85	588.397,21	594.345,97	1.757.303,03	1.678.610,12	4,69
IPASEAL	1.483.796,49	1.477.528,89	1.485.372,08	4.446.697,46	4.417.342,69	0,66
DMLP	1.706.143,66	-	-	1.706.143,66	-	-
VOTO 340/B.BRASIL	63.993,61	66.181,61	1.689.015,10	1.819.190,32	195.908,41	828,59
AV 030/B. BRASIL	87.020,74	79.602,53	3.253.208,09	3.419.831,36	267.327,65	1179,27
ROLAGEM/C. UNIÃO	29.841.358,58	28.592.627,40	30.623.210,05	89.057.196,03	82.415.668,40	8,06
PNAFE/CEF/SEFAZ	-	-	-	-	1.576.258,38	-
DER/BIRD	-	-	-	-	2.231.201,62	-
CASAL/DMLP	1.676.154,48	-	-	1.676.154,48	-	-
CASAL/AV. 030	6.768,51	6.191,53	253.036,28	265.996,32	20.792,88	1179,27
PRODETUR - I	96.796,27	94.505,57	96.823,24	288.125,08	305.684,77	-5,74
PARC. INSS	1.705.333,35	1.756.198,30	1.661.771,65	5.123.303,30	5.728.678,35	-10,57
PARC. FGTS	-	27.466,44	-	27.466,44	1.626.195,98	-98,31
<b>TOTAL</b>	<b>37.241.925,54</b>	<b>32.688.699,48</b>	<b>39.656.782,46</b>	<b>109.587.407,48</b>	<b>100.463.669,25</b>	<b>9,08</b>

Fonte: SEFAZ/AL

No período de janeiro/dezembro de 2007, o comprometimento da receita corrente líquida- RCL (60% limite LRF) com a despesa mensal de pessoal de todos os Poderes alcançou a média de 63,01%, cabendo ao Poder Executivo 50,32 % e esta evolução decorreu de novas contratações de servidores públicos e reajustes salariais concedidos a várias categorias de servidores principalmente nas áreas de educação e polícia militar, o que elevou os gastos

com pessoal em 23,01% neste exercício de 2007; podemos considerar este incremento como o maior dos últimos 04 anos que apresenta uma média de 14% de evolução neste gasto, por sua vez a despesa com os repasses aos demais Poderes, incluindo-se o Ministério Público, consumiram 12,69% e o limite total neste grupo é de 11% RCL, o excedente praticamente fica por conta do Poder Legislativo.

<b>TRANSFERÊNCIAS A PODERES E DESPESAS DO PODER EXECUTIVO - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Jan-Dez/2006-2007</b>						
Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES ATUALIZADOS PARA DEZEMBRO 2007 (1)		
	2006 (b)	2007 (b)	(b/a)%	2006 (a)	2007 (b)	(b/a)%
<b>Transf. a Poderes</b>	<b>358.627.485,56</b>	<b>385.775.383,92</b>	<b>7,57</b>	<b>377.729.661,54</b>	<b>392.502.857,06</b>	<b>3,91</b>
Tribunal de Justiça	141.050.238,30	168.645.622,80	19,56	148.599.799,82	171.592.264,12	15,47
Tribunal de Contas	43.052.163,96	50.404.955,94	17,08	45.340.313,45	51.276.429,07	13,09
Assembleia Legislativa	113.987.000,00	96.000.000,00	-15,78	120.022.415,63	97.677.349,00	-18,62
Ministério Público	60.538.083,30	70.724.805,18	16,83	63.767.132,64	71.956.814,86	12,84
<b>Poder Executivo</b>	<b>2.647.301.498,00</b>	<b>2.971.833.144,54</b>	<b>12,26</b>	<b>2.786.970.840,97</b>	<b>3.018.869.553,26</b>	<b>8,32</b>
Pessoal (Desp.Bruta)	1.252.172.418,29	1.540.299.542,44	23,01	1.318.251.924,86	1.564.664.080,39	18,69
Custeio / Investimento	454.695.191,70	330.363.145,97	-27,34	478.172.667,21	335.785.976,40	-29,78
Transf. a Municípios	336.815.578,70	407.190.890,71	20,89	354.751.204,52	413.694.074,41	16,62
Fundef / Líquido	222.583.368,80	258.770.453,90	16,26	234.466.983,45	263.047.443,82	12,19
Serviço da Dívida	381.034.940,50	435.208.348,48	14,22	401.328.060,92	442.997.437,40	10,38
<b>TOTAL</b>	<b>3.005.928.983,56</b>	<b>3.357.608.528,46</b>	<b>11,70</b>	<b>3.164.700.502,51</b>	<b>3.411.372.410,32</b>	<b>7,79</b>

Fonte: SEFAZ/AL

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

<b>COMPARATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X PESSOAL DO P. EXECUTIVO E DE OUTROS PODERES - Jan-Dez/2007</b>						
PERÍODO	RECEITA C. LÍQUIDA (a)	PESSOAL DO PODER EXECUTIVO		OUTROS PODERES		Participação (%) Executivo+Poderes
		VALOR (b)	Participação(b/a)%	VALOR (c)	Participação(c/a)%	
Janeiro	253.311.967,80	114.025.489,47	45,01	32.030.921,91	12,64	57,66
Fevereiro	236.478.516,74	109.553.950,87	46,33	31.587.375,31	13,36	59,68
Março	214.848.421,04	110.335.900,34	51,36	32.215.708,67	14,99	66,35
Abril	233.990.978,74	119.543.342,22	51,09	32.215.708,67	13,77	64,86
Maiο	239.937.938,99	117.892.112,72	49,13	32.215.708,67	13,43	62,56
Junho	259.098.247,96	117.961.458,33	45,53	32.215.708,67	12,43	57,96
Julho	231.531.181,53	117.416.929,28	50,71	32.215.708,67	13,91	64,63
Agosto	257.707.385,42	121.326.199,72	47,08	32.215.708,67	12,50	59,58
Setembro	235.065.994,21	118.769.907,62	50,53	32.215.708,67	13,70	64,23
Outubro	238.096.852,95	121.811.220,78	51,16	32.215.708,67	13,53	64,69
Novembro	269.457.940,47	124.463.344,50	46,19	32.215.708,67	11,96	58,15
Dezembro	370.734.637,49	236.833.593,22	63,88	32.215.708,67	8,69	72,57
<b>T O T A L</b>	<b>3.040.260.063,34</b>	<b>1.529.933.449,07</b>	<b>50,32</b>	<b>385.775.383,92</b>	<b>12,69</b>	<b>63,01</b>

Fonte: SEFAZ/AL

No exercício financeiro de 2007, o Estado de Alagoas, dentre os estados da região nordeste, é o que apresenta o maior comprometimento na relação RCL/ despesa com pessoal do Poder Executivo

49,72%, ultrapassando o limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (49%) para este gasto, conforme indicativo da STN.

<b>RELAÇÃO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO - ESTADOS DO NORDESTE - 2007 - Valor R\$ Mil</b>			
ESTADOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	DESPESA COM PESSOAL (DLP)	(DLP/RCL)%
Maranhão	n.d.	n.d.	n.d.
Piauí	3.054.199	1.461.368	47,85
Ceará	6.550.425	2.689.217	41,05
Rio Grande do Norte	3.768.075	1.802.823	47,84
Paraíba	3.530.108	1.610.750	45,63
Pernambuco	8.315.932	3.456.130	41,56
<b>Alagoas</b>	<b>3.109.706</b>	<b>1.546.019</b>	<b>49,72</b>
Sergipe	3.102.889	1.331.916	42,93
Bahia	12.584.607	5.378.358	42,74

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional

n.d. - Informações não disponível

No período de janeiro/dezembro de 2007, os gastos com o custeio e investimento na estrutura da Administração Pública Estadual chegaram a R\$ 330,3 milhões, isto representou uma queda de 29,78% nestes gastos comparativamente a igual

período do exercício passado que foram de R\$ 454,6 milhões e os gastos com serviços de terceiros pessoa jurídica, com um dispêndio de R\$131,5 milhões (51,17%), continuam ocupando o primeiro lugar, seguido pelo item material de consumo repre-

sentando 20,22%, consumindo R\$ 66,8 milhões. Por sua vez as despesas com serviços de terceiros pessoa física chegaram a R\$ 32,1 milhões, já os gastos

com investimentos somaram R\$ 17,4 milhões, número este bem mais modesto que os R\$ 66,4 milhões aplicados no exercício de 2006.

<b>SERVIÇO DA DÍVIDA - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Janeiro/Dezembro /2006-2007</b>						
Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES ATUALIZADOS PARA DEZEMBRO 2007 (1)		
	2006 (b)	2007 (b)	(b/a)%	2006 (a)	2007 (b)	(b/a)%
COHAB	6.327.383,90	6.759.054,33	6,82	6.664.393,81	6.876.173,91	3,18
IPASEAL	16.557.253,83	18.207.949,42	9,97	17.423.506,88	18.533.466,31	6,37
DMLP	4.582.665,71	3.652.594,38	-20,30	4.819.490,35	3.711.020,78	-23,00
VOTO 340/B. BRASIL	6.056.402,36	4.097.427,08	-32,35	6.385.186,75	4.143.175,55	-35,11
AV 030/B. BRASIL	13.756.515,35	7.861.474,68	-42,85	14.505.011,89	7.949.472,66	-45,19
ROLAGEM/C. UNIÃO	288.746.772,46	354.393.368,65	22,74	304.138.385,40	360.806.910,26	18,63
PNAFE/CEF/SEFAZ	3.471.473,45	3.277.077,03	-5,60	3.661.767,15	3.338.013,10	-8,84
DER/BIRD	4.846.653,08	4.570.665,29	-5,69	5.095.995,99	4.655.026,30	-8,65
CASAL/DMLP	4.494.645,43	3.588.392,12	-20,16	4.726.901,32	3.645.791,55	-22,87
CASAL/AV. 030	1.070.107,49	611.469,79	-42,86	1.128.302,23	618.314,32	-45,20
PRODETUR	1.437.845,87	1.252.115,90	-12,92	1.514.641,61	1.274.841,83	-15,83
PARC. INSS	19.676.551,45	21.749.147,84	10,53	20.735.866,29	22.133.133,17	6,74
PARC. FGTS	10.010.670,12	5.187.611,97	-48,18	10.528.611,24	5.312.097,65	-49,55
<b>TOTAL</b>	<b>381.034.940,50</b>	<b>435.208.348,48</b>	<b>14,22</b>	<b>401.328.060,92</b>	<b>442.997.437,40</b>	<b>10,38</b>

Fonte: SEFAZ /AL

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

O desembolso efetivo com o serviço da dívida no exercício de 2007 somou R\$ 435,2 milhões com um crescimento real 10,38% comparativamente ao exercício passado, que por sua vez tinha apresentado uma queda em termos reais de (-4,41%). Este quadro é de responsabilidade da trajetória em 2007 do principal índice de correção do serviço da dívida pública estadual (IGP-DI), que apresentou um índice acumulado de 7,89% no exercício em análise contra apenas 3,79% em 2006. Como já citado em análises anteriores existem vários contratos de dívida pública estadual que não se enquadram dentro do limite de (15%RLR), razão por que o comprometimento com este encargo sempre tende a ultrapassar o limite referido anteriormente. Dentre estes estão os contratos de refinanciamento de débitos junto ao FGTS e INSS, que consumiram em 2007, R\$ 27,8 milhões e chegaram ao final deste ano com um saldo devedor de R\$ 313,0 milhões.

Voltamos a reiterar a necessidade de uma revisão por parte do Tesouro Estadual nas condições em que foram negociados os citados contratos, pois em quase toda sua maioria a negociação junto aos credores foi conduzida por uma empresa privada sem a devida participação e acompanhamento por parte de técnicos do governo estadual envolvidos com a área da dívida pública; nesta negociação inclui-se as compensações de contribuições previdenciárias que vem acontecendo entre o INSS e o fundo de pensão estadual – AL previdência, também merecem atenção especial a dívida contraída pelo Governo de Alagoas junto ao Estado do Paraná que deverá ser resgatada no ano de 2012. e já soma R\$ 130,4 milhões; outra pendência que merece atenção é o saldo remanescente da dívida mobiliária estadual (letras do Governo de Alagoas ) em poder de diversos credores.

COMPARATIVO DA RECEITA LÍQUIDA REAL MENSAL X SERVIÇO DA DÍVIDA - Janeiro-Dezembro/2007			
PERÍODO	RECEITA L. REAL	SERVIÇO DA DÍVIDA	PARTICIPAÇÃO (%)
Janeiro	237.569.763,71	48.271.000,18	20,32
Fevereiro	212.148.233,22	34.800.587,08	16,40
Março	197.832.862,76	37.074.725,02	18,74
Abril	214.738.184,13	35.765.686,97	16,66
Maio	214.803.699,48	30.398.519,63	14,15
Junho	236.741.029,81	38.846.752,87	16,41
Julho	210.573.685,96	28.205.774,00	13,39
Agosto	239.126.922,40	34.964.318,16	14,62
Setembro	211.320.739,25	37.293.577,09	17,65
Outubro	216.362.343,38	37.241.925,54	17,21
Novembro	247.589.877,22	32.688.699,48	13,20
Dezembro	342.682.268,12	39.656.782,46	11,57
<b>T O T A L</b>	<b>2.781.489.609,44</b>	<b>435.208.348,48</b>	<b>15,65</b>

Fonte: SEFAZ/AL

DÍVIDA CONTRATUAL DO ESTADO DE ALAGOAS (SALDO DEVEDOR) - POSIÇÃO EM: 31/12/2007					
Especificação	ADM.DIRETA ESTADO	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			TOTAL
		CASAL	COHAB	IPASEAL	
<b>DÍVIDA INTERNA</b>	<b>5.702.195.526,99</b>	<b>22.292.175,91</b>	<b>127.845.872,10</b>	<b>283.843.351,74</b>	<b>6.136.176.926,74</b>
<b>BANCO DO BRASIL S/A</b>	<b>5.172.331.432,83</b>	<b>22.292.175,91</b>	<b>2.673.514,78</b>	<b>8.863.673,82</b>	<b>5.206.160.797,34</b>
GOV.EST.LEI 8727/93 - ROLAGEM	344.680.590,51	-	2.673.514,78	8.863.673,82	356.217.779,11
GOV.EST.LEI 9496/97 - DIV.MOB.	1.274.610.357,82	-	-	-	1.274.610.357,82
GOV.EST.LEI 9496/97 - LIQ.BEA	1.099.800.845,17	-	-	-	1.099.800.845,17
GOV.EST.LEI 9496/97 - ROLAGEM	2.412.378.959,78	-	-	-	2.412.378.959,78
GOV.EST.LEI 7976/89 - VOTO 340	6.422.836,56	-	-	-	6.422.836,56
GOV.EST.LEI 7976/89 - AVISO 30	12.756.807,24	992.231,41	-	-	13.749.038,65
DMLP	21.681.035,75	21.299.944,50	-	-	42.980.980,25
<b>BANCO DO NORDESTE</b>	<b>7.404.848,84</b>	-	-	-	<b>7.404.848,84</b>
PRODETUR -I	7.404.848,84	-	-	-	7.404.848,84
<b>BNDES</b>	<b>61.000.000,00</b>	-	-	-	<b>61.000.000,00</b>
PRIVATIZAÇÃO/CEAL	61.000.000,00	-	-	-	61.000.000,00
<b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>	<b>17.179.992,49</b>	-	<b>125.172.357,32</b>	<b>274.979.677,92</b>	<b>417.332.027,73</b>
PNAFE/CEF/SEFAZ	17.179.992,49	-	-	-	17.179.992,49
<b>OUTROS</b>	<b>444.279.252,83</b>	-	-	-	<b>444.279.252,83</b>
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	130.719.740,55	-	-	-	130.719.740,55
FGTS	65.369.509,54	-	-	-	65.369.509,54
INSS	248.190.002,74	-	-	-	248.190.002,74
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>1.966.753,06</b>	-	-	-	<b>1.966.753,06</b>
BIRD/DER	1.966.753,06	-	-	-	1.966.753,06
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>90.740.046,11</b>	-	-	-	<b>90.740.046,11</b>
<b>T O T A L</b>	<b>5.794.902.326,16</b>	<b>22.292.175,91</b>	<b>127.845.872,10</b>	<b>283.843.351,74</b>	<b>6.228.883.725,91</b>

Nos últimos meses de 2007, o governo estadual passou a manter um diálogo com os bancos interamericano de desenvolvimento- BID e o Mundial – BIRD na tentativa de que seja montada uma operação financeira de reescalonamento do estoque da Dívida Pública Estadual, com a intervenção direta destes organismos financeiros internacionais seja através de financiamento ou orientação técnica que possa ajudar ao Tesouro Estadual na gerência deste encargo, acrescentando-se que há um aval do Tesouro Federal para que estes bancos possam desenvolver este trabalho. Esta tarefa não será nada fácil face as características do perfil da dívida pública do Estado de Alagoas,

senão vejamos: o estado detém o 2º maior estoque de dívida dentre os estados brasileiros quando relação é receita corrente líquida estoque de dívida (2,00 DCL/ RCL.), nos últimos 04 anos o Tesouro Estadual vem amortizando apenas os encargos decorrentes da dívida mobiliária que tem prazo de liquidação em 10 anos (contrato assinado em 2002) e os demais contratos, sob a égide da Lei federal 9496/98, estão com seus estoques sendo corrigidos e evidentemente crescendo a cada ano e por fim o Tesouro Estadual terá que liquidar uma dívida com o Estado do Paraná de ( R\$ 130,7 milhões a preços de dezembro de 2007) no ano de 2012.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS DO NORDESTE - 2007 - R\$ 1000				
ESTADOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	(DCL/RCL)%	
Maranhão	n.d.	n.d.	n.d.	
Piauí	3.054.199	2.380.281	0,78	
Ceará	6.550.425	2.367.327	0,36	
Rio Grande do Norte	3.768.075	n.d.	n.d.	
Paraíba	3.530.108	2.201.350	0,62	
Pernambuco	8.315.932	4.378.709	0,53	
<b>Alagoas</b>	<b>3.109.706</b>	<b>6.218.123</b>	<b>2,00</b>	
Sergipe	3.102.889	1.312.718	0,42	
Bahia	12.584.607	10.370.837	0,82	

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional  
n.d. - Informações não disponível

No comparativo de comprometimento da receita corrente líquida com o montante da dívida consolidada, o Estado de Alagoas, entre os estados nordestinos, continua detendo ainda o maior percentual de comprometimento. Muito embora esta

relação venha reduzindo-se de forma acentuada nos últimos exercícios, chegando a uma relação de 2,00 entre DCL/RCL em 12/2007, segundo constata-se em relatório da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

RELAÇÃO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS DO NORDESTE - PERÍODO: 2002-2007						
ESTADOS	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Maranhão	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	n.d.
Piauí	1,64	1,52	1,42	1,09	0,75	0,78
Ceara	1,18	1,06	0,92	0,73	0,57	0,36
Rio Grande do Norte	0,65	0,53	0,38	0,32	0,31	n.d.
Paraíba	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,62
Pernambuco	1,25	1,17	1,04	0,83	0,65	0,53
<b>Alagoas</b>	<b>2,36</b>	<b>2,77</b>	<b>2,64</b>	<b>2,25</b>	<b>2,10</b>	<b>2,00</b>
Sergipe	0,73	0,68	0,65	0,45	0,57	0,42
Bahia	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional  
n.d. - Informações não disponível

\*Especialista em Finanças Públicas

\*\*Pós Graduado em Planejamento Governamental

Home Page: [www.planejamento.al.gov.br](http://www.planejamento.al.gov.br)

Fone: 082 33158287

## Exportações de serviços no Brasil: o que os dados mostram

\*Lia Valls Pereira

O desenvolvimento econômico é acompanhado do aumento da participação do setor de serviços na composição do PIB. Segundo dados do Banco Mundial, nos Estados Unidos essa participação é de 74,6%. No conjunto dos BRICs, o Brasil apresenta o maior percentual, 64%, seguido da Rússia (56,4%), Índia (54,7%) e China (40,1%).

No ano de 1980, a participação das exportações de serviços foi de 15,2% nas transações totais do comércio mundial (exportações de mercadorias mais serviços). As receitas de transportes e viagens internacionais representavam 65,2% das exportações mundiais do setor serviços.

Uma parcela pequena do setor de serviços de um país era considerada um item a ser comercializado além das fronteiras do território nacional. O maior exportador mundial, os Estados Unidos, concentrava as suas exportações em transpor-

tes e viagens (65% do total das exportações). Outros itens comercializados internacionalmente eram identificados quase como exclusivos dos países desenvolvidos. Alguns faziam parte do processo de internacionalização das empresas, como a abertura de filiais para a prestação de serviços financeiros. Outros itens, como licenças para uso de tecnologias, cinema, música eram também dominados pelos países ricos.

As novas formas de telecomunicações e a abertura dos mercados de serviços mudaram o cenário para o comércio mundial. Novos produtos passaram a ser comercializados internacionalmente através da comunicação eletrônica (consultorias, *call centers*, banco de dados, entre outros). A abertura de mercados e os processos de privatização impulsionaram a instalação de empresas de serviços em territórios estrangeiros.

### Principais mercados das exportações brasileiras de serviços comerciais

Países/Regiões	Média anual de crescimento (%)	Participação no total	
		2001 (%)	2006 (%)
Américas	11,6	68,2	62,0
Estados Unidos	11,3	57,5	51,6
América Central e Caribe	7,4	5,1	3,8
América do Sul	15,1	4,3	4,5
Mercosul	6,2	2,5	1,8
União Européia	17,2	23,7	27,5
Ásia	16,4	4,9	5,5
China	14,8	0,2	0,2
Japão	2,8	3,6	2,2
África	39,4	0,3	0,7
Outros	22,8	2,9	4,2
<b>Total</b>	<b>13,8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: IBRE/FGV

Obs.: Estão excluídos os serviços de transportes e viagens

**Participação não muda** – Os dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) mostram que a participação das exportações de serviços nas transações correntes mundiais (mercadorias mais serviços) passou de 15,2%, em 1980, para 18,5% em 1990, 19,2% em 2005 e 18,3%, em 2006. Logo, o grande impacto das novas tecnologias teria ocorrido na década de 80.

Nos Estados Unidos, o percentual de serviços nas transações correntes segue o resultado mundial. Foi de 14,5%, em 1980, 25,2% (1990) e 27,2% (2006). No Brasil, os percentuais são de 7,7% (1980), 10,6% (1990), 11,6% (2006) e 13% (acumulado de janeiro a junho de 2007). Os dados para a China permitem comparar o ano de 1990, participação de 8,5%, com 2005 (8,8%). A Federação da Rússia registra o percentual de 8,9%, em 2006.

O desempenho da Índia não segue o padrão mundial. No ano de 1980, a participação de serviços nas transações correntes era de 25%, cai para 20,4%, em 1990 e sobe para 37,7%, em 2006. As vantagens competitivas da Índia são associadas a segmentos de alta tecnologia (*softwares*) e a exploração de mercados intensivos em trabalho de língua inglesa (*call centers*).

Entre os BRICs, o Brasil apresenta o maior percentual de serviços nas suas transações correntes, após a Índia. Um resultado coerente com a maior participação do setor de serviços no PIB, comparando com a Rússia e a China. No entanto, no ranking dos principais exportadores mundiais está na 35ª posição, atrás da Rússia (27ª), Índia (11ª) e China (9ª).

**Serviços no Brasil** – A compilação mais detalhada das estatísticas de serviços começou a ser realizada na década de 90. Serviços passaram a integrar as negociações da OMC e de acordos regionais. No entanto, é consensual que as informações ainda são relativamente precárias. Existem problemas de classificação e os dados são subestimados. O exemplo clássico é a prestação de serviços através da presença de empresas no território estrangeiro. Qual a diferença em relação às vendas de mercadorias pelas empresas multinacionais no país estrangeiro?

As vendas das filiais das empresas multinacionais do setor industrial no mercado doméstico brasileiro não são contabilizadas como exportações. O mesmo deve valer para as empresas de serviços. Esse resultado decorre da prática contá-

bil da balança de pagamentos, que considera atividades instaladas no país com prazo superior a um ano como de residentes. No setor de serviços, entretanto, algumas atividades empresariais necessitam estar presentes no território estrangeiro, como serviços de construção, para fornecerem o produto. O prazo pode ser superior a um ano, mas não configura uma atividade permanente.

O principal mercado de destino das exportações brasileiras é os Estados Unidos (51,6%), seguido da União Européia (27,5%). O mercado sul-americano representa apenas 4,5% do total exportado (ver tabela). Em 2006, excluindo transportes e viagens, a principal receita de exportações de serviços do Brasil (75%) foi a do item de “comerciais, técnicos e profissionais”. Aqui estão incluídos os serviços de profissionais liberais, serviços de arquitetura, engenharia e outros serviços técnicos. Nesse caso também, os Estados Unidos lideram com 51,2% do destino das exportações e a União Européia com 26,6%. O percentual da América do Sul foi de 5,2%.

A proximidade com os vizinhos sul-americanos e o aumento da presença de empresas brasileiras nesses países levanta a dúvida sobre a pequena participação desses países nas exportações de serviços brasileiros. O dado da balança de pagamentos é correto, o que se destaca é a possível subestimação via a presença comercial das empresas brasileiras de serviços.

**Investimentos diretos brasileiros** – O Boletim da SOBEET (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica) de setembro de 2007 destacou o aumento dos investimentos diretos estrangeiros do Brasil (IDB). No acumulado dos últimos 12 meses até agosto de 2007, esses somavam US\$ 27,2 bilhões.

Os dados de estoque do IDB, para o ano de 2005, estavam concentrados na prestação de serviços (36,1%) e intermediação financeira (26,3%). São apresentadas informações sobre os fluxos do IDB. No ano de 2004, 21,2% se destinam para a América Latina e 12,6% para os Estados Unidos. Para os outros anos, as informações são: 2005 (14,4% para os EUA e 16,6% para a América Latina); 2006 (5,5% EUA e 9% América Latina) e; janeiro a agosto de 2007 (50,2% EUA e 40,7% América Latina).

Não há cruzamento dos dados por setores e destino dos investimentos. No entanto, a predominância dos setores de serviços no estoque de IDB

e as informações sobre os fluxos de investimentos sugerem que a presença das exportações de serviços (incluindo presença comercial acima de um ano) talvez seja maior que os dados contabilizados pela balança de pagamentos, no caso latino-americano.

É interessante notar, a importância dos fluxos para os Estados Unidos. O país é o principal mercado para as exportações de serviços brasileiras e também o principal ofertante de serviços (42,6% do total importado, em 2006). É necessário investigar se há um comércio intra-setorial, nesse caso. Empresas multinacionais de capital estadunidenses sediadas no Brasil podem explicar esse resultado.

O setor de serviços no comércio exterior brasileiro requer estudos mais detalhados e um esforço contínuo de aprimoramento das estatísticas.

**Serviços** – a produtividade do setor de serviços influencia as exportações de mercadorias. Serviços de logística, comercialização, distribuição, para citar alguns exemplos, entram na composição final do preço dos produtos. Logo, independente do comércio mundial, é preciso investir no aumento da eficiência do setor.

Os dados do comércio mundial mostram uma estabilidade da participação de serviços nas transações correntes mundiais. Isso não quer dizer que o setor está estagnado. Ao contrário, as constantes inovações na área de telecomunicações e informática abrem constantemente novos mercados para prestação de serviços.

Países em desenvolvimento possuem vantagens competitivas nos setores intensivos em trabalho e podem desenvolver nichos de excelência (caso da Índia). Na América do Sul, o Chile tem apostado na possibilidade de se tornar uma referência para prestação de serviços (*outsourcing*). O requisito básico, entretanto, para impulsionar o setor de exportações de serviços é o investimento em educação. Serviços, por definição, são intensivos em capital humano. Pode ser capital humano altamente qualificado (serviços de consultoria) ou de qualificação intermediária (*call centers*).

O tamanho do setor de serviços no Brasil, sua posição no comércio mundial em comparação com os outros BRICs, sugere que é preciso um “olhar” mais atento para o setor.

## Os desafios do setor de petróleo e gás no Brasil

\*Haroldo Lima

O crescimento acelerado da indústria do petróleo nos últimos anos, quando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) passou de 2,75%, em 1997, para cerca de 10,5%, em 2005, representa um enorme desafio para o governo, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), os concessionários e as empresas que prestam serviços ao setor. A tarefa que cabe a todos é a busca de soluções para a crescente demanda de energia no Brasil e no mundo. Para atendê-las, o país precisa se mostrar à altura da confiança nele depositada por sua população, por seus empresários e pelos investidores estrangeiros interessados em explorar petróleo nas nossas bacias sedimentares.

Nesse contexto, é relevante o papel da ANP, criada em agosto de 1997. No seu papel de regular, fiscalizar e estimular o crescimento do setor de petróleo e gás no país, a Agência tem sido cada vez mais cobrada a desempenhar suas múltiplas atribuições de maneira cada vez mais eficiente.

Uma análise rápida da performance do setor de petróleo e gás no Brasil nos últimos anos mostra que tanto a abertura do setor, quanto à manutenção da Petrobras como empresa estatal de capital aberto foram fundamentais para o ritmo de crescimento alcançado a partir de 1997.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de petróleo e Gás (IBP), entre 2007 e 2011 o setor de petróleo e gás terá investimentos de aproximadamente US\$ 100 bilhões, dos quais US\$ 65 bilhões serão aplicados em exploração e produção (E&P). A participação das empresas privadas será de 25% dos investimentos, dos quais US\$ 12 bilhões em E&P, enquanto a Petrobras investirá US\$ 53 bilhões. Entre 1995 e 2005, as reservas provadas de petróleo tiveram um aumento de 90%, chegando a 11,8 bilhões de barris. As de gás natural cresceram 727%, alcançando 306 bilhões de metros cúbicos.

Atualmente, 60 companhias de petróleo operam em upstream no Brasil, sendo que 30 delas são de origem nacional. A exemplo do que acontece em outros países, o Brasil começa a criar um segmento de pequenas e médias empresas no setor de petróleo e gás. Daqui a alguns anos, essas empresas certamente terão um papel estratégico no setor, proporcionando ao país milhões de barris de petróleo que, não fossem elas explorarem, ficariam no subsolo, porque estão em campos de pequena produção, normalmente descartados pelas grandes do setor.

A permanência da Petrobras como empresa estatal e o seu excelente desempenho nos últimos dez anos foi a espinha dorsal do crescimento do setor. É graças a ela que o Brasil é auto-suficiente em petróleo hoje, uma meta perseguida pelo país há 50 anos, desde a criação da própria Petrobras. Num mundo cada vez mais competitivo, a Petrobras é reconhecida como líder em tecnologia na exploração de campos de águas profundas e ultraprofundas, além de já ser apontada como uma das empresas mais importantes do mundo, com a Shell, Exxon e outras gigantes.

**Potencial** - A excelente performance nos últimos anos exige continuidade, e ela está ao nosso alcance. O Brasil possui 29 bacias sedimentares com 6,4 milhões de km<sup>2</sup>. O conhecimento geológico sobre essas áreas é de apenas 7%, enquanto as que estão sob concessão representam 4,4% do total. Como se diz na gíria esportiva, na área de petróleo no Brasil, o jogo está apenas começando.

Ampliar o conhecimento geológico e expandir a área sob concessão são fundamentais para a sustentabilidade da auto-suficiência. Este ano ANP tem R\$ 53 milhões disponíveis para esses estudos. Parte desses recursos será utilizado em pesquisas nas bacias sedimentares que ainda não foram estudadas ou são pouco conhecidas, como as do Acre, Madre de Deus e Solimões.

Nas rodadas de licitações de áreas para exploração e produção, realizadas anualmente pela ANP, a inclusão de áreas de nova fronteira (pouco conhecidas) também tem o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as bacias sedimentares brasileiras.

Atualmente, mais de 90% da produção de petróleo nacional está concentrada em apenas três bacias: Campos, Santos e Espírito Santo, a maioria em áreas localizadas no mar. Nos próximos anos, ANP pretende estimular o investimento nas bacias sedimentares terrestres. Algumas delas, como a do Parnaíba, são maiores que muitos países europeus e praticamente desconhecidas. Em 2006, o Brasil perfurou apenas 110 poços exploratórios e 376 de desenvolvimento. É um número muito baixo para um país que ocupa a 16<sup>a</sup> posição em produção de petróleo, a 17<sup>a</sup> em reserva, 12<sup>a</sup> em consumo e a 11<sup>a</sup> em refino, segundo dados do IBP.

Outro desafio para o setor é a manutenção das rodadas anuais de licitação realizadas pela ANP. A suspensão da Oitava Rodada de Licitações, no ano passado, devido a uma liminar concedida pela 9<sup>a</sup> Vara Federal de Brasília, ainda não julgada, foi um revés para o setor. Apesar de ter sido suspensa em seu início,

com apenas dois setores licitados e 38 blocos arrematados, a Oitava foi a segunda em arrecadação de bônus de assinatura, com cerca de R\$ 587 milhões (equivalentes a US\$ 268 milhões), perdendo apenas para a Sétima Rodada, na qual foram arrematados 251 blocos.

Este ano, a ANP está preparando a Nona Rodada. O foco, a exemplo da Oitava, será para as áreas de gás natural e petróleo leve. O recente episódio com a Bolívia e as tensões que existem no mundo em relação ao fornecimento de gás natural, especialmente na Europa, mostram que o Brasil também precisa buscar a auto-suficiência em gás. Medidas já estão sendo tomadas nesse sentido. A Petrobras aumentou os investimentos na exploração de gás e espera, nos próximos anos, aumentar a produção, apenas na Bacia do Espírito Santo, em 24 milhões de metros cúbicos.

A procura por novas áreas de petróleo leve é uma prioridade mundial. A maioria das jazidas descobertas, feitas no início do século XXI, é de petróleo pesado e estão em locais de difícil acesso ou onde existem focos de tensão devido a guerras civis ou mesmo entre países.

Nesse cenário conturbado, o Brasil apresenta-se como uma das melhores alternativas para as companhias que trabalham na exploração e produção de petróleo. Sem focos de tensão internos ou com seus vizinhos, com um marco regulatório sólido e em constante aperfeiçoamento - graças ao diálogo permanente entre o Governo, a ANP e o setor -, o nosso país também oferece oportunidades para empresas de todos os portes, das gigantes, conhecidas como *majors*, às pequenas, que participam das rodadas de áreas de campos marginais, realizadas pela ANP.

O sucesso da Nona Rodada é fundamental para sepultar as eventuais desconfianças causadas pela suspensão da Oitava. Embora os investidores estrangeiros e nacionais saibam que numa democracia eventos como rodadas de licitação estão sempre sujeitos a ações na Justiça por parte de setores que discordam da atual política energética, um novo revés poderia abalar a confiança no país e até mesmo colocar em risco a continuidade da auto-suficiência.

**Qualificação** – O crescimento acelerado do setor de petróleo e gás nos últimos anos mostrou que o Brasil precisa preparar mão-de-obra especializada para atender à demanda nos próximos anos. Criado em 1999, o Programa de Recursos Humanos da ANP (PRH-ANP)

concedeu, até 2005, cerca de 3.294 bolsas de estudo (nos níveis superior e médio) em 44 cursos de especialização, em 31 instituições de ensino, em 16 estados brasileiros. Ano passado, foram liberados mais R\$ 24 milhões e concedidas 572 novas bolsas.

A regulamentação da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) pela ANP, em 2005, significou um importante passo para o avanço tecnológico do setor. A cláusula prevê que os concessionários são obrigados a investir em P&D 1% da receita bruta gerada pelos campos de grande rentabilidade ou com grande volume de produção, sobre os quais incide a Participação Especial.

Ano passado, a obrigação de investir em P&D somou R\$707,9 milhões. A previsão para este ano são outros R\$ 660 milhões. Até 50% deste valor poderão ser aplicados como P&D nas instalações do próprio concessionário. O restante, no mínimo 50%, tem que ser aplicado em universidades e instituições de P&D credenciadas pela ANP para esta finalidade.

Em março de 2006, a ANP autorizou a Petrobras a utilizar R\$ 157 milhões em projeto de capacitação profissional como parte dos investimentos obrigatórios referentes ao período de 1998 e 2004. Essa iniciativa está viabilizando a implantação do programa de capacitação profissional que prevê o oferecimento de 580 cursos, com quatro mil turmas em 40 entidades de ensino, qualificando cerca de 70 mil trabalhadores para contratação imediata.

Com o crescimento da indústria do petróleo, cerca de 800 municípios passaram a receber participações governamentais (*royalties* e participações especiais). No ano passado, o total de royalties distribuídos chegou a R\$ 7,7 bilhões, contra R\$ 190 milhões, em 1997. A participação especial atingiu R\$ 8,8 bilhões, mais de oito vezes o R\$ 1,039 bilhão distribuído em 2000.

O crescimento do setor de petróleo e gás e a liderança brasileira na busca de combustíveis renováveis, como o álcool e o biodiesel, asseguram ao país uma posição de destaque no mundo na área de energia. É responsabilidade de todos – governo, ANP, empresas e da própria sociedade – se empenhar para que este crescimento continue. Os seus reflexos serão vistos na educação, no transporte, na melhora da infra-estrutura, enfim, numa melhor condição de vida para o povo brasileiro.

## Prioridade para a conservação da energia elétrica

\*Antonio Dias Leite

Estamos preocupados, apenas seis anos depois do apagão de 2001, com a possibilidade de novas dificuldades, tanto em quantidade como em preço, no suprimento de energia elétrica.

Considerando-se realisticamente as oportunidades que se oferecem na escala requerida e nas condições brasileiras, no horizonte de cinco a dez anos, os grandes projetos de usinas hidroelétricas continuam prioritários, não obstante danos locais provocados pelos respectivos reservatórios, mas que podem, pelo menos em parte, ser compensados ou mitigados. As alternativas que se oferecem são as construções de grandes termoeletricas a carvão e óleo de muito maior impacto negativo sobre o meio ambiente, com repercussão universal, e a de usinas a gás natural a ser importado sob forma líquida (GNL), com elevação de custos de geração. Há que considerar, também, soluções complementares de menor porte e que, em conjunto, podem contribuir para o suprimento adequado, especialmente as geradoras anexas às usinas de açúcar e álcool, e alguma coisa em energia eólica.

Independentemente do que possa vir a ser feito, em termos de oferta de energia, o momento justifica que se reforce a atenção a ser atribuída à conservação da energia via eficiência energética e a substituição da eletricidade por energia solar. São iniciativas que podem produzir resultados no médio prazo, antes que se agrave o risco que corremos.

Conservação de energia e eficiência energética são temas que estiveram presentes nas duas últimas décadas e foram objetos de inúmeras iniciativas construtivas, particulares e públicas, embora não tenham adquirido a consistência de um programa nacional, nem dotados de recursos públicos compatíveis com os programas que poderiam dar resultados já nos próximos anos.

No âmbito da Eletrobrás foi instituído, em 1985, o Programa de Conservação de Energia (PROCEL) que atuou com relativa continuidade. Ganhou-se experiência nesse tipo de iniciativa, confirmando relação econômica nitidamente favorável entre os gastos em projetos de conservação e os investimentos evitados em nova capacidade de geração. Grosso modo, nos últimos 20 anos, com poucos recursos, avalia-se que ocorreu uma redução de demanda da ordem de três mil mW.

**Propostas** – No âmbito da iniciativa privada foi instituído, à época da conferência Rio-92, o Instituto Nacional de Eficiência Energética (INEE) com o objetivo de promover o estudo e a discussão das matérias de sua

linha de ação: produtor independente, cogeração, geração distribuída e as empresas que criam os projetos para otimizar o uso de energia, as ESCOS (sigla da expressão em inglês *Energy Saving Companies*), além do aproveitamento de resíduos industriais e acionamento elétrico de veículos.

Nos Estados do Sul, empresas detentoras de minas de carvão procuraram em 1995/6 apoio técnico de organismos especializados dos governos japonês e norte-americano, em busca de tecnologias de geração termoeletricas eficientes e limpas, infelizmente apenas em parte aplicadas.

A definição de uma Política Nacional de Conservação e Uso da Energia veio em 2001, mediante lei específica, complexa, detalhista como é de praxe no Brasil, e de difícil implementação. Envolveu vários órgãos da administração federal, inclusive o INMETRO que ficou responsável pela etiquetagem de equipamentos quanto à avaliação da sua eficiência, já em 2002. Até hoje a regulamentação abrange motores elétricos, lâmpadas fluorescentes compactas e aparelhos de iluminação.

No auge da crise de abastecimento de 2001, a sociedade como um todo assumiu o programa de conservação de energia, tanto no âmbito residencial como empresarial, que teve efeitos duradouros. Passaram-se três anos para que o consumo voltasse ao nível de 2000.

Finalmente, para completar o histórico, o BNDES lançou em 2005 um programa específico de financiamento de projetos de eficiência energética e, em 2007, acaba de formalizar outro, de apoio às ESCOS na prestação de serviços técnicos de eficiência a outras empresas. O banco pretende envolver instituições financeiras privadas nessas operações, de forma parecida à do tradicional Finame. O banco estuda ainda o financiamento direto de repotencialização de grandes usinas hidroelétricas mais antigas e remodelação de outras instalações, principalmente no setor de saneamento básico, grande usuário de eletricidade.

Não faltam, portanto, legislação básica, estudos, experiência e agentes executivos. Faltam escala nos programas em curso e de coordenação de esforços entre os agentes públicos e privados. São muitas as frentes de trabalho que podem ser atacadas simultaneamente, com resultados físicos e econômicos no curto e no médio prazo, dependendo por vezes de soluções financeiras ou fiscais específicas.

No domínio do consumo doméstico trata-se de milhões de pessoas a serem alcançadas mediante con-

tinuada e persistente campanha de esclarecimento, relativas aos avanços tecnológicos, como o das lâmpadas e dos aparelhos eletrodomésticos mais eficientes. Nesse domínio caberá a indústria, dar continuidade à introdução de novos produtos de uso doméstico mais eficiente e ao comércio a missão de esclarecer o público quanto aos méritos desses novos produtos.

Tratando-se essencialmente de redução do consumo de eletricidade, cabe também incluir no elenco de providências um programa de instalação de coletores para aquecimento de água domiciliar, segundo técnica e experiência já adquirida - existe a indústria. Para que o efeito seja significativo há que passar da atual escala de centenas de milhares para a de milhões de unidades por ano. Governos municipais, como o de São Paulo, já contribuíram para aceleração do processo com legislação específica sobre sua instalação em novas construções.

A experiência do apagão, seguida de forte elevação de tarifas e dos tributos e encargos que sobre elas incide, resultou na conscientização da parte dos grandes consumidores, industriais e comerciais, das vantagens econômicas da conservação de energia, mediante substituição de equipamentos e de aperfeiçoamento de processos produtivos. Além da experiência dos próprios interessados, acentuam-se agora as possibilidades de colaboração dos ESCOS, cuja participação é especialmente relevante quando se trata de estender o processo de conservação às indústrias e ao comércio de menor porte.

No âmbito das empresas de eletricidade há grande espaço para redução de perdas, considerando-se ainda as possibilidades de repotencialização de usinas, a revisão dos sistemas das mesmas e dos sistemas de transmissão e distribuição. A prioridade que se venha atribuir à eficiência, além dos efeitos positivos para o equilíbrio de oferta e demanda no médio prazo, faz o maior sentido no longo prazo, pela sua contribuição, de

caráter duradouro, ao controle das emissões de efeito estufa decorrentes da queima de combustíveis fósseis para geração de eletricidade.

**Conservação-** Um programa de conservação via eficiência, não é alternativa da expansão da capacidade de geração. No entanto, a incerteza criada por oposições organizadas contra novas usinas, legítimas algumas, outras não, reforça o interesse pela conservação de energia, contra a qual ainda não se apresentaram opositores.

Não é politicamente fácil para o governo federal admitir o baixo nível de segurança do sistema elétrico no médio prazo para justificar a promoção de intenso programa de conservação de energia, mesmo que se saiba da vantagem macroeconômica, além da ambiental, proveniente da redução do consumo desnecessário à produção de bens e serviços requeridos pelo mercado.

Não obstante vir da época de outra estrutura do setor elétrico e me situar a muitos anos como simples observador do atual sistema elétrico, dinamicamente conduzido pelas novas gerações de empresários e técnicos, arrisco-me a sugerir que calharia bem como uma iniciativa oriunda das empresas, diretamente ou por intermédio de suas associações de classe, assumir a responsabilidade de promover um debate profundo sobre o que fazer de melhor. Seria fundamental, para o sucesso de tal iniciativa, olhar para o futuro e evitar a repetição de revisões do passado remoto ou recente. Seria necessário também que os diversos grupos de agentes que atuam no sistema elétrico deixassem de lado divergências menores, que entre eles existem, e se concentrassem, de coração aberto, na busca do bem-comum. Seria recomendável fugir da mania brasileira de reforma das reformas, concentrando as atenções nas inovações consideradas indispensáveis para que se alcancem objetivos concretos.

## ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO DE ALAGOAS

A economia alagoana, em 2007, registrou desempenho positivo. No que se refere ao setor agrícola, tanto lavouras temporárias como permanentes, contribuíram de forma significativa para esse resultado. Em relação a cultura do algodão, ações foram efetivadas no sentido de reestruturar a cadeia produtiva têxtil no Estado, pelas Secretarias de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e Secretaria do Desenvolvimento Econômico de Energia e Logística. Segundo o Secretário de Planejamento, Sérgio Moreira, a retomada do plantio competitivo do algodão reafirma a prioridade do governo em desenvolver e apoiar os pequenos produtores rurais. “Políticas públicas voltadas para esse segmento tem como objetivo o aumento da base produtiva, a diminuição da desigualdade social, e a permanência do homem no campo. Mas, faz-se necessário adotar o modelo de gestão empresarial, para tornar o algodão alagoano competitivo”. A distribuição de sementes e cursos de capacitação técnica foram significativos para o desempenho de culturas como a do arroz. A conjugação de esforços por parte de instituições públicas e privadas, além de contribuição científica, constituem fatores que induzem a Política de Arranjo Produtivo Local da Mandioca desenvolvendo toda à potencialidade. Clima favorável, aliado à política de APL, em 14 municípios desde 2004, busca viabilizar o funcionamento da cadeia produtiva da cultura, destacando-se desta forma o desempenho positivo. O segmento sucroalcooleiro alagoano, na safra 2006/2007, aponta crescimento em relação à safra anterior. Para o Presidente do Sindaçúcar-AL “O desempenho foi impulsionado por boas condições climáticas, como chuvas bem distribuídos no período de desenvolvimento da cana, e por investimentos em novas tecnologias”. Ressalta ainda, que a ampliação de investimentos em irrigação que na citada safra registrou 60% da área plantada, contribuiu para o resultado positivo.

Em relação às lavouras permanentes, na safra 2007, registra-se em Alagoas destaque para a produção de laranja. Clima e solo propícios contribuíram para o desempenho da produção no Estado. O Município de Santana do Mundaú se constituiu, no principal produtor em Alagoas e no Nordeste Brasileiro. Em avaliações feitas pela Embra-

pa de Cruz das Almas, na Bahia, a laranja-lima alagoana foi classificada como a melhor do país<sup>1</sup>.

A cultura da soja faz parte do cenário agrícola do Estado que está sendo desenvolvida na Região do Agreste. O segmento sucroalcooleiro aderiu também ao plantio dessa oleaginosa objetivando renovação dos canaviais. De forma que, além da terra se beneficiar com sobras da adubação e da própria cultura, a comercialização da soja abre nova oportunidade de negócio para o segmento<sup>2</sup>.

O inhame já substitui culturas como o trigo, podendo ser uma alternativa viável para diminuir a evasão de divisas brasileiras e baixar o custo do pão, inclusive oferecendo outras vantagens. O incremento na cultura do inhame será de fundamental importância para a agricultura familiar. Em Alagoas, além do inhame apresentar boa qualidade, é um produto orgânico.

O desempenho do setor secundário foi relevante para a Economia de Alagoas em 2007. A cana-de-açúcar e seus derivados contribuíram de forma significativa para o resultado positivo, atribuindo-se como elementos principais: o volume e distribuição de chuvas adequados para a cultura e da adoção de processos tecnológicos por unidades do segmento. No sentido de inserir maior diversificação ao setor em Alagoas, outros produtos derivados da cana-de-açúcar já estão no mercado. Com certificação do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento (IBD), na zona rural do Município de Junqueiro, a cana-de-açúcar orgânica oferece produtos como a cachaça, a rapadura, o mel de engenho e o açúcar mascavo, cuja comercialização se processa no mercado interno e apresentados ao mercado externo<sup>3</sup>.

O segmento da construção civil, vem acompanhando a tendência nacional, como reflexo de medidas de incentivos editadas pelo Governo Federal, em 2007. O setor em Alagoas apresentou dinamismo, registrando aumento na produção de cimento, suprimindo a demanda verificada.

Como estratégia para alavancar a atividade turística, o Plano Nacional de Turismo tem como

<sup>1</sup> Gazeta de Alagoas, 28 out 2007

<sup>2</sup> O Jornal, 5 out 2007.

<sup>3</sup> Peru e China (Gazeta de Alagoas 20 jun 2007).

uma das metas a redução do impacto da sazonalidade do setor mediante o lançamento de programas, que objetivam além de fortalecer o mercado interno, a inclusão social. Maceió é a terceira cidade mais visitada, no que se refere, ao Programa Viaja Mais. Objetivando incrementar opções turísticas em Alagoas, projetos culturais como o mapeamento de municípios, poderão formatar uma rota turística integrada nas cidades históricas e formar multiplicadores dos conhecimentos culturais/regionais. Em relação à infra-estrutura hoteleira, novos hotéis foram instalados e estabelecimentos reformados, visando atender à demanda, sinalizada pelo aumento do fluxo turístico no Estado, tendo como uma das premissas básicas, o crescimento do fluxo de passageiros no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, provenientes principalmente de vôos domésticos.

No que se refere às vendas realizadas no comércio alagoano em 2007, verifica-se crescimento em relação ao ano anterior. Até setembro, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio, o varejo atingiu picos de vendas sempre acima da média brasileira. O desempenho positivo prende-se basicamente as vendas do segmento de supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. A seguir os setores de combustíveis e lubrificantes. Para o economista e professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Cícero Péricles, esse desempenho se deve a diversos fatores, entre eles, a injeção de recursos pelos programas sociais na renda das classes mais baixas e o dólar baixo<sup>4</sup>.

Mesmo com retração das exportações de alguns itens, a Balança Comercial Alagoana apresentou resultado positivo em 2007. No setor sucroalcooleiro, a redução verificada nas vendas de açúcar VHP, refletiu nesse resultado. No entanto foi registrado aumento nas exportações de fumo, produtos derivados do salgema e cimento e crescimento nas vendas de flores para o mercado externo. Em regime de cooperativas os produtores de flores tropicais alagoanas estão enfrentando dificuldades por escassez de opção no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, para os mercados externos a falta de vôos internacionais partindo de Alagoas está praticamente inviabilizando esse mercado em franca expansão no Estado. São dezenas de produtores de flores tropicais que exportam seus produtos para países como: Holanda, Portugal, Suíça e Inglaterra, maiores compradores

das flores alagoanas. Em relação ao mercado nacional, os Estados de Minas Gerais, Tocantins, Rio Grande do Sul e São Paulo se destacaram como os maiores compradores do produto alagoano. A produção de flores tropicais em Alagoas representa uma das principais atividades econômicas do Estado, que se destaca como maior produtor do Brasil e maior exportador de flores no Nordeste.

Mesmo com o crescimento do consumo livre de energia, Relatório da Companhia Energética de Alagoas (CEAL), aponta aumento de venda para o setor industrial em 2007 em relação a 2006.

Em Alagoas, a energia da biomassa ocupa espaço significativo. Vale ressaltar, que as unidades do segmento produzem energia para consumo próprio além de excedente que é comercializado com a Eletrobrás.

Verificou-se também aumento no consumo dos segmentos residencial e comercial. O Programa Luz Para Todos beneficiou em Alagoas cerca de 203,5 mil pessoas, o que significa que o Estado conseguirá atingir a meta de universalização da energia até 2008, conforme as expectativas do Ministério das Minas e Energia.

Com relação ao gás foram registrados em Alagoas investimentos nos setores veicular, residencial e industrial com números expressivos que apontam a forte atuação da Algás. Mesmo com retração na produção do petróleo, e do gás natural em 2007.

No exercício financeiro de 2007, o Tesouro Estadual contabilizou superávit orçamentário em relação a 2006. Este desempenho deve ser creditado a fatores como o crescimento real das receitas do Tesouro Estadual, a retração real no item despesa de custeio/investimento e o ingresso de valor resultante da negociação da conta salário com a Caixa Econômica Federal.

Em Alagoas, o mercado de trabalho apresentou nos primeiros meses de 2007 variação negativa no que se refere a admissões e desligamentos, tendo como principal fator, a entressafra do segmento sucroalcooleiro e redução de vendas provocada pelo término do período de festas de final de ano. No entanto, a partir do mês de setembro, com o início da safra do segmento sucroalcooleiro, além do período que antecede as comemorações de final de ano registrando contratações no setor de comércio, aliado ao aumento de visitantes atraídos principalmente pelo turismo de sol e mar, foi registrado aumento significativo no número de admissões no Estado.

<sup>4</sup> O JORNAL, 18 abr 2007

## ATIVIDADE AGRÍCOLA

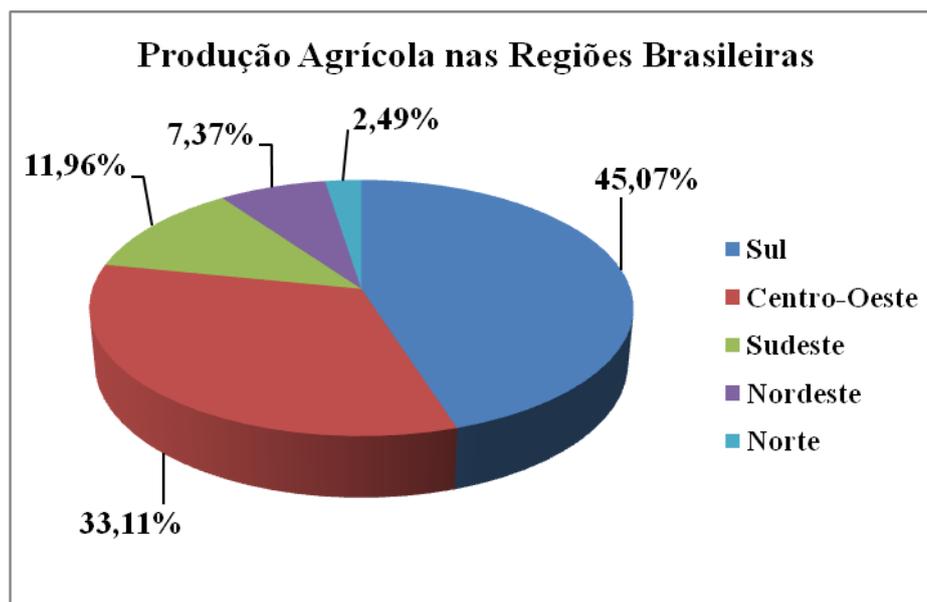
De acordo com os números apresentados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no Brasil, a safra de grãos registrou em 2007 aumento de 14% em relação ao ano<sup>5</sup> de 2006.

Para a Estatal, o crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo clima favorável durante a safra de verão e o melhoramento tecnológico nas lavouras. Em relação à safra anterior, o aumento mais significativo pontua o milho e em seguida aparecem a soja e o algodão em caroço. Com variação negativa para o feijão e as culturas de inverno como trigo<sup>6</sup>.

### PRODUÇÃO AGRÍCOLA POR REGIÕES BRASILEIRAS 2007

Região	Produção (milhões de toneladas)	Participação (%)
Sul	59,9	45,07
Centro-Oeste	44,0	33,11
Sudeste	15,9	11,96
Nordeste	9,8	7,37
Norte	3,3	2,49

Fonte: IBGE



<sup>5</sup> Gazeta Mercantil, 10 ago 2007

<sup>6</sup> Tribuna, 5 set 2007

A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas está assim distribuída: Região Sul, 59,9 milhões de toneladas; Centro-Oeste, 44,0 milhões de toneladas; Sudeste, 15,9 milhões de toneladas; Nordeste, 9,8 milhões de toneladas e Norte, 3,3 milhões de toneladas.

No contexto Brasil, a Região Sul pontuou maior participação com 45% da produção, a Nordeste com 7,4% e a Norte, com menor contribuição, de 2,5%.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se o clima continuar favorável às lavouras, o Brasil terá novo recorde de produção na próxima colheita. O que se especula é que deve haver um aumento de área da soja e do milho. Em relação a soja, os preços mais altos no mercado internacional devem estimular o produtor brasileiro a aumentar a área de cultivo para a próxima safra.

A primeira estimativa para a colheita de 2008, aponta um volume de 137,084 milhões de toneladas. A área cultivada com grãos no Brasil pode chegar a 47,7 milhões de hectares. A previsão é da Conab, em seu primeiro levantamento de intenção de plantio, tendo como expectativa os preços de mercado. “Essa confirmação dependerá, também, das variações climáticas para o período”, comenta o Diretor de Logística e Gestão Empresarial da Estatal<sup>7</sup>.

Ainda de acordo com informação da Estatal, o aumento dos preços médios das *commodities* no mercado externo, deve elevar em 4,5% o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio<sup>8</sup> em 2007.

---

<sup>7</sup> Silvio Porto.

<sup>8</sup> Gazeta de Alagoas, 23 set 2007.

Em Alagoas a colheita de grãos na safra 2007 apresentou números positivos tanto para as lavouras temporárias como para as lavouras per-

manentes, excetuando-se pequena redução para as culturas do abacaxi e da banana.

## SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA

### ALAGOAS

2006 - 2007

PRODUTOS DO LSPA (1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)		
	SAFRA		VARIÇÃO (%) 2007/2006
	2006	2007	
<b>LAVOURAS TEMPORÁRIAS</b>			
ABACAXI (2)	11.503	11.026	-4,15
ALGODÃO HERBÁCEO	3.597	5.000	39,00
ARROZ	11.420	13.956	22,21
CANA DE AÇÚCAR (4)	24.720.000	24.920.000	0,81
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	48.500	49.021	1,07
FUMO (em folha)	17.411	17.425	0,08
MANDIOCA	244.699	288.554	17,92
MILHO (em grão) (1ª safra)	52.800	54.829	3,84
<b>LAVOURAS PERMANENTES</b>			
BANANA (3)	53.445	52.686	-1,42
COCO-DA-BAÍÁ (2)	48.951	49.950	2,04
LARANJA (2)	48.359	61.500	27,17

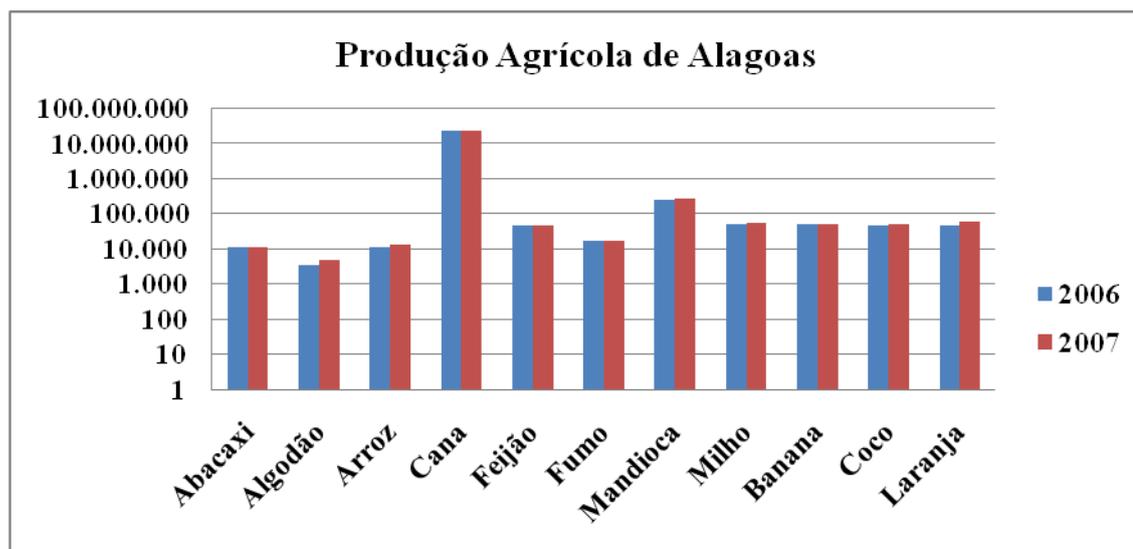
FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola-JANEIRO/FEVEREIRO/2006 - IBGE.

Notas: (1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare

(4) O IBGE trabalha com ano civil e não ano-safra (Gazeta Mercantil 10 ago 2007). A safra 2005/2006 da Cana de Açúcar é de 22.532.29 e a safra de 2006/2007 é de 24.685.900, com variação de 9,56%.



O incremento de 39% na produção de algodão, justifica-se pelo aumento de 1,91% da área plantada, 5,45% da área colhida e 32,01% para o rendimento médio.

No sentido de reestruturar a cultura do algodão em Alagoas, foi criado um grupo de trabalho, cuja ação é coordenada pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Agrário e Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Energia e Logística e tem como meta inicial apresentar o real cenário da cultura e traçar um planejamento de atuação para a cadeia produtiva têxtil, que tem como parceiros a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), Sebrae/AL, a Fábrica da Pedra, em Delmiro Gouveia, e mais outros dez municípios. Segundo o Secretário do Planejamento<sup>9</sup>, a retomada do plantio competitivo do algodão reafirma a prioridade do governo em desenvolver e apoiar os pequenos produtores rurais. “Políticas Públicas voltadas para o pequeno produtor buscam o aumento da base produtiva, a diminuição da desigualdade social, e a permanência do homem no campo. Mas, faz-se necessário adotar o modelo de gestão empresarial, para tornar o algodão alagoano competitivo”. A Fábrica da Pedra será a base da cadeia têxtil, pois absorverá a produção de algodão, que é oriundo de outros estados como Mato Grosso do Sul e Goiás e importado do Paraguai<sup>10</sup>.

Como estímulo à cultura do Algodão no país, a Organização Mundial do Comércio (OMC) favoreceu o Brasil com uma decisão preliminar contra os EUA no painel de investigação sobre os subsídios concedidos pelo Governo Americano aos produtores de algodão no país<sup>11</sup>.

A produção de arroz foi expressiva em Alagoas na safra 2007 com incremento de 22,21% comparado a 2006, pontuando aumento de 1,27% tanto na área plantada, como na área colhida e

rendimento médio de 20,67%. A distribuição de 200 toneladas de sementes para o plantio e cursos de capacitação oferecidos para produtores foram significativos para o desempenho.

Na safra 2007 a produção da mandioca registrou em Alagoas aumento de 17,92% comparado a 2006, registrando incremento de 11,57% tanto na área plantada como na área colhida e com rendimento médio de 5,70%.

No Estado, as plantações de mandioca ocupam uma área de 20 mil hectares e geram uma produção anual de aproximadamente 300 mil toneladas. No Agreste Alagoano, a raiz contribui para o sustento de diversas famílias e está em expansão, através do Arranjo Produtivo Local (APL) da Mandioca, que desde 2004, atua em 14 municípios da região, com o intuito de articular parceiros para viabilizar o funcionamento da cadeia produtiva da cultura. Desta forma registra-se um aumento de produtividade e de faturamento, atraindo novos investidores e criando condições para competir com produtores de outros Estados. Para o gestor do APL da Mandioca<sup>12</sup>, no Estado de Alagoas, o Arranjo beneficia cerca de 26 mil pessoas, que recebem orientações no campo da produção e da comercialização da raiz e seus derivados.

De acordo com dados do Sebrae-AL, na região do APL da Mandioca no Agreste, existem 500 casas de farinha e cerca de 60 mil pessoas que estão envolvidas na atividade. "Por meio da conjugação de esforços de instituições públicas e privadas, da contribuição científica e comercial, é que o Arranjo Produtivo Local poderá aproveitar toda a potencialidade da cultura da mandioca", segundo o coordenador do APL<sup>13</sup>.

Estudos estão sendo elaborados no sentido de promover o acesso a novas ferramentas e tecnologias aplicadas no desenvolvimento dessa cultura, possibilitando agregar valor na produção das casas de farinha, por meio de técnicas mais eficientes de manipulação da mandioca e da diversificação do uso da raiz, com a introdução do amido na composição de pães e massas, objetivando também a aplicação na produção de álcool biocombustível, na indústria farmacêutica e a utilização de resíduos para produção de biomassa, substância que servirá para a alimentação de fornalhas das próprias casas de farinha e fecularias<sup>14</sup>.

<sup>9</sup> Sérgio Moreira

<sup>8</sup> O Jornal, 7 set 2007

<sup>9</sup> “O painel reconheceu a maioria das questões que o Brasil levantou”, informou embaixador brasileiro na OMC, Clodoaldo Huguene. Os representantes do USTR (United States Trade Representative) na OMC confirmaram a decisão contrária ao governo americano que por sua vez alegou que reformou de modo suficiente as regras para subsídios ao algodão ao eliminar dois programas de garantia de crédito às exportações e ao eliminar, no ano passado, o chamado “Step-2” programa do governo dos EUA para compra do algodão norte-americano a preços mais altos que os de mercado. No entanto, o Brasil alegou que os EUA conseguiram manter a posição de segundo maior produtor de algodão do mundo (atrás da China) devido aos US\$ 12,5 bilhões em subsídios pagos aos produtores entre 1999 e 2003 (28 jul 2007). O governo brasileiro considera que as medidas tomadas pelos EUA “não são suficientes” e que os programas de subsídios no país “continuam em plena operação”. (O Jornal 28 jul 2007; O Jornal 7 set 2007).

<sup>12</sup> Nelson Ribeiro

<sup>13</sup> Marcos Fontes.

<sup>14</sup> Alagoas 24 horas, 26 nov 2007.

No Agreste Alagoano, a mandioca constitui matéria prima da “Fecularia do Agreste”, que fabrica 50 toneladas de amido de milho por dia. Embora ainda não produza o amido modificado<sup>15</sup>, diversos subprodutos e variedades de mandioca estão sendo submetidos a testes e podem estar no mercado nos próximos meses<sup>16</sup>.

Em Alagoas a safra de milho em 2007 apresentou incremento de 3,84% em relação a 2006, justificado pelo aumento de 3,95% tanto da área plantada, como da área colhida.

A cultura do milho foi a que teve maior alternância de produção entre outras do setor no Estado, tendo em vista a busca por culturas mais rentáveis<sup>17</sup>. A safra 2007 apresentou crescimento de 3,84% na produção tendo como reflexo clima favorável, além do aumento de 3,95% tanto para área plantada e área colhida.

A safra de feijão em 2007 apresentou em Alagoas incremento de 1,07% em relação a 2006, contando com aumento da área plantada e da área colhida de 2,55%.

Na safra 2006/2007 foram colhidas 24,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em Alagoas apresentando crescimento de 9,56%, em relação à safra anterior que registrou a produção de 22,5 milhões de toneladas. “O crescimento foi impulsionado por boas condições climáticas, como chuvas bem distribuídas no período de desenvolvimento da cana, e por investimentos em novas tecnologias”, aponta o presidente do Sindaçúcar-AL<sup>18</sup>. A ampliação de investimentos em irrigação, que na citada safra registrou 60% da área plantada, contribuiu para o desempenho.

Com o balanço da safra 2006/2007, Alagoas passa a ocupar a quarta posição nacional na produção de cana-de-açúcar<sup>19</sup>. O relatório foi divulgado pelo Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool (Sindaçúcar-AL) durante o XIV Simpósio da Agroindústria da Cana-de-açúcar de Alagoas. Para a próxima safra, o setor estima crescimento, de cerca de 12%. “Com o advento das chuvas e os investimentos contínuos em irrigação, além da renovação das áreas perdidas nas safras anteriores, acreditamos chegar a uma produção de cerca de 27 milhões de toneladas na safra 2007/2008”, afirma. O primeiro sinal de melhoria vem do cam-

po<sup>20</sup>, com a soma de fatores tão diversos quanto a regularidade das chuvas, irrigação e expansão da variedade de cana RB 92579.

Em Alagoas a produção de fumo na safra 2007 praticamente permaneceu constante. A migração de produtores para outras culturas como o milho, a cana-de-açúcar e outras plantações contribuíram para o desempenho registrado.

A cultura do fumo foi precursora do desenvolvimento socioeconômico de Arapiraca e Região do Agreste do Estado. Empresas multinacionais se estabeleceram em Arapiraca a exemplo da Cacique, Amerino Portugal, Souza Cruz e muitas outras. Muitos postos de trabalho foram criados e Arapiraca ingressou numa fase de progresso e desenvolvimento. Com o decorrer dos anos, a produção aumentou de forma generalizada, inclusive no Sul do País, induzindo a redução do preço do produto. Campanhas anti-tabagistas também impulsionaram a crise, contribuindo para a migração de empresários para outras localidades, outras culturas e/ou ramo de atividade. No sentido de amenizar efeitos provenientes da fragilidade da cultura do fumo, surgiram campanhas de diversificação da agricultura<sup>21</sup> no município, que foram assimiladas, dando continuidade ao processo de desenvolvimento da localidade.

Devido principalmente às boas condições de clima e solo, o cultivo do abacaxi é praticado em 30 municípios em diversas regiões do Estado, com uma área de 568 hectares, distribuída em pequenas propriedades rurais<sup>22</sup>. Na Região do Agreste, os municípios que se destacam no cultivo do abacaxi, com significativa expressão econômica são Taquarana, Coité do Nóia e Limoeiro de Anadia, que compõem a grande Região de Arapiraca, possuindo juntos uma área de mais de 350 hectares de abacaxi<sup>23</sup>. Essa cultura desempenha papel socioeconômico muito importante por envolver centenas de agricultores familiares. Mesmo assim, a produção de abacaxi na safra 2007, apresentou em Alagoas redução de 4,15% em relação a 2006, tendo como um dos fatores que contribuíram para o resultado, a redução de 6,35% tanto na área plantada como na área colhida.

<sup>15</sup> Usado na indústria farmacêutica e até em placas de computadores.

<sup>16</sup> Gazeta de Alagoas, 26 maio 2008

<sup>17</sup> Gazeta de Alagoas, 1º maio 2008

<sup>18</sup> Pedro Robério Nogueira

<sup>19</sup> Tribuna Independente, 12 jul 2007

<sup>20</sup> Gazeta de Alagoas, 29 fev 2008

<sup>21</sup> Alagoas 24 horas, 15 jan 2008.

<sup>22</sup> IBGE

<sup>23</sup> O Jornal, 11 nov 2007.

Preocupados em dar suporte aos pequenos agricultores, pesquisadores da Secretaria de Estado de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (Seagri/AL) realizam um trabalho de pesquisa na Estação Experimental de Igaci para indicar as melhores espécies que podem ser plantadas na região e assim aumentar a produtividade da cultura no Estado<sup>24</sup>.

Em relação às lavouras permanentes, na safra 2007 destaca-se em Alagoas a produção de laranja com incremento de 27,17% em relação a 2006. Clima e solo propícios contribuíram para o desempenho positivo.

Com estimativa de cerca de 4 mil hectares plantados de laranja-lima, o município, Santana do Mundaú se constitui, no principal produtor em Alagoas e no Nordeste Brasileiro. Os principais centros consumidores da laranja de Santana do Mundaú são Recife, Caruaru, Aracaju e Fortaleza. Já na entressafra, estados como Rio de Janeiro e São Paulo também são abastecidos com a laranja-lima alagoana. Em avaliações feitas pela Embrapa de Cruz das Almas, na Bahia, a laranja-lima alagoana foi classificada como a melhor do país<sup>25</sup>.

A produção de coco-da-baia na safra 2007 em Alagoas, apresentou crescimento de 2,04% em relação a 2006. Resultado tímido retrata políticas adotadas em relação a importação do produto que concorre para redução de preço, desestimulando a cultura.

De acordo com o Presidente da Associação dos Produtores de Coco em Alagoas<sup>26</sup> (Prococo), no Estado apenas 5 mil produtores cultivam o produto, tendo em vista a desaceleração da demanda do coco no mercado.

A cultura da soja está sendo desenvolvida na Região do Agreste do Estado. O segmento sucroalcooleiro também está aderindo ao plantio da oleaginosa, objetivando renovação dos canaviais. Essa experiência está sendo realizada pela Secretaria de Estado de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (Seagri), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Um dos responsáveis pelo estudo, Gerente Regional da Seagri no Agreste<sup>27</sup>, afirma que uma das vantagens da soja é possuir um ciclo curto (cerca de 100 dias). “Plantamos e adubamos de forma pesada. Como a soja tem um ciclo mais curto que a cana, não consome todo adubo”. De forma que, além da terra se beneficiar com sobras da adubação e da própria cultura, a comercialização da soja abre nova oportunidade de negócio para o segmento<sup>28</sup>.

Com a escassez de alguns produtos por razões como clima e/ou oscilações de mercado, o espaço do inhame já substitui algumas culturas como o trigo<sup>29</sup>, tornando uma alternativa viável para diminuir a evasão de divisas brasileiras e baixar o custo do pão, inclusive oferecendo outras vantagens<sup>30</sup>, além do que, o incremento nessa cultura poderá ser de fundamental importância para a agricultura familiar.

A cultura do inhame já ocupa expressivo espaço no cenário produtivo nacional. Na Região Nordeste em 2007 foi registrado incremento na produção com impacto positivo no mercado de trabalho, com geração estimada de mais de 1 milhão de empregos, motivando implantação de novas feculárias, vendas “in natura” e exportação.

No Estado de Alagoas o inhame é considerado de boa qualidade, sendo produzido nos Municípios de Quebrangulo, Paulo Jacinto, Viçosa, Chã Preta, Mar Vermelho, Pindoba, Cajueiro, Capela, Atalaia, Santana do Mundaú, entre outros.

Técnicos do Governo Estadual de Alagoas, do Sebrae/AL, do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil, SENAR, Conab, Seagri, MDA, Funcred, Sesc, IDERAL e de ONGs estão procurando incentivar essa cultura trazendo informações de cultivo e comercialização<sup>31</sup>.

<sup>27</sup> José Chaves de Vasconcelos Filho.

<sup>28</sup> O Jornal, 5 out 2007.

<sup>29</sup> O Brasil produz apenas 30% do trigo que necessita para sua cadeia de produção (pão, bolacha, biscoitos, bolos, etc). São consumidos no país 10 milhões de toneladas por ano.

<sup>30</sup> Além de substituir alguns produtos, o inhame é alimento especialmente recomendado na prevenção de doenças como dengue, malária e febre amarela, é também indicado no tratamento de doenças como reumatismo, artrite, ácido úrico, inflamações em geral, viroses e micoses. É poderoso depurativo do sangue. Favorece o sistema imunológico e aumenta a fertilidade das mulheres, e é recomendado também para bebês, idosos e convalescentes. É um alimento ideal para ser servido nas escolas públicas, porque é de fácil digestão e altamente energético. O incentivo ao consumo por crianças poderá diminuir os custos do governo no combate a doenças infantis. Além do que, o inhame é rico em vitaminas C e do complexo B, contém cálcio, fósforo e ferro. É uma rica fonte de beta-caroteno. O pão de inhame é recomendado para alérgicos celíacos, pois ao contrário do trigo, do centeio, da cevada e da aveia, não contém glúten.

<sup>31</sup> Gazeta de Alagoas, 6 jul 2007.

<sup>24</sup> Gazeta de Alagoas, 16 dez 2007.

<sup>25</sup> Gazeta de Alagoas, 28 out 2007

<sup>26</sup> Eurico Uchôa.

**SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA 2006 (A)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)		SAFRA 2006 (D)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)	
		JAN(B)	FEV(C)	C/A	C/B		JAN(E)	FEV(F)	F/D	F/E
<b>LAVOURAS TEMPORÁRIAS</b>										
ABACAXI	598	560	560	-6,35	-	598	560	560	-6,35	-
ALGODÃO HERBÁCEO	12.266	12.266	12.266	**	-	11.854	12.266	12.266	3,48	-
ARROZ	3.160	3.200	3.200	**	1,27	3.160	3.200	3.200	1,27	-
CANA-DE-AÇÚCAR	412.000	400.000	400.000	-2,91	-	412.000	400.000	400.000	-2,91	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	97.000	99.471	99.471	**	2,55	97.000	99.471	99.471	2,55	-
FUMO (em folha)	16.770	17.000	17.000	**	1,37	16.570	17.000	17.000	2,60	-
MANDIOCA	18.823	21.000	21.000	11,57	-	18.823	21.000	21.000	11,57	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	80.000	83.162	83.162	**	3,95	80.000	83.162	83.162	3,95	-
<b>LAVOURAS PERMANENTES</b>										
BANANA	4.033	4.033	4.033	-	-	4.033	4.033	4.033	-	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.500	13.500	13.500	-	-	13.500	13.500	13.500	-	-
LARANJA	4.100	4.100	4.100	-	-	4.100	4.100	4.100	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JANEIRO/FEVEREIRO / 2007 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(\*\*) Refere-se a área plantada.

(\*) Situação em dezembro de 2006.

**SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA 2006 (A)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)		SAFRA 2006(D)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)	
		JAN(B)	FEV(C)	C/A	C/B		JAN(E)	FEV(F)	F/D	F/E
<b>LAVOURAS TEMPORÁRIAS</b>										
ABACAXI	11.503	11.026	11.026	-4,15	-	19.236	19.690	19.690	2,36	-
ALGODÃO HERBÁCEO	3.597	4.027	4.027	11,95	-	303	328	328	8,25	-
ARROZ	11.420	13.956	13.956	22,21	-	3.614	4.361	4.361	20,67	-
CANA-DE-AÇÚCAR	24.720.000	24.000.000	24.000.000	-2,91	-	60.000	60.000	60.000	-	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	48.500	49.021	49.021	1,07	-	500	493	493	-1,40	-
FUMO (em folha)	17.411	17.425	17.425	0,08	-	1.051	1.025	1.025	-2,47	-
MANDIOCA	244.699	288.554	288.554	17,92	-	13.000	13.741	13.741	5,70	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	52.800	54.829	54.829	3,84	-	660	659	659	-0,15	-
<b>LAVOURAS PERMANENTES</b>										
BANANA (3)	53.445	52.686	52.686	-1,42	-	13.252	13.064	13.064	-1,42	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	48.951	49.077	49.077	0,26	-	3.626	3.635	3.635	0,25	-
LARANJA (2)	48.359	52.070	52.070	7,67	-	11.795	12.700	12.700	7,67	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JANEIRO/FEVEREIRO / 2007 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(\*) Situação em dezembro 2006.

**SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA 2006 (A)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)		SAFRA 2006 (D)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)	
		MAR(B)	ABR(C)	C/A	C/B		MAR(E)	ABR(F)	F/D	F/E
<b>LAVOURAS TEMPORÁRIAS</b>										
ABACAXI	598	560	560	-6,35	-	598	560	560	-6,35	-
ALGODÃO HERBÁCEO	12.266	12.266 **	12.266	-	-	11.854	12.266	12.266	3,48	-
ARROZ	3.160	3.200 **	3.200	1,27	-	3.160	3.200	3.200	1,27	-
CANA-DE-AÇÚCAR	412.000	400.000	400.000	-2,91	-	412.000	400.000	400.000	-2,91	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	97.000	99.471 **	99.471	2,55	-	97.000	99.471	99.471	2,55	-
FUMO (em folha)	16.770	17.000 **	17.000	1,37	-	16.570	17.000	17.000	2,60	-
MANDIOCA	18.823	21.000	21.000	11,57	-	18.823	21.000	21.000	11,57	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	80.000	83.162 **	83.162	3,95	-	80.000	83.162	83.162	3,95	-
<b>LAVOURAS PERMANENTES</b>										
BANANA	4.033	4.033	4.033	-	-	4.033	4.033	4.033	-	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.500	13.500	13.500	-	-	13.500	13.500	13.500	-	-
LARANJA	4.100	4.100	4.100	-	-	4.100	4.100	4.100	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MARÇO/ABRIL / 2007 - IBGE.  
(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.  
(\*\*) Refere-se a área plantada.  
(\*) Situação em dezembro de 2006.

**SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA 2006 (A)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)		SAFRA 2006 (D)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)	
		MAR(B)	ABR(C)	C/A	C/B		MAR(E)	ABR(F)	F/D	F/E
<b>LAVOURAS TEMPORÁRIAS</b>										
ABACAXI	11.503	11.026	11.026	-4,15	-	19.236	19.690	19.690	2,36	-
ALGODÃO HERBÁCEO	3.597	4.027	4.027	11,95	-	303	328	328	8,25	-
ARROZ	11.420	13.956	13.956	22,21	-	3.614	4.361	4.361	20,67	-
CANA-DE-AÇÚCAR	24.720.000	24.000.000	24.000.000	-2,91	-	60.000	60.000	60.000	-	-
FEIJÃO ( em grão ) (2ª safra)	48.500	49.021	49.021	1,07	-	500	493	493	-1,40	-
FUMO (em folha)	17.411	17.425	17.425	0,08	-	1.051	1.025	1.025	-2,47	-
MANDIOCA	244.699	288.554	288.554	17,92	-	13.000	13.741	13.741	5,70	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	52.800	54.829	54.829	3,84	-	660	659	659	-0,15	-
<b>LAVOURAS PERMANENTES</b>										
BANANA (3)	53.445	52.686	52.686	-1,42	-	13.252	13.064	13.064	-1,42	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	48.951	49.077	49.077	0,26	-	3.626	3.635	3.635	0,25	-
LARANJA (2)	48.359	52.070	52.070	7,67	-	11.795	12.700	12.700	7,67	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MARÇO/ABRIL / 2007 - IBGE.  
(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.  
(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.  
(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.  
(\*) Situação em dezembro 2006.

**SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA 2006 (A)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)		SAFRA 2006 (D)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)	
		MAI(B)	JUN(C)	C/A	C/B		MAI(E)	JUN(F)	F/D	F/E
<b>LAVOURAS TEMPORÁRIAS</b>										
ABACAXI	598	560	560	-6,35	-	598	560	560	-6,35	-
ALGODÃO HERBÁCEO	12.266	12.266	12.266	**	-	11.854	12.266	12.266	3,48	-
ARROZ	3.160	3.200	3.200	**	1,27	3.160	3.200	3.200	1,27	-
CANA-DE-AÇÚCAR	412.000	400.000	400.000	-2,91	-	412.000	400.000	400.000	-2,91	-
FEIJÃO ( em grão ) (2ª safra)	97.000	99.471	99.471	**	2,55	97.000	99.471	99.471	2,55	-
FUMO (em folha)	16.770	17.000	17.000	**	1,37	16.570	17.000	17.000	2,60	-
MANDIOCA	18.823	21.000	21.000	11,57	-	18.823	21.000	21.000	11,57	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	80.000	83.162	83.162	**	3,95	80.000	83.162	83.162	3,95	-
<b>LAVOURAS PERMANENTES</b>										
BANANA	4.033	4.033	4.033	-	-	4.033	4.033	4.033	-	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.500	13.500	13.500	-	-	13.500	13.500	13.500	-	-
LARANJA	4.100	4.100	4.100	-	-	4.100	4.100	4.100	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MAIO/JUNHO / 2007 - IBGE.  
(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.  
(\*\*) Refere-se a área plantada.  
(\*) Situação em dezembro de 2006.

**SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA 2006 (A)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)		SAFRA 2006 (D)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)	
		MAI(B)	JUN(C)	C/A	C/B		MAI(E)	JUN(F)	F/D	F/E
<b>LAVOURAS TEMPORÁRIAS</b>										
ABACAXI	11.503	11.026	11.026	-4,15	-	19.236	19.690	19.690	2,36	-
ALGODÃO HERBÁCEO	3.597	4.027	4.027	11,95	-	303	328	328	8,25	-
ARROZ	11.420	13.956	13.956	22,21	-	3.614	4.361	4.361	20,67	-
CANA-DE-AÇÚCAR	24.720.000	24.000.000	24.000.000	-2,91	-	60.000	60.000	60.000	-	-
FEIJÃO ( em grão ) (2ª safra)	48.500	49.021	49.021	1,07	-	500	493	493	-1,40	-
FUMO (em folha)	17.411	17.425	17.425	0,08	-	1.051	1.025	1.025	-2,47	-
MANDIOCA	244.699	288.554	288.554	17,92	-	13.000	13.741	13.741	5,70	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	52.800	54.829	54.829	3,84	-	660	659	659	-0,15	-
<b>LAVOURAS PERMANENTES</b>										
BANANA (3)	53.445	52.686	52.686	-1,42	-	13.252	13.064	13.064	-1,42	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	48.951	49.077	49.077	0,26	-	3.626	3.635	3.635	0,25	-
LARANJA (2)	48.359	52.070	52.070	7,67	-	11.795	12.700	12.700	7,67	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MAIO/JUNHO / 2007 - IBGE.  
(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.  
(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.  
(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.  
(\*) Situação em dezembro 2006.

**SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA 2006 (A)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)		SAFRA 2006 (D)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)	
		JUL(B)	AGO(C)	C/A	C/B		JUL(E)	AGO(F)	F/D	F/E
<b>LAVOURAS TEMPORÁRIAS</b>										
ABACAXI	598	560	560	-6,35	-	598	560	560	-6,35	-
ALGODÃO HERBÁCEO	12.266	12.266	12.266	**	-	11.854	12.266	12.266	3,48	-
ARROZ	3.160	3.200	3.200	**	1,27	3.160	3.200	3.200	1,27	-
CANA-DE-AÇÚCAR	412.000	400.000	400.000		-2,91	412.000	400.000	400.000	-2,91	-
FEIJÃO ( em grão ) (2ª safra)	97.000	99.471	99.471	**	2,55	97.000	99.471	99.471	2,55	-
FUMO (em folha)	16.770	17.000	17.000	**	1,37	16.570	17.000	17.000	2,60	-
MANDIOCA	18.823	21.000	21.000		11,57	18.823	21.000	21.000	11,57	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	80.000	83.162	83.162	**	3,95	80.000	83.162	83.162	3,95	-
<b>LAVOURAS PERMANENTES</b>										
BANANA	4.033	4.033	4.033		-	4.033	4.033	4.033	-	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.500	13.500	13.500		-	13.500	13.500	13.500	-	-
LARANJA	4.100	4.100	4.100		-	4.100	4.100	4.100	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JULHO/AGOSTO / 2007 - IBGE.  
(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.  
(\*\*) Refere-se a área plantada.  
(\*) Situação em dezembro de 2006.

**SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA 2006 (A)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)		SAFRA 2006 (D)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)	
		JUL(B)	AGO(C)	C/A	C/B		JUL(E)	AGO(F)	F/D	F/E
<b>LAVOURAS TEMPORÁRIAS</b>										
ABACAXI	11.503	11.026	11.026	-4,15	-	19.236	19.690	19.690	2,36	-
ALGODÃO HERBÁCEO	3.597	4.027	4.027	11,95	-	303	328	328	8,25	-
ARROZ	11.420	13.956	13.956	22,21	-	3.614	4.361	4.361	20,67	-
CANA-DE-AÇÚCAR	24.720.000	24.000.000	24.000.000	-2,91	-	60.000	60.000	60.000	-	-
FEIJÃO ( em grão ) (2ª safra)	48.500	49.021	49.021	1,07	-	500	493	493	-1,40	-
FUMO (em folha)	17.411	17.425	17.425	0,08	-	1.051	1.025	1.025	-2,47	-
MANDIOCA	244.699	288.554	288.554	17,92	-	13.000	13.741	13.741	5,70	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	52.800	54.829	54.829	3,84	-	660	659	659	-0,15	-
<b>LAVOURAS PERMANENTES</b>										
BANANA (3)	53.445	52.686	52.686	-1,42	-	13.252	13.064	13.064	-1,42	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	48.951	49.077	49.077	0,26	-	3.626	3.635	3.635	0,25	-
LARANJA (2)	48.359	52.070	52.070	7,67	-	11.795	12.700	12.700	7,67	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JULHO/AGOSTO/ 2007 - IBGE.  
(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.  
(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.  
(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.  
(\*) Situação em dezembro 2006.

**SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA 2006(A)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)		SAFRA 2006(D)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)	
		SET(B)	OUT(C)	C/A	C/B		SET(E)	OUT(F)	F/D	F/E
<b>LAVOURAS TEMPORÁRIAS</b>										
ABACAXI	598	560	560	-6,35	-	598	560	560	-6,35	-
ALGODÃO HERBÁCEO	12.266	12.266	12.266	**	-	11.854	12.266	12.266	3,48	-
ARROZ	3.160	3.200	3.200	**	1,27	3.160	3.200	3.200	1,27	-
CANA-DE-AÇÚCAR	412.000	400.000	415.000	0,73	3,75	412.000	400.000	415.000	0,73	3,75
FEIJÃO ( em grão ) (2ª safra)	97.000	99.471	99.471	**	2,55	97.000	99.471	99.471	2,55	-
FUMO (em folha)	16.770	17.000	17.000	**	1,37	16.570	17.000	17.000	2,60	-
MANDIOCA	18.823	21.000	21.000	11,57	-	18.823	21.000	21.000	11,57	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	80.000	83.162	83.162	**	3,95	80.000	83.162	83.162	3,95	-
<b>LAVOURAS PERMANENTES</b>										
BANANA	4.033	4.033	4.033	-	-	4.033	4.033	4.033	-	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.500	13.500	13.500	-	-	13.500	13.500	13.500	-	-
LARANJA	4.100	4.100	4.100	-	-	4.100	4.100	4.100	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola SETEMBRO/OUTUBRO / 2007 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(\*\*) Refere-se a área plantada.

(\*) Situação em dezembro de 2006.

**SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA 2006 (A)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)		SAFRA 2006(D)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)	
		SET(B)	OUT(C)	C/A	C/B		SET(E)	OUT(F)	F/D	F/E
<b>LAVOURAS TEMPORÁRIAS</b>										
ABACAXI	11.503	11.026	11.026	-4,15	-	19.236	19.690	19.690	2,36	-
ALGODÃO HERBÁCEO	3.597	4.027	4.027	11,95	-	303	328	328	8,25	-
ARROZ	11.420	13.956	13.956	22,21	-	3.614	4.361	4.361	20,67	-
CANA-DE-AÇÚCAR	24.720.000	24.000.000	25.000.000	1,13	4,17	60.000	60.000	60.240	0,40	0,40
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	48.500	49.021	49.021	1,07	-	500	493	493	-1,40	-
FUMO (em folha)	17.411	17.425	17.425	0,08	-	1.051	1.025	1.025	-2,47	-
MANDIOCA	244.699	288.554	288.554	17,92	-	13.000	13.741	13.741	5,70	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	52.800	54.829	54.829	3,84	-	660	659	659	-0,15	-
<b>LAVOURAS PERMANENTES</b>										
BANANA (3)	53.445	52.686	52.686	-1,42	-	13.252	13.064	13.064	-1,42	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	48.951	49.077	49.950	2,04	1,78	3.626	3.635	3.700	2,04	1,79
LARANJA (2)	48.359	52.070	61.500	27,17	18,11	11.795	12.700	15.000	27,17	18,11

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola SETEMBRO/OUTUBRO / 2007 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(\*) Situação em dezembro 2006.

**SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA COLHIDA**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA COLHIDA (ha)					
	SAFRA 2006(A)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)		SAFRA 2006(D)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)		
		NOV(B)	DEZ(C)	C/A	C/B		NOV(E)	DEZ(F)	F/D	F/E	
<b>LAVOURAS TEMPORÁRIAS</b>											
ABACAXI	598	560	560	-6,35	-	598	560	560	-6,35	-	
ALGODÃO HERBÁCEO	12.266	12.500	12.500	**	1,91	-	11.854	12.500	12.500	5,45	-
ARROZ	3.160	3.200	3.200	**	1,27	-	3.160	3.200	3.200	1,27	-
CANA-DE-AÇÚCAR	412.000	413.679	413.679		0,41	-	412.000	413.679	413.679	0,41	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	97.000	99.471	99.471	**	2,55	-	97.000	99.471	99.471	2,55	-
FUMO (em folha)	16.770	17.000	17.000	**	1,37	-	16.570	17.000	17.000	2,60	-
MANDIOCA	18.823	21.000	21.000	**	11,57	-	18.823	21.000	21.000	11,57	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	80.000	83.162	83.162		3,95	-	80.000	83.162	83.162	3,95	-
<b>LAVOURAS PERMANENTES</b>											
BANANA	4.033	4.033	4.033		-	-	4.033	4.033	4.033	-	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.500	13.500	13.500		-	-	13.500	13.500	13.500	-	-
LARANJA	4.100	4.100	4.100		-	-	4.100	4.100	4.100	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola NOVEMBRO/DEZEMBRO/ 2007 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(\*\*) Refere-se a área plantada

(\*) Situação em dezembro de 2006.

**SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO OBTIDOS**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA 2006 (A)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)		SAFRA 2006(D)(*)	SAFRA/2007		VAR. (%)	
		NOV(B)	DEZ(C)	C/A	C/B		NOV(E)	DEZ(F)	F/D	F/E
<b>LAVOURAS TEMPORÁRIAS</b>										
ABACAXI	11.503	11.026	11.026	-4,15	-	19.236	19.690	19.690	2,36	-
ALGODÃO HERBÁCEO	3.597	5.000	5.000	39,00	-	303	400	400	32,01	-
ARROZ	11.420	13.956	13.956	22,21	-	3.614	4.361	4.361	20,67	-
CANA-DE-AÇÚCAR	24.720.000	24.920.000	24.920.000	0,81	-	60.000	60.240	60.240	0,40	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	48.500	49.021	49.021	1,07	-	500	493	493	-1,40	-
FUMO (em folha)	17.411	17.425	17.425	0,08	-	1.051	1.025	1.025	-2,47	-
MANDIOCA	244.699	288.554	288.554	17,92	-	13.000	13.741	13.741	5,70	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	52.800	54.829	54.829	3,84	-	660	659	659	-0,15	-
<b>LAVOURAS PERMANENTES</b>										
BANANA (3)	53.445	52.686	52.686	-1,42	-	13.252	13.064	13.064	-1,42	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	48.951	49.950	49.950	2,04	-	3.626	3.700	3.700	2,04	-
LARANJA (2)	48.359	61.500	61.500	27,17	-	11.795	15.000	15.000	27,17	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola NOVEMBRO/DEZEMBRO/ 2007 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(\*) Situação em dezembro 2006.

## ATIVIDADE INDUSTRIAL

O crescimento da indústria brasileira nas últimas décadas está pautado no processo de desconcentração, com a disseminação em diferentes atividades, na maioria dos segmentos.

Segundo Sondagem Industrial<sup>32</sup> divulgada em julho pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), vinte e um dos vinte e sete setores ouvidos pela instituição declararam que cresceram no segundo trimestre de 2007. Em 2006, no mesmo período, apenas oito setores afirmaram que tinham expandido suas atividades. Os melhores desempenhos ficaram por conta do álcool, refino de petróleo e veículos automotores<sup>33</sup>.

Como resultante, o aumento do consumo no país está induzindo o setor industrial a incrementar seus investimentos em 2008. Uma pesquisa da CNI mostra que 42% das empresas ampliarão a sua capacidade produtiva<sup>34</sup>.

Considera-se esta, a explicação para a expectativa dos empresários da indústria, com base no fato de que o atual crescimento está ancorado em uma melhora estrutural da economia, sobretudo pautado na demanda doméstica<sup>35</sup>. Apesar dos juros elevados, o crédito consignado ajudou a aumentar o consumo das famílias de baixa renda, o que estimulou a produção. Tais fatores formatam a expectativa de que o crescimento se consolide, espontaneamente e de forma diferente do ocorrido nos períodos anteriores, quando o crescimento sempre foi acompanhado por medidas restritivas, como a elevação do câmbio em 2004, ou a crise da Argentina, em 2007.

<sup>32</sup>A Sondagem Industrial é feita trimestralmente pela CNI. A mais recente ouviu 1700 empresas entre os dias 29 de junho e 18 de julho. Essa última edição revelou que as pequenas e médias empresas começam a se beneficiar da recuperação da atividade industrial, com índice de produção de 58,3 pontos, segundo, o método aplicado. As médias e pequenas empresas também registram melhora significativa nos indicadores de evolução da produção, 56,9 pontos e 52,6 pontos, respectivamente. Conforme o indicador CNI, aqueles setores com que têm índice acima de 50 pontos apresentam crescimento. Em termos de comparação, o índice de evolução da produção por porte da empresa, no segundo trimestre de 2006, foi de 44,6 pontos para as de pequeno porte, 49,3 pontos para as médias e de 52,1 pontos para as grandes.

<sup>33</sup>Gazeta Mercantil, 28 e 29 jul 2007.

<sup>34</sup>Gazeta de Alagoas, 26 nov 2007

<sup>35</sup>Renato Fonseca (economista da CNI).

## SEGMENTO SUCROALCOOLEIRO

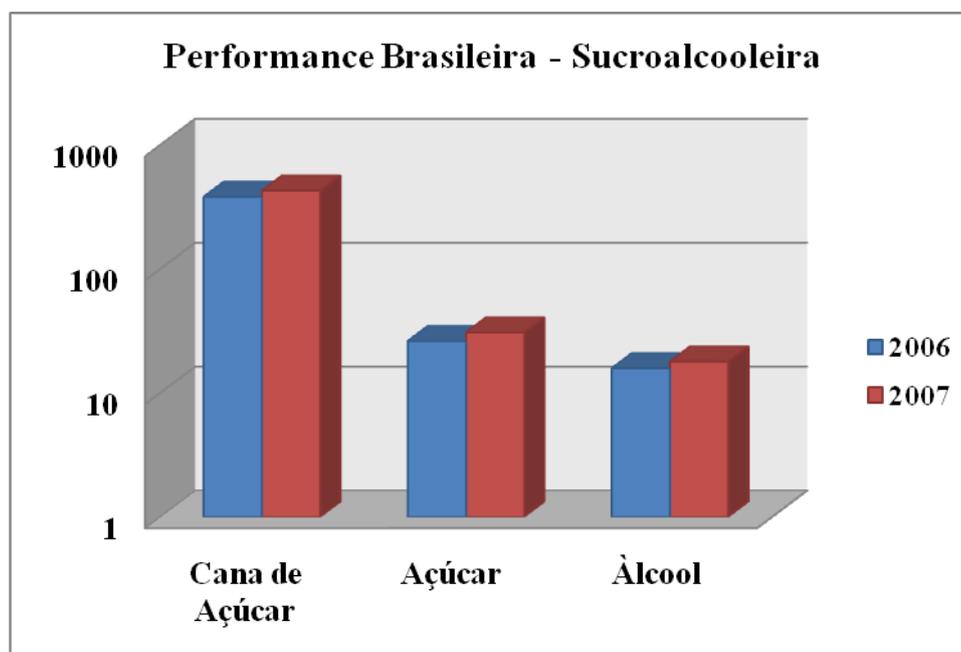
No contexto Brasil<sup>36</sup>, a produção de cana-de-açúcar na safra 2006/2007 apresentou crescimento de 12,17% em relação à safra anterior, passando de 382,40 milhões de toneladas para 428,94.

No que se refere ao açúcar foram produzidas 30,75 milhões toneladas e 17,94 bilhões de litros de álcool, com aumento de 17,36% e 13,56% respectivamente.

### PERFORMANCE BRASILEIRA - SEGMENTO SUCROALCOOLEIRO 2005/2006 e 2006/2007

PRODUÇÃO	SAFRA		VARIÇÃO (%)
	2005/2006	2006/2007	
CANA DE AÇÚCAR (milhões de ton)	382,40	428,94	12,17
AÇÚCAR (milhões de ton)	26,20	30,75	17,36
ÁLCOOL (bilhões de litros)	15,80	17,94	13,56

FONTE: Sindicato da Indústria do Açúcar e do álcool /AL



<sup>36</sup> MAPA/DAA, DATAGRO, MICT, Sindaçúcar-AL, Sindaçúcar-PE.

A produção de cana-de-açúcar na Região Nordeste (Norte/Nordeste) na safra 2006/2007 apresentou resultado de 55,0 milhões de toneladas, com aumento de 10,89% em relação a safra anterior que contabilizou 49,6 milhões de toneladas<sup>37</sup>. No que se refere ao açúcar foram produzidas 4,2 milhões de toneladas e 1,8 bilhão de litros de álcool.

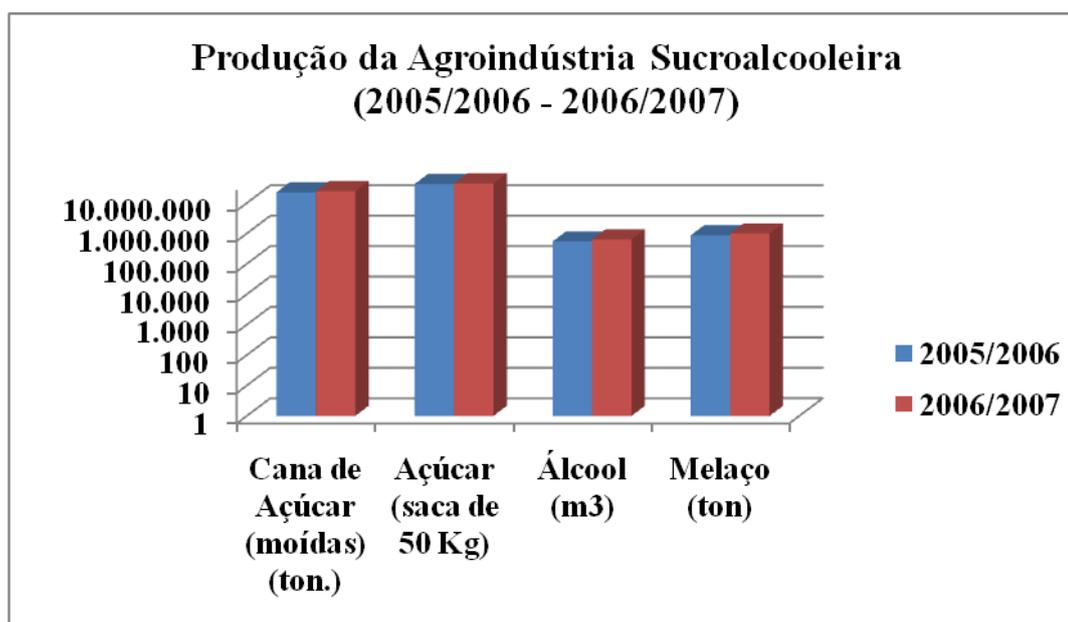
Em Alagoas na safra 2006/2007 foram colhidas 24,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, registrando aumento de 9,56% em relação à safra anterior. Quanto ao açúcar foram produzidas 44,3 mil sacas de 50 kg e 636,825 m<sup>3</sup> de álcool.

O desempenho positivo em Alagoas, atribui-se além do volume e distribuição das chuvas, a adoção de processos tecnológicos por unidades do segmento.

## PRODUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA ALAGOAS 2005/2006 - 2006/2007

PRODUTOS	SAFRA		VAR. (%)	PARTICIPAÇÃO (%)	
	2005/2006 (A)	2006/2007 (B)	B/A	SAFRA	
				(A)	(B)
<b>CANA DE AÇÚCAR (moídas) (milhões de ton.)</b>	<b>22.532.291</b>	<b>24.685.900</b>	<b>9,56</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
PARA AÇÚCAR	18.577.040	20.034.828	7,85	82,45	81,16
PARA ÁLCOOL	3.955.250	4.651.072	17,59	17,55	18,84
<b>AÇÚCAR (mil sacas de 50 Kg)</b>	<b>42.075.953</b>	<b>44.270.255</b>	<b>5,22</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
AÇÚCAR DEMERARA (VHP)	28.898.081	26.904.405	-6,90	68,68	60,77
AÇÚCAR CRISTAL	10.968.972	14.099.050	28,54	26,07	31,85
AÇÚCAR REFINADO GRANULADO	2.208.900	3.266.800	47,89	5,25	7,38
<b>ÁLCOOL (m<sup>3</sup>)</b>	<b>546.046</b>	<b>636.825</b>	<b>16,62</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
ÁLCOOL ANIDRO	212.334	280.036	31,88	38,89	43,97
ÁLCOOL HIDRATADO	333.712	356.789	6,92	61,11	56,03
<b>MELAÇO (ton)</b>	<b>872.514</b>	<b>1.001.694</b>	<b>14,81</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool/AL



<sup>37</sup> MAPA/DAA, DATAGRO, MICT, Sindaçúcar-AL, Sindaçúcar-PE.

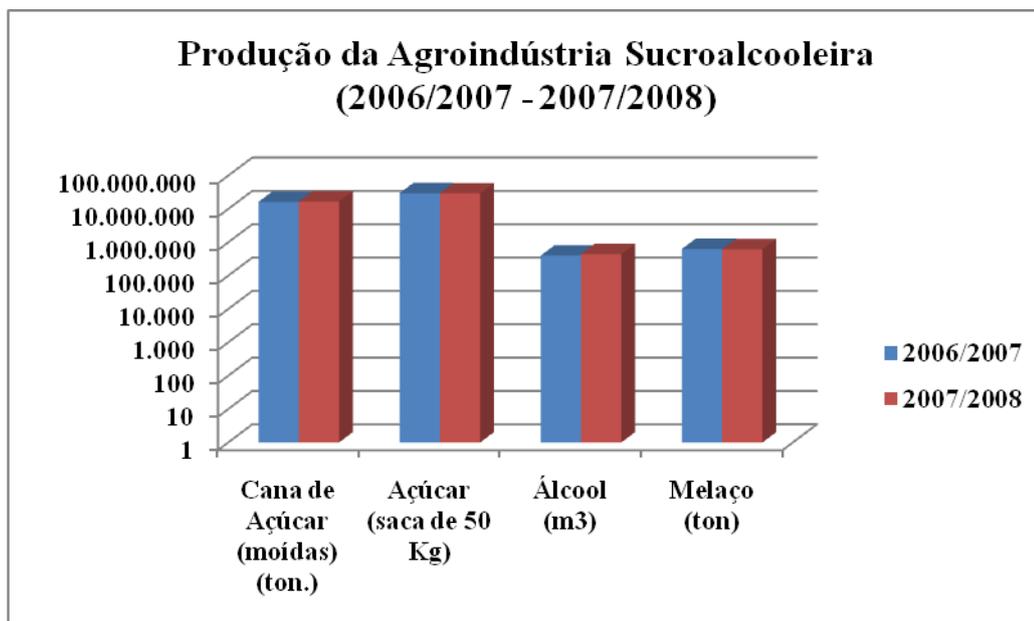
Em decorrência do planejamento para a produção da safra 2007/2008, o desempenho em 31 de dezembro de 2007 retrata aumento de 2,21% para a produção de cana-de-açúcar,

11,29% para o álcool, redução de 0,98% para o açúcar e 1,93% para o melação em relação ao mesmo período em 2006.

**PRODUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA  
ALAGOAS  
2006/2007 - 2007/2008**

PRODUTOS	SAFRA*		
	2006/2007	2007/2008	VARIAÇÃO (%)
CANA DE AÇÚCAR (moídas) (milhões de ton.)	16.371.899	16.733.045	2,21
AÇÚCAR (milhões de saca de 50 Kg)	29.723.850	29.432.820	-0,98
ÁLCOOL (m <sup>3</sup> )	400.128	445.309	11,29
MELAÇO (ton)	631.167	618.993	-1,93

FONTE: Sindicato da Indústria do Açúcar e do álcool/AL  
\*Posição em 31 de dezembro



No contexto Brasil, segundo estimativa da Conab para a safra 2007/2008, a produção de cana-de-açúcar deverá apresentar incremento de 11,4%, o açúcar 4,81% e o álcool 17,73%, com expressivo aumento na produção nacional de álcool em relação a safra 2006/2007.

No mesmo período para Região Nordeste<sup>38</sup>, o regime de chuvas está contribuindo para que os canaviais apresentem crescimento, sendo possível manter uma previsão otimista quanto ao desempenho da colheita da cana-de-açúcar com aumento de 7,85%. Para o açúcar, a previsão é de crescimento de 2,43% e para o álcool, é esperado um substancial incremento de 17,5%.

Em razão do desempenho climático e tecnologias utilizadas pelo segmento sucroalcooleiro de Alagoas, estima-se para a safra 2007/2008 aumento na produção de cana-de-açúcar com cerca de 8,5% em relação à safra anterior<sup>39</sup>.

No que se refere ao mercado mundial de açúcar, o Brasil vem aumentando sua participação. Em 2002, contava com 28% do mercado, em 2007, com 40% do volume comercializado de cerca de 47 a 50 milhões de toneladas.

Com relação ao álcool no Brasil, em 2007, unidades do segmento sucroalcooleiro aumentaram a produção para atender a demanda, em razão de crescimento do consumo desde 2003, com o advento do carro Flex.

Acompanhando a taxa de consumo nacional, o setor em Alagoas também está ampliando a produção de álcool. Na safra 2006/2007 foram produzidos 636.825 m<sup>3</sup> do combustível (anidro e hidratado). Mesmo antes do encerramento da moagem da safra 2007/2008, a produção já alcança 814,980 m<sup>3</sup> de álcool, 28% a mais de todo o volume da safra anterior<sup>40</sup>.

Em Alagoas, outros produtos derivados da cana-de-açúcar já estão no mercado. Com certificação do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento (IBD), na zona rural do Município de Junqueiro, a cana-de-açúcar orgânica oferece produtos como: cachaça, rapadura, mel de engenho e o açúcar mascavo, cuja comercialização se processa no mercado interno<sup>41</sup>.

A certificação garante ao consumidor que a origem do produto é totalmente livre de qualquer contaminação química, com uso de práticas agrícolas ecologicamente corretas. A inspeção do instituto segue padrões internacionais e verifica também se o sistema de produção agrícola busca manejar de forma equilibrada os recursos naturais, mantendo um ambiente propício para o cultivo da cana orgânica<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Gazeta de Alagoas, 18 abr 2008

<sup>41</sup> Peru e China (Gazeta de Alagoas, 20 jun 2007).

<sup>42</sup> Gazeta de Alagoas, 18 abr 2008

---

<sup>38</sup> Principais Estados produtores: Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

<sup>39</sup> Assessor Técnico do Sindaçúcar-AL. (Jorge Sandes).

## SALGEMA

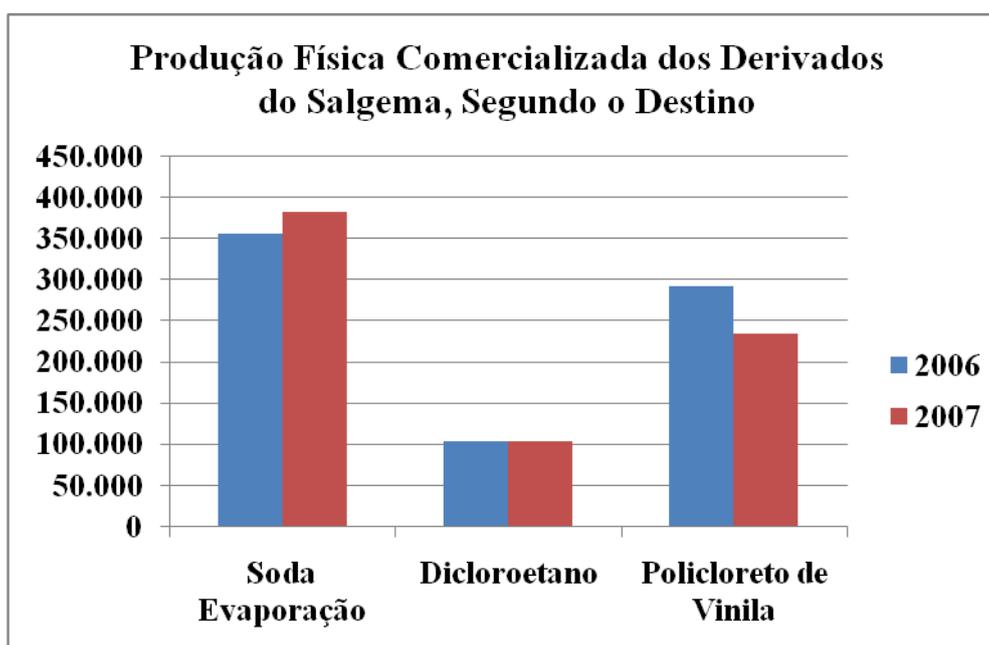
A produção física comercializada dos derivados do salgema em 2007, apresentou variação positiva no mercado interno para a soda evaporação, da ordem de 7,05% e para o policloreto de

vinila de 7,72%. No mercado externo a variação positiva ficou por conta do Dicloroetano, com 0,76%, enquanto para o policloreto de vinila ocorreu redução de 83,90%.

### PRODUÇÃO FÍSICA COMERCIALIZADA DOS DERIVADOS DO SALGEMA, SEGUNDO O DESTINO ALAGOAS 2006 - 2007

MERCADO	PRODUÇÃO (ton.)								
	SODA EVAPORAÇÃO			DICLOROETANO			POLICLORETO DE VINILA		
	ANUAL		VAR (%) 2007/2006	ANUAL		VAR (%) 2007/2006	ANUAL		VAR (%) 2007/2006
	2006	2007		2006	2007		2006	2007	
Interno	357.287	382.476	7,05	-	-	-	204.665	220.456	7,72
Externo	-	-	-	104.096	104.890	0,76	88.397	14.232	-83,90
Total	357.287	382.476	7,05	104.096	104.890	0,76	293.062	234.688	-19,92

Fonte: Brasken  
Nota: Dados Trabalhados pela SEPLAN



No sentido de tornar-se cada vez mais competitiva no mercado, a Braskem anuncia o primeiro polietileno linear certificado do mundo, feito a partir de matérias-primas 100% renováveis, confirmando sua liderança tecnológica na produção de polímeros verdes e seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Essa conquista foi obtida por meio do desenvolvimento de tecnologia com utilização do biobuteno, que vai permitir a empresa ampliar sua linha de polietilenos verdes.

O anúncio representa um novo marco no programa de desenvolvimento de biopolímeros pela Braskem, iniciado em junho de 2007, com lançamento da primeira resina verde, o polietileno de alta densidade, destinados a mercados que exigem produtos com desempenho e qualidade superiores, com destaque para indústria automobilística, de embalagens alimentícias, cosméticos e artigos de higiene pessoal.

**PRODUÇÃO FÍSICA COMERCIALIZADA DOS DERIVADOS DO SALGEMA  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

MÊS	PRODUÇÃO (ton.)											
	SODA EVAPORAÇÃO				DICLOROETANO				POLICLORETO DE VINILA			
	MERC. INT.(A)	MERC. EXT.(B)	TOTAL A+B	VAR. (%) 2007/2006	MERC. INT.(C)	MERC. EXT.(D)	TOTAL C+D	VAR. (%) 2007/2006	MERC. INT.(E)	MERC. EXT.(F)	TOTAL E+F	VAR. (%) 2007/2006
<b>2006</b>												
JANEIRO	29.282	-	29.282	-	-	18.004	18.004	-	14.159	18.212	32.371	-
FEVEREIRO	30.896	-	30.896	-	-	8.995	8.995	-	19.306	10.033	29.339	-
MARÇO	30.457	-	30.457	-	-	11.981	11.981	-	20.152	13.827	33.979	-
ABRIL	29.842	-	29.842	-	-	15.910	15.910	-	14.372	17.522	31.894	-
MAIO	27.038	-	27.038	-	-	15.184	15.184	-	19.045	16.874	35.919	-
JUNHO	27.511	-	27.511	-	-	3.051	3.051	-	19.325	4.975	24.300	-
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>175.026</b>	-	<b>175.026</b>	-	-	<b>73.125</b>	<b>73.125</b>	-	<b>106.359</b>	<b>81.443</b>	<b>187.802</b>	-
JULHO	23.969	-	23.969	-	-	-	-	-	11.969	1.092	13.061	-
AGOSTO	29.173	-	29.173	-	-	-	-	-	24.412	1.760	26.172	-
SETEMBRO	36.854	-	36.854	-	-	17.969	17.969	-	18.754	1.292	20.046	-
OUTUBRO	24.645	-	24.645	-	-	13.002	13.002	-	16.915	1.500	18.415	-
NOVEMBRO	37.222	-	37.222	-	-	-	-	-	14.522	512	15.034	-
DEZEMBRO	30.398	-	30.398	-	-	-	-	-	11.734	798	12.532	-
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>182.261</b>	-	<b>182.261</b>	-	-	<b>30.971</b>	<b>30.971</b>	-	<b>98.306</b>	<b>6.954</b>	<b>105.260</b>	-
<b>ANUAL</b>	<b>357.287</b>	-	<b>357.287</b>	-	-	<b>104.096</b>	<b>104.096</b>	-	<b>204.665</b>	<b>88.397</b>	<b>293.062</b>	-
<b>2007</b>												
JANEIRO	29.662	-	29.662	1,30	-	12.995	12.995	-27,82	11.955	1.158	13.113	-59,49
FEVEREIRO	28.304	-	28.304	-8,39	-	12.994	12.994	44,46	15.505	1.196	16.701	-43,08
MARÇO	29.197	-	29.197	-4,14	-	10.202	10.202	-14,85	15.379	1.916	17.295	-49,10
ABRIL	30.237	-	30.237	1,32	-	12.373	12.373	-22,23	12.389	512	12.901	-59,55
MAIO	30.570	-	30.570	13,06	-	-	-	-	12.318	1.144	13.462	-62,52
JUNHO	31.904	-	31.904	15,97	-	-	-	-	21.606	2.076	23.682	-2,54
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>179.874</b>	-	<b>179.874</b>	<b>2,77</b>	-	<b>48.564</b>	<b>48.564</b>	<b>-33,59</b>	<b>89.152</b>	<b>8.002</b>	<b>97.154</b>	<b>-48,27</b>
JULHO	32.016	-	32.016	33,57	-	9.413	9.413	-	19.027	1.478	20.505	56,99
AGOSTO	29.594	-	29.594	1,44	-	21.789	21.789	-	20.168	1.300	21.468	-17,97
SETEMBRO	34.385	-	34.385	-6,70	-	-	-	-	22.676	1.118	23.794	18,70
OUTUBRO	35.357	-	35.357	43,47	-	12.506	12.506	-3,81	21.853	592	22.445	21,88
NOVEMBRO	36.306	-	36.306	-2,46	-	12.618	12.618	-	19.877	442	20.319	35,15
DEZEMBRO	34.944	-	34.944	14,95	-	-	-	-	27.703	1.300	29.003	131,43
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>202.602</b>	-	<b>202.602</b>	<b>11,16</b>	-	<b>56.326</b>	<b>56.326</b>	<b>81,87</b>	<b>131.304</b>	<b>6.230</b>	<b>137.534</b>	<b>30,66</b>
<b>ANUAL</b>	<b>382.476</b>	-	<b>382.476</b>	<b>7,05</b>	-	<b>104.890</b>	<b>104.890</b>	<b>0,76</b>	<b>220.456</b>	<b>14.232</b>	<b>234.688</b>	<b>-19,92</b>

Fonte: Braskem.

**PRODUÇÃO FÍSICA DOS DERIVADOS DO SALGEMA  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

MÊS	PRODUÇÃO (ton.)					
	SODA EVAPORAÇÃO		DICLOROETANO		POLICLORETO DE VINILA	
	TOTAL	VAR (%) 2007/2006	TOTAL	VAR (%) 2007/2006	TOTAL	VAR (%) 2007/2006
<b>2006</b>						
JANEIRO	34.862	-	5.967	-	18.100	-
FEVEREIRO	34.244	-	19.682	-	17.570	-
MARÇO	32.379	-	14.998	-	19.539	-
ABRIL	36.097	-	7.160	-	16.613	-
MAIO	24.041	-	14.089	-	18.887	-
JUNHO	22.800	-	1.515	-	18.066	-
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>184.423</b>	<b>-</b>	<b>63.411</b>	<b>-</b>	<b>108.775</b>	<b>-</b>
JULHO	33.728	-	1.314	-	18.488	-
AGOSTO	35.196	-	11.394	-	19.550	-
SETEMBRO	34.789	-	12.121	-	19.109	-
OUTUBRO	37.675	-	14.109	-	21.570	-
NOVEMBRO	35.412	-	4.067	-	20.319	-
DEZEMBRO	34.350	-	1.354	-	20.687	-
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>211.150</b>	<b>-</b>	<b>44.359</b>	<b>-</b>	<b>119.723</b>	<b>-</b>
<b>ANUAL</b>	<b>395.573</b>	<b>-</b>	<b>107.770</b>	<b>-</b>	<b>228.498</b>	<b>-</b>
<b>2007</b>						
JANEIRO	37.961	8,89	15.296	156,34	20.785	14,83
FEVEREIRO	30.107	-12,08	13.354	-32,15	19.522	11,11
MARÇO	35.101	8,41	17.460	16,42	19.574	0,18
ABRIL	35.680	-1,16	5.365	-25,07	12.471	-24,93
MAIO	30.402	26,46	6.928	-50,83	19.859	5,15
JUNHO	35.330	54,96	726	-52,08	19.871	9,99
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>204.581</b>	<b>10,93</b>	<b>59.129</b>	<b>-6,75</b>	<b>112.082</b>	<b>3,04</b>
JULHO	36.461	8,10	9.270	605,48	20.568	11,25
AGOSTO	35.941	2,12	14.370	26,12	22.176	13,43
SETEMBRO	27.960	-19,63	10.417	-14,06	19.996	4,64
OUTUBRO	34.596	-8,17	8.836	-37,37	19.612	-9,08
NOVEMBRO	34.846	-1,60	9.760	139,98	19.469	-4,18
DEZEMBRO	35.540	3,46	9.355	590,92	21.167	2,32
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>205.344</b>	<b>-2,75</b>	<b>62.008</b>	<b>39,79</b>	<b>122.988</b>	<b>2,73</b>
<b>ANUAL</b>	<b>409.925</b>	<b>3,63</b>	<b>121.137</b>	<b>12,40</b>	<b>235.070</b>	<b>2,88</b>

Fonte: Braskem.

## CIMENTO

Como reflexo de medidas de incentivo ao segmento da construção civil editadas pelo Governo Federal, em 2007, o setor em Alagoas apresentou dinamismo acompanhando a tendência nacional.

No sentido de suprir a demanda, tendo o cimento como principal insumo de produção do setor da construção civil, a fábrica de cimento, pertencente ao grupo CIMPOR em Alagoas, aumentou sua produção, registrando incremento de 16,10%. No que se refere ao consumo, foi registrado aumento de 9,54%.

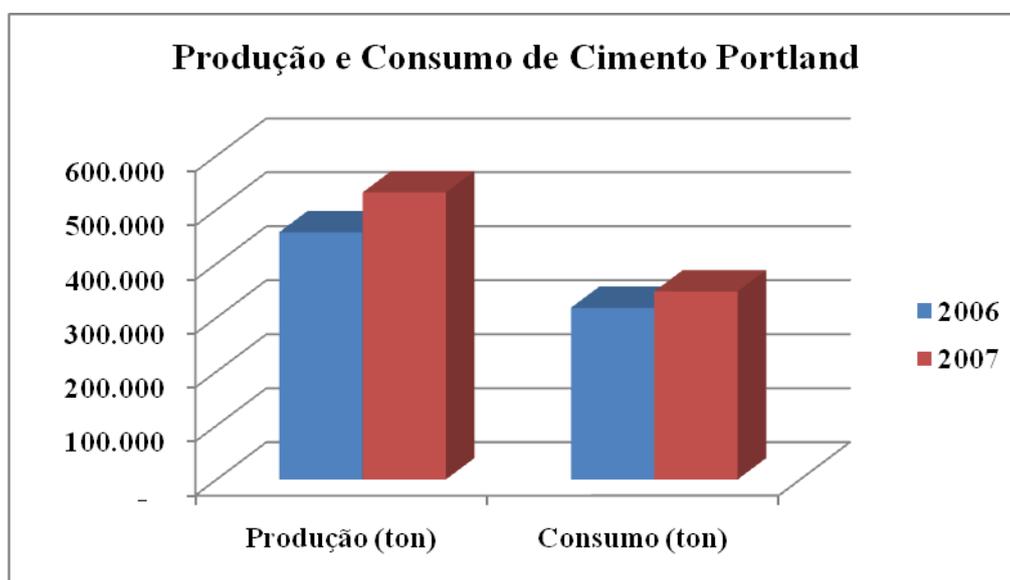
### PRODUÇÃO E CONSUMO DE CIMENTO PORTLAND

#### ALAGOAS

2006 - 2007

CIMENTO PORTLAND	ANOS		Variação (%) 2007/2006
	2006	2007	
Produção (ton)	458.013	531.768	16,10
Consumo (ton)	318.104	348.465	9,54

FONTE: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.



O Produto Interno Bruto (PIB) da construção civil brasileira deve continuar crescendo em 2008, aponta o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-

SP).<sup>43</sup> A explicação para o desempenho é o crescimento do mercado imobiliário que surpreendeu até mesmo os empresários do setor.

<sup>43</sup> João Cláudio Robusti

## PRODUÇÃO E CONSUMO DE CIMENTO PORTLAND

### ALAGOAS

2006 - 2007

MÊS	PRODUÇÃO ( ton.)		CONSUMO (ton)	
	TOTAL	VAR (%) 2007/2006	TOTAL	VAR (%) 2007/2006
<b>2006</b>				
JANEIRO	43.616	-	30849	-
FEVEREIRO	33.961	-	25.234	-
MARÇO	36.563	-	33.238	-
ABRIL	37.543	-	23.230	-
MAIO	37.093	-	24.302	-
JUNHO	31.312	-	19.608	-
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>220.088</b>	<b>-</b>	<b>156.461</b>	<b>-</b>
JULHO	36.749	-	21.908	-
AGOSTO	30.999	-	26.927	-
SETEMBRO	52.171	-	26.885	-
OUTUBRO	50.675	-	27.027	-
NOVEMBRO	33.146	-	30.102	-
DEZEMBRO	34.185	-	28.794	-
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>237.925</b>	<b>-</b>	<b>161.643</b>	<b>-</b>
<b>ANUAL</b>	<b>458.013</b>	<b>-</b>	<b>318.104</b>	<b>-</b>
<b>2007</b>				
JANEIRO	35.670	-18,22	31.654	2,61
FEVEREIRO	42.361	24,73	25.108	-0,50
MARÇO	50.394	37,83	28.940	-12,93
ABRIL	44.970	19,78	25.781	10,98
MAIO	50.873	37,15	26.836	10,43
JUNHO	49.822	59,11	22.509	14,79
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>274.090</b>	<b>24,54</b>	<b>160.828</b>	<b>2,79</b>
JULHO	40.056	9,00	26.504	20,98
AGOSTO	45.601	47,10	27.872	3,51
SETEMBRO	42.114	-19,28	28.082	4,45
OUTUBRO	41.527	-18,05	35.652	31,91
NOVEMBRO	51.570	55,58	35.590	18,23
DEZEMBRO	36.810	7,68	33.937	17,86
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>257.678</b>	<b>8,30</b>	<b>187.637</b>	<b>16,08</b>
<b>ANUAL</b>	<b>531.768</b>	<b>16,10</b>	<b>348.465</b>	<b>9,54</b>

FONTE: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.

## SERVICOS

### TURISMO

Segundo a Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), em 2007, no mercado nacional, maior fluxo de entrada de turistas internacionais com aumento de permanência média, aliado a maior consumo por parte dos visitantes, principalmente Argentinos, Americanos e Europeus, contribuiu, para o crescimento da arrecadação relativa ao turismo internacional de aproximadamente 12,3%.

Entretanto, em relação ao turismo emissor, já no mês de setembro verificava-se crescimento de 15% em relação a 2006. O câmbio favorável antecipou a venda de pacotes internacionais para o fim de ano, sendo a maior procura por cruzeiros marítimos, com aumento de 20% em comparação com o ano passado<sup>44</sup>. O apagão aéreo nacional e a baixa cotação do dólar estimularam o turista brasileiro a buscar rotas internacionais, provocando uma queda no número de turistas no contexto nacional. Em contrapartida, a linha de crédito disponibilizada pelo Governo Federal para o turismo do aposentado, a juros menores, nos mesmos moldes do sistema de crédito consignado<sup>45</sup>, contribuiu para minimizar efeitos da retração do segmento doméstico em 2007.

Como estratégia para alavancar a atividade turística, o Plano Nacional de Turismo tem como uma das suas metas a redução do impacto da sazonalidade do setor, mediante o lançamento de programas como Viaja Mais, que objetivam além de fortalecer o mercado interno, a inclusão social.

Em Alagoas, segundo o presidente da Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABRAV-AL), acompanhando tendência nacional, ocorreu uma redução substancial na dinâmica turística local, como resultante do apagão aéreo e a queda do dólar.

No que se refere ao Programa Viaja Mais - Melhor Idade, Maceió é o terceiro local mais visitado. A Capital Alagoana só perde para Caldas Novas, em Goiás, e Serra Gaúcha<sup>46</sup>.

No entanto, o desempenho registrado da atividade no contexto doméstico em 2007, não conseguiu neutralizar a retração no turismo receptor ocorrido no período.

## INDICADORES DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM CLASSIFICADOS E NÃO CLASSIFICADOS MACEIÓ

2006 - 2007

CATEGORIA	ANOS		VAR. (%) 2007/2006
	2006	2007	
FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES (1)	35.703	33.890	-5,08
PERMANÊNCIA MÉDIA (2)	3,7	3,6	-2,71
TAXA DE OCUPAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS (3)	68,3	62,0	-9,20
GERAÇÃO DE DIÁRIAS (4)	134.458	122.837	-8,64

FONTE: Secretaria de Turismo de Alagoas – SETURES

NOTAS: (1) Indicativos 1 e 4, dados fornecidos pela SETURES e trabalhados pela SEPLAN; (média)  
(2) Indicativos 2 e 3, dados fornecidos pela SETURES. (média)

<sup>44</sup> Gazeta de Alagoas, 30 set 2007

<sup>45</sup> A linha de crédito FAT Turismo Sênior é parte do programa Viaja Mais Brasil Melhor Idade, lançado pelo Ministério do Turismo.

<sup>46</sup> Os destinos mais procurados foram, nesta ordem, Caldas Novas (GO), Serra Gaúcha (RS), Maceió (AL), Araxá (MG), Fortaleza (CE) e Recife (PE).

Na busca de melhor desempenho para o turismo alagoano, são várias as ações que estão sendo implementadas pelo Estado.

O Projeto de Mapeamento Cultural<sup>47</sup> dos Municípios de Marechal Deodoro, Piranhas e Penedo, foi aprovado em dezembro de 2007 pelo Ministério da Cultura através da Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (FUNDEPES) e receberá em torno de R\$ 127 mil para sua execução em 2008.

Segundo o Diretor de Qualificação e Promoção de Desenvolvimento de Produtos da Setur<sup>48</sup>, o projeto tem como objetivo reconhecer os aspectos mais significativos das atividades culturais, patrimônios históricos e folguedos populares da região das três cidades mencionadas. Ressalta o Diretor da Setur: “Queremos possibilitar as comunidades um canal de encontro com sua história e dinamizar suas respectivas atividades para aquecer a economia local, gerar emprego, renda e resgate da auto-estima e sentimento de domínio cultural”. A intenção da Setur é formatar uma rota turística cultural integrada nas cidades históricas e formar multiplicadores dos conhecimentos culturais regionais<sup>49</sup>.

Em relação à rede hoteleira do Estado, os hotéis deverão receber entre dezembro e fevereiro, na alta temporada turística, cerca de 200 mil visitantes, com uma média de 15 mil turistas por semana. A previsão é do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Alagoas (ABIH)<sup>50</sup>. Para atender o provável aumento de demanda, novos hotéis e estabelecimentos foram reformados, como o Miramar, Brisa Tower, Maceió Mar Hotel, Salinas e Venta Club Pratagy, que estão disponibilizando novos leitos.

A previsão é que até 2011 o Estado ganhe mil novos leitos por ano. Mesmo com esse aumento, o Presidente da ABIH afirma que a quantidade de hotéis em Alagoas é pequena, tendo em vista o aumento do fluxo turístico que o Estado vem recebendo ao longo dos anos.

Mesmo com a queda do dólar e o problema do caos aéreo, que ainda rondam os aeroportos brasileiros, a expectativa do *trade* turístico do Litoral Norte de Alagoas é de uma alta temporada lucrativa, que se inicia em novembro e segue até o carnaval. Prova disso é o aumento do número de vagas temporárias de emprego ofertadas pelo setor<sup>51</sup>.

No que se refere ao mercado de trabalho do segmento, o quadro de funcionários das unidades habitacionais deve receber incremento de 30% com as contratações sazonais, segundo dados da Associação dos Hotéis e Pousadas de Maragogi, Japaratinga, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres (AHMAJA).

Em 2008 mais um empreendimento turístico começará a ser construído no Litoral Norte de Alagoas, o Onda Azul, na Barra de Santo Antônio. O mega complexo dará mais impulso ao turismo naquela região. Também para 2008, foi anunciada a construção de mais uma unidade do Hotel Salinas no Bairro de Ipioca<sup>52</sup>.

<sup>47</sup> O projeto de mapeamento cultural se divide em três fases: a inventariação dos elementos em cada município; a criação de catálogo e produção de material de imagens dos ícones culturais, patrimônio histórico, fazeres da comunidade; a produção e execução de três seminários com especialistas em cultura como negócio para as comunidades locais.

<sup>48</sup> Renato Lobo

<sup>49</sup> Diário Oficial, 3 jan 2008

<sup>50</sup> Glênio Cedrin

<sup>51</sup> Gazeta de alagoas, 21 out 2007

<sup>52</sup> Alagoas em tempo, 4 nov 2007

## INDICADORES DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM CLASSIFICADOS E NÃO CLASSIFICADOS MACEIÓ

2006 - 2007

MÊS	TAXA DE OCUPAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS		FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES		PERMANÊNCIA MÉDIA		GERAÇÃO DE DIÁRIAS	
	TAXA	VAR. (%) 2007/2006	N.º DE HÓSPEDES	VAR. (%) 2007/2006	DIAS	VAR. (%) 2007/2006	Nº DE DIÁRIAS	VAR. (%) 2007/2006
<b>2006</b>								
JANEIRO	90,7	-	44.970	-	4,60	-	206.862	-
FEVEREIRO	78,9	-	34.370	-	4,30	-	147.791	-
MARÇO	76,5	-	37.617	-	3,70	-	139.016	-
ABRIL	62,9	-	36.695	-	3,10	-	113.755	-
MAIO	58,1	-	30.590	-	3,40	-	104.006	-
JUNHO	52,7	-	25.752	-	3,70	-	95.282	-
<b>1º SEM (média)</b>	<b>70,0</b>	<b>-</b>	<b>34.999</b>	<b>-</b>	<b>3,80</b>	<b>-</b>	<b>134.452</b>	<b>-</b>
JULHO	71,7	-	41.001	-	4,10	-	168.104	-
AGOSTO	63,4	-	31.404	-	3,60	-	113.054	-
SETEMBRO	68,0	-	34.415	-	3,70	-	127.336	-
OUTUBRO	68,0	-	38.349	-	3,60	-	138.056	-
NOVEMBRO	65,4	-	36.265	-	3,40	-	123.301	-
DEZEMBRO	63,2	-	37.009	-	3,70	-	136.933	-
<b>2º SEM (média)</b>	<b>66,6</b>	<b>-</b>	<b>36.407</b>	<b>-</b>	<b>3,68</b>	<b>-</b>	<b>134.464</b>	<b>-</b>
<b>ANUAL (média)</b>	<b>68,3</b>	<b>-</b>	<b>35.703</b>	<b>-</b>	<b>3,74</b>	<b>-</b>	<b>134.458</b>	<b>-</b>
<b>2007</b>								
JANEIRO	81,8	-9,81	44.108	-1,92	4,10	-10,87	180.843	-12,58
FEVEREIRO	66,3	-15,97	32.488	-5,48	3,80	-11,63	123.454	-16,47
MARÇO	65,8	-13,99	33.658	-10,52	3,80	2,70	127.900	-8,00
ABRIL	57,9	-7,95	32.886	-10,38	3,40	9,68	111.812	-1,71
MAIO	52,7	-9,29	29.766	-2,69	3,20	-5,88	96.029	-7,67
JUNHO	45,0	-14,61	23.368	-9,26	3,30	-10,81	77.114	-19,07
<b>1º SEM (média)</b>	<b>61,6</b>	<b>-11,98</b>	<b>32.712</b>	<b>-6,53</b>	<b>3,60</b>	<b>-5,26</b>	<b>119.525</b>	<b>-11,10</b>
JULHO	71,1	-0,84	37.865	-7,65	4,10	0,00	155.570	-7,46
AGOSTO	48,5	-23,50	24.213	-22,90	3,50	-2,78	84.746	-25,04
SETEMBRO	56,0	-17,65	33.116	-3,77	3,30	-10,81	109.283	-14,18
OUTUBRO	65,8	-3,24	38.841	1,28	3,40	-5,56	132.059	-4,34
NOVEMBRO	67,5	3,21	37.448	3,26	3,40	0,00	127.323	3,26
DEZEMBRO	65,7	3,96	38.924	5,17	3,80	2,70	147.911	8,02
<b>2º SEM (média)</b>	<b>62,4</b>	<b>-6,28</b>	<b>35.068</b>	<b>-3,68</b>	<b>3,58</b>	<b>-2,71</b>	<b>126.149</b>	<b>-6,18</b>
<b>ANUAL (média)</b>	<b>62,0</b>	<b>-9,20</b>	<b>33.890</b>	<b>-5,08</b>	<b>3,59</b>	<b>-2,71</b>	<b>122.837</b>	<b>-8,64</b>

FONTE: Secretária de Estado do Turismo - SETUR

## TRANSPORTE

### AEROPORTUÁRIO

O fluxo de passageiros no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares cresceu em 2007, segundo pesquisa realizada pela Infraero. Esse incremento foi influenciado pelo número de passageiros de vôos domésticos, tendo em vista que o fluxo de passageiros provenientes de vôos internacionais caiu no período.

De acordo com o Secretário de Estado do Turismo<sup>53</sup>, essa redução ocorreu por conta da diminuição do número de vôos charters do exterior para a Capital Alagoana<sup>54</sup>.

### MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO ZUMBI DOS PALMARES ALAGOAS 2006 - 2007

CATEGORIA	ANOS		VAR.% 2007/2006
	2006	2007	
<b>AERONAVE</b>			
POUSO	9.186	8.939	-2,69
DECOLAGEM	9.183	8.930	-2,76
<b>PASSAGEIROS</b>			
EMBARC.	429.958	456.552	6,19
DESEMB.	431.139	459.358	6,55
CONEX.	4.482	3.227	-28,00
TRÂNS.	124.420	114.700	-7,81
<b>CARGAS</b>			
EMBARC.	379.207	490.867	29,45
DESEMB.	1.630.175	1.843.561	13,09
<b>CORREIOS</b>			
EMBARC.	471.631	408.171	-13,46
DESEMB.	783.800	777.573	-0,79
<b>BAGAGENS</b>			
EMBARC.	5.861.532	6.478.663	10,53
DESEMB.	5.742.962	6.114.701	6,47
TRÂNS.	1.810.007	1.607.005	-11,22

FONTE: Infraero - Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária  
Aeroporto Zumbi dos Palmares - AL

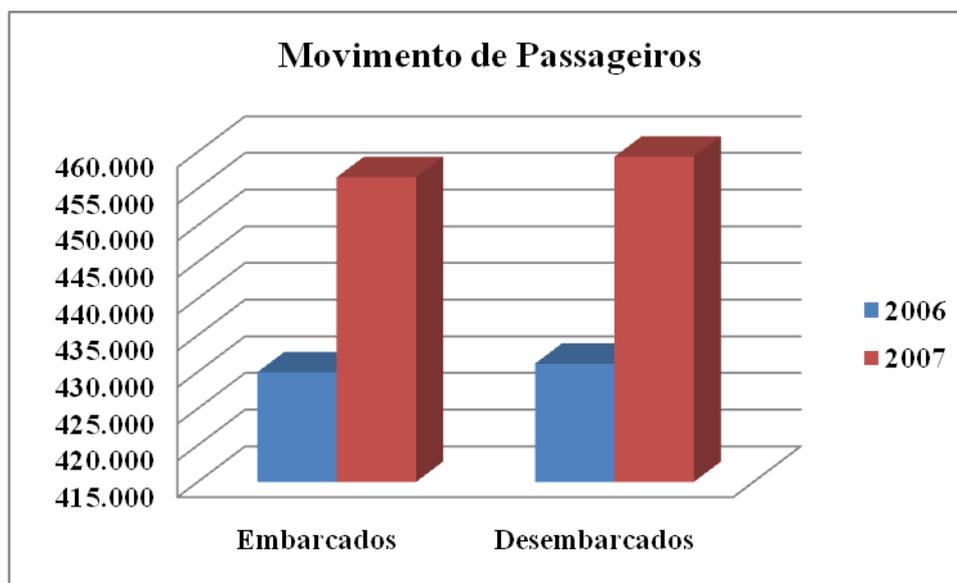
NOTA: Dados trabalhados pela SEPLAN/SUPEGI

<sup>53</sup> Virgílio Loureiro

<sup>54</sup> Diário Oficial, 20 nov 2007

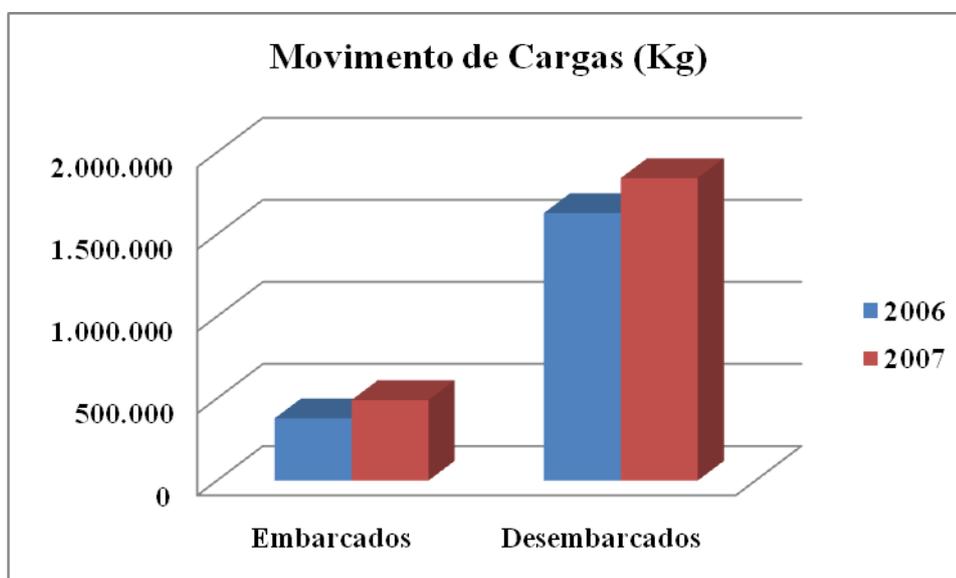
Mesmo com redução do número de pousos e decolagens de Aeronaves, a movimentação de passageiros, tanto embarcados como desembarca-

dos apresentou aumento em 2007 em relação a 2006, da ordem de 6,19% e 6,55%, respectivamente.



No que se refere, tanto ao volume de cargas embarcadas como desembarcadas, em 2007, foi registrado desempenho positivo de 29,45% e 13,09%, respectivamente, comparando com 2006.

A movimentação do item bagagens para embarcados e desembarcados, apontou crescimento em 2007, em relação a 2006, como reflexo da movimentação de passageiros no aeroporto.



**MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO ZUMBI DOS PALMARES  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

MÊS	AERONAVES		PASSAGEIROS			
	POUSOS	DECOLAGENS	EMBARCADOS	DESEMBARCADOS	CONEXÕES	TRÂNSITO
<b>2006</b>						
JANEIRO	813	823	51.009	45.479	540	13.238
FEVEREIRO	701	697	34.911	31.889	465	10.750
MARÇO	758	762	35.386	35.314	491	10.345
ABRIL	646	645	33.999	33.659	533	10.330
MAIO	723	724	32.505	30.093	492	7.589
JUNHO	645	644	29.305	30.829	502	8.245
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>4.286</b>	<b>4.295</b>	<b>217.115</b>	<b>207.263</b>	<b>3.023</b>	<b>60.497</b>
JULHO	789	786	39.660	40.947	334	10.872
AGOSTO	789	792	34.254	31.759	180	10.504
SETEMBRO	887	881	34.526	35.052	233	9.990
OUTUBRO	776	779	36.988	36.759	198	10.570
NOVEMBRO	777	776	32.175	31.884	180	10.134
DEZEMBRO	882	874	35.240	47.475	334	11.853
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>4.900</b>	<b>4.888</b>	<b>212.843</b>	<b>223.876</b>	<b>1.459</b>	<b>63.923</b>
<b>ANUAL</b>	<b>9.186</b>	<b>9.183</b>	<b>429.958</b>	<b>431.139</b>	<b>4.482</b>	<b>124.420</b>
<b>2007</b>						
JANEIRO	882	888	52.676	45.645	416	13.791
FEVEREIRO	713	710	37.904	36.134	130	11.133
MARÇO	813	810	38.950	37.490	169	12.425
ABRIL	702	705	37.580	36.578	147	8.988
MAIO	719	719	35.506	33.083	169	7.962
JUNHO	707	703	32.590	34.646	432	9.392
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>4.536</b>	<b>4.535</b>	<b>235.206</b>	<b>223.576</b>	<b>1.463</b>	<b>63.691</b>
JULHO	751	750	42.424	43.690	314	8.025
AGOSTO	703	701	29.913	27.213	39	6.957
SETEMBRO	715	714	33.303	33.211	37	9.515
OUTUBRO	727	726	39.043	38.273	175	11.090
NOVEMBRO	709	709	38.300	40.503	306	7.873
DEZEMBRO	798	795	38.363	52.892	893	7.549
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>4.403</b>	<b>4.395</b>	<b>221.346</b>	<b>235.782</b>	<b>1.764</b>	<b>51.009</b>
<b>ANUAL</b>	<b>8.939</b>	<b>8.930</b>	<b>456.552</b>	<b>459.358</b>	<b>3.227</b>	<b>114.700</b>

FONTE: Aeroporto Zumbi dos Palmares - AL  
Infraero - Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária

**MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO ZUMBI DOS PALMARES  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

MÊS	CARGAS (Kg)		CORREIOS (Kg)		BAGAGENS		
	EMBARCADOS	DESEMBARCADOS	EMBARCADOS	DESEMBARCADOS	EMBARCADOS	DESEMBARCADOS	TRÂNSITO
<b>2006</b>							
JANEIRO	37.008	121.805	31.507	73.469	759.207	624.577	207.295
FEVEREIRO	44.206	134.806	33.447	65.522	506.513	431.798	145.643
MARÇO	35.325	157.109	44.292	70.285	481.439	442.509	151.040
ABRIL	33.250	152.909	30.372	58.020	458.731	424.958	155.080
MAIO	29.854	142.988	40.581	57.618	422.034	379.862	103.694
JUNHO	26.613	116.975	34.444	61.285	379.824	410.292	116.158
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>206.256</b>	<b>826.592</b>	<b>214.643</b>	<b>386.199</b>	<b>3.007.748</b>	<b>2.713.996</b>	<b>878.910</b>
JULHO	22.325	104.950	43.736	64.485	549.330	551.022	164.783
AGOSTO	29.113	136.444	49.088	73.610	452.281	426.499	172.604
SETEMBRO	27.344	134.007	46.896	61.280	460.754	461.423	164.373
OUTUBRO	24.820	135.944	41.650	64.255	482.267	475.348	145.426
NOVEMBRO	28.900	146.504	37.943	66.219	416.504	428.396	130.120
DEZEMBRO	40.449	145.734	37.675	67.752	492.648	686.278	153.791
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>172.951</b>	<b>803.583</b>	<b>256.988</b>	<b>397.601</b>	<b>2.853.784</b>	<b>3.028.966</b>	<b>931.097</b>
<b>ANUAL</b>	<b>379.207</b>	<b>1.630.175</b>	<b>471.631</b>	<b>783.800</b>	<b>5.861.532</b>	<b>5.742.962</b>	<b>1.810.007</b>
<b>2007</b>							
JANEIRO	25.775	170.600	35.443	61.405	800.352	634.679	186.152
FEVEREIRO	22.846	146.173	34.272	58.981	534.672	443.046	153.089
MARÇO	23.128	165.404	32.050	61.035	554.869	482.435	159.178
ABRIL	23.617	126.396	35.284	57.890	511.635	487.209	127.936
MAIO	29.464	158.398	31.803	70.405	470.847	434.182	117.133
JUNHO	42.031	135.212	28.748	63.330	452.876	462.055	127.772
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>166.861</b>	<b>902.183</b>	<b>197.600</b>	<b>373.046</b>	<b>3.325.251</b>	<b>2.943.606</b>	<b>871.260</b>
JULHO	40.061	147.584	38.293	63.948	612.508	584.840	110.244
AGOSTO	58.308	160.722	40.997	74.925	418.962	366.852	103.746
SETEMBRO	53.890	130.733	33.289	68.093	500.469	466.375	132.417
OUTUBRO	66.658	172.323	38.163	69.545	542.684	500.889	163.198
NOVEMBRO	53.561	161.466	27.745	57.360	540.733	515.744	104.380
DEZEMBRO	51.528	168.550	32.084	70.656	538.056	736.395	121.760
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>324.006</b>	<b>941.378</b>	<b>210.571</b>	<b>404.527</b>	<b>3.153.412</b>	<b>3.171.095</b>	<b>735.745</b>
<b>ANUAL</b>	<b>490.867</b>	<b>1.843.561</b>	<b>408.171</b>	<b>777.573</b>	<b>6.478.663</b>	<b>6.114.701</b>	<b>1.607.005</b>

FONTE: Aeroporto Zumbi dos Palmares - AL  
Infraero - Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária

## PORTUÁRIO

Em 2007, a movimentação do Porto de Maceió apresentou déficit em relação a 2006. Ressalta-se, no entanto, o desempenho positivo das exportações de álcool anidro e hidratado tendo em vista o aumento da demanda do álcool no mercado externo. No primeiro semestre, em relação ao álcool anidro foi registrado aumento de 32,53% e no segundo semestre 242,32%. No que se refere ao álcool hidratado foi verificado redução de 2,14% no primeiro semestre e aumento de 71,55% no segundo semestre.

Em relação as obras que estão sendo realizadas no Porto de Maceió, existe a previsão de entrega no final de 2008 da nova área de embarque e desembarque de passageiros e cargas<sup>55</sup>, que poderá contribuir para o crescimento do turismo marítimo, além da disponibilização de espaço para movimentação de carga.

---

<sup>55</sup>Gazeta de Alagoas, 8 jul 2007

**MERCADORIAS EMBARCADAS POR LONGO CURSO E CABOTAGEM  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

TIPO DE MERCADORIA	MERCADORIAS EMBARCADAS (ton)					
	1º SEMESTRE		VAR. (%) 2007/2006	2º SEMESTRE		VAR. (%) 2007/2006
	2006	2007		2006	2007	
<b>LONGO CURSO</b>						
AÇÚCAR CRISTAL ENSACADO	112.861	275.541	144,14	88.129	17.255	-80,42
AÇÚCAR DEMERARA GRANEL	914.507	684.460	-25,16	662.111	513.113	-22,50
DICLOROETANO	73.125	48.564	-33,59	30.971	56.326	81,87
SODA CÁUSTICA	-	8.350	-	12.601	-	-
MELAÇO	21.105	-	-	-	-	-
ÁLCOOL ANIDRO	14.557	19.292	32,53	5.544	18.978	242,32
ÁLCOOL HIDRATADO	145.468	142.355	-2,14	27.719	47.552	71,55
PETRÓLEO	-	-	-	-	-	-
PVC	-	-	-	-	-	-
ÓLEO DE SOJA	-	-	-	-	-	-
CIMENTO	78.456	124.049	58,11	102.751	98.501	-4,14
DIVERSOS	6.162	9	-99,85	4	1	-75,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.366.241</b>	<b>1.302.620</b>	<b>-4,66</b>	<b>929.830</b>	<b>751.726</b>	<b>-19,15</b>
<b>CABOTAGEM</b>						
AÇÚCAR CRISTAL ENSACADO	-	-	-	-	-	-
AÇÚCAR DEMERARA GRANEL	-	-	-	-	-	-
DICLOROETANO	78.197	96.659	23,61	93.815	86.710	-7,57
SODA CÁUSTICA	324.715	343.399	5,75	342.910	366.898	7,00
MELAÇO	-	-	-	-	-	-
ÁLCOOL ANIDRO	-	-	-	-	-	-
ÁLCOOL HIDRATADO	-	-	-	-	-	-
PETRÓLEO	213.367	199.999	-6,27	220.658	194.040	-12,06
PVC	28.653	24.145	-15,73	26.112	17.678	-32,30
ÓLEO DE SOJA	-	-	-	-	-	-
ÓLEO M.F. 380	-	-	-	-	-	-
DIVERSOS	38	33	-13,16	-	364	-
<b>TOTAL</b>	<b>644.970</b>	<b>664.235</b>	<b>2,99</b>	<b>683.495</b>	<b>665.690</b>	<b>-2,60</b>
<b>LONGO CURSO E CABOTAGEM</b>						
AÇÚCAR CRISTAL ENSACADO	112.861	275.541	144,14	88.129	17.255	-80,42
AÇÚCAR DEMERARA GRANEL	914.507	684.460	-25,16	662.111	513.113	-22,50
DICLOROETANO	151.322	145.223	-4,03	124.786	143.036	14,63
SODA CÁUSTICA	324.715	351.749	8,33	355.511	366.898	3,20
MELAÇO	21.105	-	-	-	-	-
ÁLCOOL ANIDRO	14.557	19.292	32,53	5.544	18.978	242,32
ÁLCOOL HIDRATADO	145.468	142.355	-2,14	27.719	47.552	71,55
PETRÓLEO	213.367	199.999	-6,27	220.658	194.040	-12,06
PVC	28.653	24.145	-15,73	26.112	17.678	-32,30
ÓLEO DE SOJA	-	-	-	-	-	-
ÓLEO M.F. 380	-	-	-	-	-	-
CIMENTO	78.456	124.049	58,11	102.751	98.501	-4,14
DIVERSOS	6.200	42	-99,32	4	365	9025,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.011.211</b>	<b>1.966.855</b>	<b>-2,21</b>	<b>1.613.325</b>	<b>1.417.416</b>	<b>-12,14</b>

Fonte: Administração do Porto de Maceió - Boletim Estatístico - 1º e 2º SEMESTRE 2006/2007

**MERCADORIAS DESEMBARCADAS POR LONGO CURSO E CABOTAGEM  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

TIPO DE MERCADORIA	MERCADORIAS DESEMBARCADAS (ton)					
	1º SEMESTRE		VAR. (%) 2007/2006	2º SEMESTRE		VAR. (%) 2007/2006
	2006	2007		2006	2007	
<b>LONGO CURSO</b>						
GASOLINA	-	-	-	-	-	-
ÓLEO DIESEL	-	-	-	-	-	-
ADUBO À GRANEL	148.758	154.221	3,67	159.883	139.439	-12,79
TRIGO À GRANEL	49.259	41.259	-16,24	34.947	34.593	-1,01
FARINHA DE TRIGO	-	-	-	-	-	-
MILHO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
ARROZ	-	-	-	-	-	-
PEIXE CONGELADO	-	-	-	-	-	-
ENXOFRE	13.285	-	-	-	-	-
CARVÃO MINERAL	-	-	-	-	-	-
COQUE DE PETRÓLEO	37.023	-	-	-	-	-
DIVERSOS	-	818	-	-	697	-
<b>TOTAL</b>	<b>248.325</b>	<b>196.298</b>	<b>-20,95</b>	<b>194.830</b>	<b>174.729</b>	<b>-10,32</b>
<b>CABOTAGEM</b>						
GASOLINA	41.876	44.117	5,35	47.991	43.460	-9,44
ÓLEO DIESEL	126.261	114.472	-9,34	151.052	133.862	-11,38
ADUBO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
TRIGO À GRANEL	5.000	-	-	-	-	-
FARINHA DE TRIGO	59	+	-	-	-	-
MILHO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
ARROZ	10.256	12.680	23,63	12.373	13.807	11,59
PEIXE CONGELADO	64	-	-	-	61	-
ENXOFRE	-	-	-	-	-	-
CARVÃO MINERAL	-	-	-	-	-	-
COQUE DE PETRÓLEO	-	-	-	-	-	-
ÓLEO M.F. 380	-	-	-	-	-	-
DIVERSOS	2.812	1.616	-42,53	2.106	902	-57,17
<b>TOTAL</b>	<b>186.328</b>	<b>172.885</b>	<b>-7,21</b>	<b>213.522</b>	<b>192.092</b>	<b>-10,04</b>
<b>LONGO CURSO E CABOTAGEM</b>						
GASOLINA	41.876	44.117	5,35	47.991	43.460	-9,44
ÓLEO DIESEL	126.261	114.472	-9,34	151.052	133.862	-11,38
ADUBO À GRANEL	148.758	154.221	3,67	159.883	139.439	-12,79
TRIGO À GRANEL	54.259	41.259	-23,96	34.947	34.593	-1,01
FARINHA DE TRIGO	59	-	-	-	-	-
MILHO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
ARROZ	10.256	12.680	23,63	12.373	13.807	11,59
PEIXE CONGELADO	64	-	-	-	61	-
ENXOFRE	13.285	-	-	-	-	-
CARVÃO MINERAL	-	-	-	-	-	-
COQUE DE PETRÓLEO	37.023	-	-	-	-	-
ÓLEO M.F. 380	-	-	-	-	-	-
DIVERSOS	2.812	2.434	-13,44	2.106	1.599	-24,07
<b>TOTAL</b>	<b>434.653</b>	<b>369.183</b>	<b>-15,06</b>	<b>408.352</b>	<b>366.821</b>	<b>-10,17</b>

Fonte: Administração do Porto de Maceió - Boletim Estatístico - 1º e 2º SEMESTRE 2006/2007

## COMÉRCIO

### VENDAS – INADIMPLÊNCIA – CHEQUES

No contexto do Brasil, o desempenho do comércio em 2007, obteve um crescimento de 9,6% em comparação com 2006. Segundo o IBGE<sup>56</sup>, foi o maior resultado da série histórica iniciada em 2001<sup>57</sup>. O faturamento real apresentou avanço em relação ao ano anterior, da ordem de 8,69%, estimulado pelo varejo de alimentos e vestuário<sup>58</sup>. São atribuídos como principais fatores de sustentação do resultado positivo da atividade, condições favoráveis de crédito, aumento do consumo, prazos mais longos de financiamento, aumento do emprego formal, e redução nos preços, além da elevação da massa salarial.

No que se refere a Alagoas, em 2007, o volume de vendas no comércio obteve crescimento de 19,2%, em relação a 2006. Segundo IBGE o comércio varejista alagoano registrou a maior média de crescimento do país no ano em estudo. Até setembro, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio, o varejo atingiu picos de vendas sempre acima da média brasileira. A partir de outubro as médias ficaram mais moderadas, abaixo da casa dos dois dígitos, rompendo um ciclo de 43 meses sucessivos de altas elevadas.

O desempenho positivo do comércio de Alagoas basicamente pontuou as vendas do segmento de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. Em segundo lugar os setores de combustíveis e lubrificantes<sup>59</sup>.

No que tange ao Movimento de Proteção ao Crédito, de acordo com dados do CDL-(Maceió), foram registrados 679.511 consultas com aumento de 9,96%, notificando-se 248.650 registros, com elevação de 27,38%, e incremento de 19,74% no que se refere a inclusões e 27,83% a exclusões, comparado com o ano anterior.

A movimentação de cheques registrou redução no volume de compensados da ordem de 12,18% motivada principalmente, pela utilização da moeda virtual, inclusive compras por internet. O volume de cheques devolvidos encerrou o ano com uma queda de 9,6% segundo levantamento do Instituto de Estudos e Pesquisas (IEP) da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL).

<sup>56</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<sup>57</sup> Cirilo Junior ,

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u373363.shtml> ( **Folha Online** )

<sup>58</sup> Gazeta de Alagoas, 17 fev 2008

<sup>59</sup> O jornal, 18 jul 2007

## MOVIMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO

MACEIÓ

2006 - 2007

MÊS	TOTAL DE CONSULTAS		CONSULTAS C/ REGISTRO		INCLUSÕES		EXCLUSÕES
	TOTAL	VAR % 2007/2006	TOTAL	VAR % 2007/2006	TOTAL	VAR % 2007/2006	TOTAL
<b>2006</b>							
JANEIRO	42.487	-	14.162	-	7.165	-	3.272
FEVEREIRO	37.293	-	12.228	-	4.690	-	2.732
MARÇO	42.278	-	13.260	-	9.007	-	3.537
ABRIL	40.330	-	15.472	-	6.773	-	3.671
MAIO	51.716	-	15.867	-	8.876	-	4.216
JUNHO	48.396	-	13.842	-	8.536	-	4.855
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>262.500</b>	<b>-</b>	<b>84.831</b>	<b>-</b>	<b>45.047</b>	<b>-</b>	<b>22.283</b>
JULHO	50.782	-	18.189	-	12.097	-	5.342
AGOSTO	54.215	-	14.284	-	17.813	-	8.592
SETEMBRO	52.747	-	12.509	-	7.624	-	4.625
OUTUBRO	50.847	-	13.550	-	4.980	-	4.520
NOVEMBRO	56.628	-	19.047	-	5.255	-	4.103
DEZEMBRO	90.250	-	32.798	-	6.143	-	4.180
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>355.469</b>	<b>-</b>	<b>110.377</b>	<b>-</b>	<b>53.912</b>	<b>-</b>	<b>31.362</b>
<b>ANUAL</b>	<b>617.969</b>	<b>-</b>	<b>195.208</b>	<b>-</b>	<b>98.959</b>	<b>-</b>	<b>53.645</b>
<b>2007</b>							
JANEIRO	46.230	8,81	15.336	8,29	9.829	37,18	3.832
FEVEREIRO	38.652	3,64	12.320	0,75	4.111	-12,35	3.610
MARÇO	47.234	11,72	18.069	36,27	11.467	27,31	5.237
ABRIL	46.533	15,38	17.845	15,34	8.523	25,84	4.054
MAIO	54.536	5,45	18.358	15,70	16.776	89,00	4.968
JUNHO	58.328	20,52	24.112	74,19	7.228	-15,32	4.816
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>291.513</b>	<b>11,05</b>	<b>106.040</b>	<b>25,00</b>	<b>57.934</b>	<b>28,61</b>	<b>26.517</b>
JULHO	55.861	10,00	22.316	22,69	18.980	56,90	7.037
AGOSTO	62.442	15,17	26.485	85,42	13.171	-26,06	5.914
SETEMBRO	55.723	5,64	20.212	61,58	10.179	33,51	4.345
OUTUBRO	56.352	10,83	16.497	21,75	8.217	65,00	5.254
NOVEMBRO	61.088	7,88	25.160	32,09	6.864	30,62	9.776
DEZEMBRO	96.532	6,96	31.940	-2,62	3.153	-48,67	9.733
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>387.998</b>	<b>9,15</b>	<b>142.610</b>	<b>29,20</b>	<b>60.564</b>	<b>12,34</b>	<b>42.059</b>
<b>ANUAL</b>	<b>679.511</b>	<b>9,96</b>	<b>248.650</b>	<b>27,38</b>	<b>118.498</b>	<b>19,74</b>	<b>68.576</b>

Fonte: SPC/CDL-Maceió.

Tratamento de Dados: IEP/CDL/Maceió.

**COMPENSAÇÕES E DEVOLUÇÕES DE CHEQUES  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

MÊS	CHEQUES COMPENSADOS			CHEQUES DEVOLVIDOS		
	QUANTIDADE	VARIACÃO (%)		QUANTIDADE	VARIACÃO (%)	
		ANUAL	MENSAL		ANUAL	MENSAL
<b>2006</b>						
JANEIRO	589.531	-	-	42.046	-	-
FEVEREIRO	445.904	-	-24,36	33.448	-	-20,45
MARÇO	625.175	-	40,20	59.228	-	77,07
ABRIL	465.006	-	-25,62	42.168	-	-28,80
MAIO	531.123	-	14,22	51.521	-	22,18
JUNHO	466.701	-	-12,13	41.911	-	-18,65
JULHO	482.586	-	3,40	39.961	-	-4,65
AGOSTO	473.970	-	-1,79	37.986	-	-4,94
SETEMBRO	431.789	-	-8,90	32.234	-	-15,14
OUTUBRO	520.059	-	20,44	40.213	-	24,75
NOVEMBRO	474.234	-	-8,81	37.046	-	-7,88
DEZEMBRO	451.766	-	-4,74	31.211	-	-15,75
<b>2007</b>						
JANEIRO	533.826	-9,45	-	40.183	-4,43	-
FEVEREIRO	417.438	-6,38	-21,80	34.196	2,24	-14,90
MARÇO	448.289	-28,29	7,39	39.670	-33,02	16,01
ABRIL	416.322	-10,47	-7,13	36.171	-14,22	-8,82
MAIO	440.612	-17,04	5,83	39.176	-23,96	8,31
JUNHO	389.303	-16,58	-11,64	32.250	-23,05	-17,68
JULHO	443.097	-8,18	13,82	36.492	-8,68	13,15
AGOSTO	422.164	-10,93	-4,72	36.898	-2,86	1,11
SETEMBRO	375.405	-13,06	-11,08	31.555	-2,11	-14,48
OUTUBRO	473.776	-8,90	26,20	41.511	3,23	31,55
NOVEMBRO	436.197	-8,02	-7,93	39.000	5,27	-6,05
DEZEMBRO	435.565	-3,59	-0,14	34.913	11,86	-10,48

Fonte: Superintendência Estadual em Alagoas / COMPE -Banco do Brasil.  
IEP - Instituto de Estudo e Pesquisa - CDL - Maceió.

**TÍTULOS DISTRIBUÍDOS PARA PROTESTO E SUAS RELAÇÕES**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

MÊS	TÍTULOS						
	DISTRIBUÍDOS	VARIAÇÃO MENSAL (%)	PROTESTADOS	VARIAÇÃO MENSAL (%)	PROT / DIST (%)	CANCELADOS	VARIAÇÃO MENSAL (%)
<b>2006</b>							
JANEIRO	6.812	-	3.041	-	44,64	1.545	-
FEVEREIRO	4.756	-30,18	2.380	-21,74	50,04	1.227	-20,58
MARÇO	7.408	55,76	3.357	41,05	45,32	1.501	22,33
ABRIL	5.704	-23,00	2.739	-18,41	48,02	1.337	-10,93
MAIO	6.958	21,98	3.746	36,77	53,84	1.820	36,13
JUNHO	6.020	-13,48	3.109	-17,00	51,64	985	-45,88
JULHO	6.562	9,00	3.055	-1,74	46,56	1.336	35,63
AGOSTO	5.782	-11,89	2.748	-10,05	47,53	1.538	15,12
SETEMBRO	4.870	-15,77	2.303	-16,19	47,29	1.381	-10,21
OUTUBRO	5.371	10,29	2.188	-4,99	40,74	1.388	0,51
NOVEMBRO	6.418	19,49	2.819	28,84	43,92	1.396	0,58
DEZEMBRO	5.968	-7,01	3.426	21,53	57,41	1.256	-10,03
<b>2007</b>							
JANEIRO	7.216	20,91	3.663	6,92	50,76	1.521	21,10
FEVEREIRO	5.668	-21,45	2.607	-28,83	46,00	1.202	-20,97
MARÇO	6.927	22,21	3.897	49,48	56,26	1.476	22,80
ABRIL	5.491	-20,73	2.945	-24,43	53,63	1.554	5,28
MAIO	5.763	4,95	2.850	-3,23	49,45	1.673	7,66
JUNHO	5.642	-2,10	2.953	3,61	52,34	1.297	-22,47
JULHO	5.495	-2,61	3.143	6,43	57,20	1.447	11,57
AGOSTO	6.281	14,30	3.349	6,55	53,32	1.641	13,41
SETEMBRO	4.995	-20,47	2.661	-20,54	53,27	1.142	-30,41
OUTUBRO	5.869	17,50	3.109	16,84	52,97	1.350	18,21
NOVEMBRO	6.854	16,78	3.072	-1,19	44,82	977	-27,63
DEZEMBRO	5.604	-18,24	3.260	6,12	58,17	1.123	14,94

Fonte: IEP/CDL - Maceió

Nota: \* Dados trabalhados pela CGPLAN/SEPLAN

## BALANÇA COMERCIAL

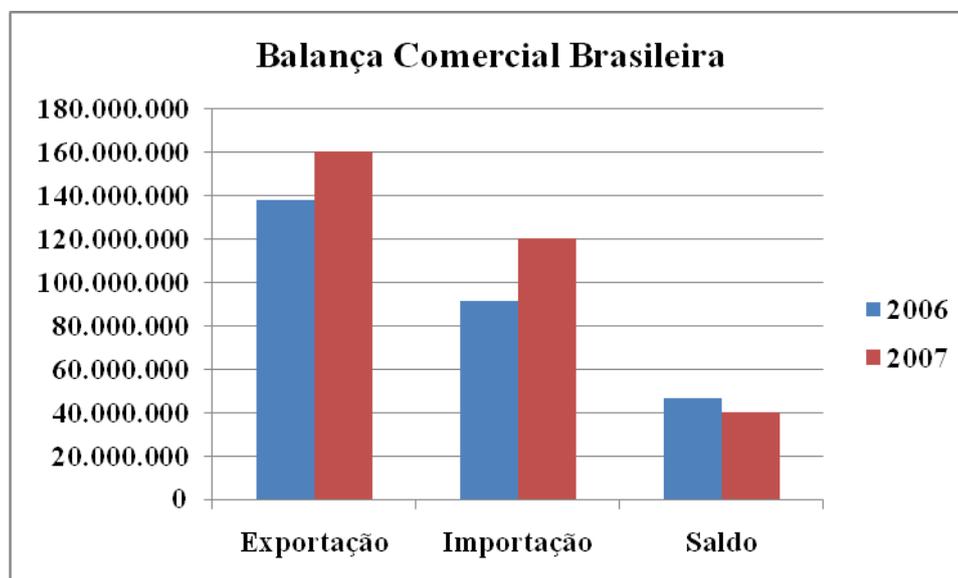
A Balança Comercial Brasileira em 2007 apresentou um incremento de 16,58% para as exportações e 32,04% para as importações em relação a 2006.

Mesmo assim, verifica-se redução de 13,84% no saldo, tendo em vista aumento das importações, impulsionadas pelo crescimento econômico e pelo câmbio valorizado.

### BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA BRASIL 2006 – 2007

Ano	Exportação US\$ 1.000 FOB	Importação US\$ 1.000 FOB	Saldo US\$ 1.000 FOB
2006	137.807.470	91.350.841	46.456.629
2007	160.649.073	120.620.878	40.028.195

Fonte: MDIC / SECEX



Segundo o Vice-Presidente da AEB<sup>60</sup> (Associação de Comércio Exterior do Brasil) "O crescimento das exportações em 2007, concentrado nas *commodities*, ocorreu tanto em quantidade quanto em preço, destacando-se minério de ferro, petróleo, carnes bovina e de frango, soja e derivados, café, fumo em folhas, milho, celulose, suco de laranja, álcool, gasolina e alumínio".

No que se refere ao agronegócio, segundo o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento<sup>61</sup> o ano pesquisado apresentou resultado positivo, com saldo de US\$ 49,7 bilhões, sendo US\$ 58,4 bilhões para exportações e US\$ 8,7 bilhões para importações.

Os produtos mais exportados foram carnes e os grãos com alta de 18,2% na receita das exportações do setor<sup>62</sup>.

Sobre a abertura de mercados para o agronegócio brasileiro<sup>63</sup> em 2007, os países da União Européia e Malásia, Filipinas, México e China, além do Japão, que é um dos maiores importadores de suínos do mundo, podem ser considerados potenciais compradores<sup>64</sup>.

---

<sup>60</sup> José Augusto de Castro

<sup>61</sup> Reinholds Stephanes

---

<sup>62</sup> Tribuna Independente, 16 jan 2008

<sup>63</sup> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

<sup>64</sup> Tribuna Independente, 16 jan 2008.

A Balança Comercial da Região Nordeste apresentou em 2007, incremento nas exportações

da ordem de 12,67% e nas importações de 32,48% em relação a 2006.

## RANKING DAS EXPORTAÇÕES NORDESTE 2006 - 2007

ESTADOS	ANOS		VARIACÃO (%) 2007/2006
	2006	2007	
	US\$ 1.000 FOB	US\$ 1.000 FOB	
Bahia	6.771.981	7.408.729	9,40
Maranhão	1.712.701	2.177.155	27,12
Ceará	957.045	1.148.357	19,99
Pernambuco	780.340	870.557	11,56
<b>Alagoas</b>	<b>692.453</b>	<b>663.762</b>	<b>-4,14</b>
Rio Grande do Norte	371.503	380.128	2,32
Paraíba	208.589	236.143	13,21
Sergipe	78.939	144.760	83,38
Piauí	41.127	56.654	37,75
<b>Nordeste</b>	<b>11.614.678</b>	<b>13.086.245</b>	<b>12,67</b>

Fonte: MDIC / SECEX

## RANKING DAS IMPORTAÇÕES NORDESTE 2006 - 2007

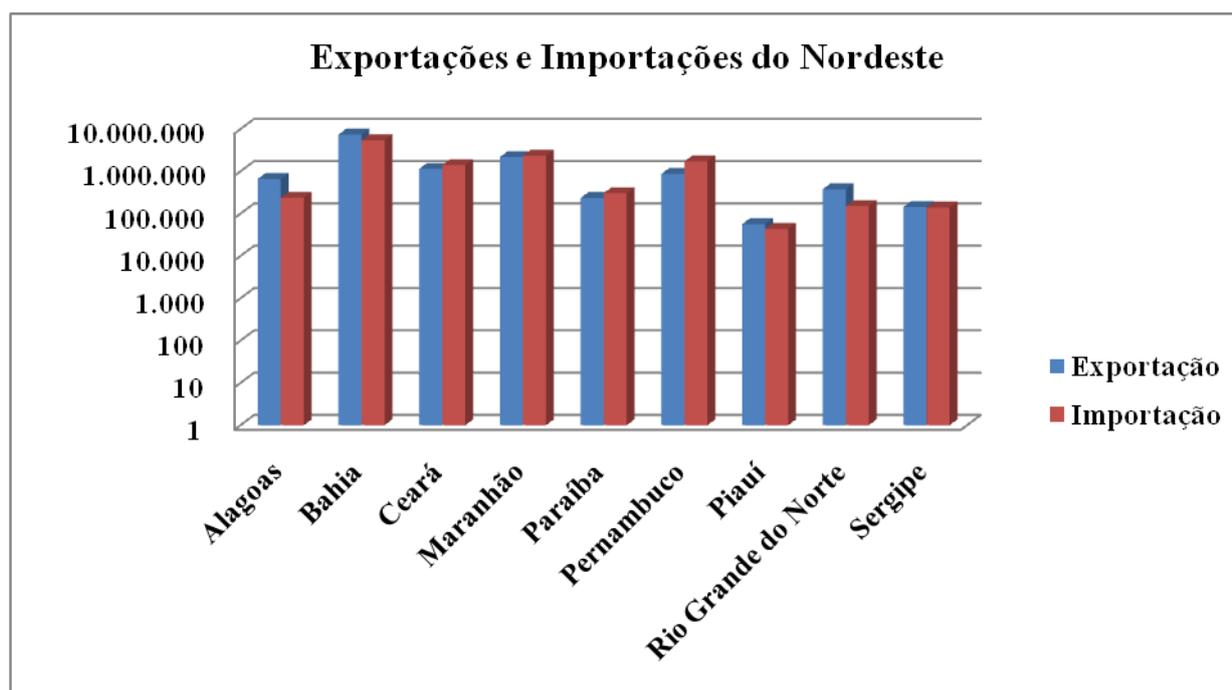
ESTADOS	ANOS		VARIACÃO (%) 2007/2006
	2006	2007	
	US\$ 1.000 FOB	US\$ 1.000 FOB	
Bahia	4.521.018	5.430.258	20,11
Maranhão	1.725.832	2.353.140	36,35
Ceará	1.096.715	1.405.686	28,17
Pernambuco	1.024.753	1.719.599	67,81
Paraíba	169.463	305.536	80,30
<b>Alagoas</b>	<b>110.051</b>	<b>239.823</b>	<b>117,92</b>
Rio Grande do Norte	130.450	151.638	16,24
Sergipe	94.224	140.208	48,80
Piauí	26.734	43.752	63,66
<b>Nordeste</b>	<b>8.899.240</b>	<b>11.789.640</b>	<b>32,48</b>

Fonte: MDIC / SECEX

## EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES NORDESTE 2007

ESTADOS	EXPORTAÇÕES US\$ 1.000 FOB	IMPORTAÇÕES US\$ 1.000 FOB	SALDO US\$ 1.000 FOB
<b>Alagoas</b>	<b>663.762</b>	<b>239.823</b>	<b>423.939</b>
Bahia	7.408.729	5.430.258	1.978.471
Ceará	1.148.357	1.405.686	-257.329
Maranhão	2.177.155	2.353.140	-175.985
Paraíba	236.143	305.536	-69.393
Pernambuco	870.557	1.719.599	-849.042
Piauí	56.654	43.752	12.902
Rio Grande do Norte	380.128	151.638	228.490
Sergipe	144.760	140.208	4.552
<b>Nordeste</b>	<b>13.086.245</b>	<b>11.789.640</b>	<b>1.296.605</b>

Fonte: MDIC / SECEX



Segundo a revista Conjuntura Econômica do BNB/ETENE, no período de 2002 a 2005, a economia nordestina apresentou forte expansão de suas exportações, com taxas superiores às nacionais, excetuando-se o ano de 2004. Nos dois últimos anos, entretanto, essa expansão ficou abaixo da média nacional. Nesse período de balança comercial superavitária de US\$ 12,6 bilhões, o destaque foi para o avanço da participação do seg-

mento de bens intermediários, que evoluiu de 63,6% para 69,2% entre 2002 e 2007, sendo que os insumos industriais atingiram 57,1% do total. Conforme a Revista Econômica<sup>65</sup>, “isso significa que a Região Nordeste se consolida-se como exportadora de bens intermediários<sup>66</sup>”.

<sup>65</sup> Conjuntura Econômica do BNB/Etene

<sup>66</sup> O Jornal, 2 jul 2008.

A Balança Comercial Alagoana<sup>67</sup> apresentou resultado positivo em 2007 mesmo com retração das exportações de alguns itens. No setor sucroalcooleiro, a redução verificada nas vendas de açúcar VHP, refletiu nesse resultado. O fumo, no caso folhas de fumo secas, com 191,4 toneladas e faturamento de US\$ 5,1 milhões, apresentou crescimento de 199%, e outros fumos não manufaturados, não destalados, com volume de 454 toneladas e faturamento de US\$ 1,4 milhão, registrou crescimento de 67,62%. O cimento do grupo CIMPOR, via de exportação pelo Porto de Maceió, continua em franca expansão. As vendas de cimento de Alagoas para o mercado externo aumentaram 37,3% ano em 2007. O Estado exportou 222,9 mil toneladas do produto, com faturamento de US\$ 11,4 milhões. A Braskem apresentou forte expansão nas exportações. As vendas externas de dicloreto cresceram 45,12%, com volume de 104,8 mil toneladas e faturamento de US\$ 35,4 milhões. As de PVC para o mercado externo também aumentaram 2,59%, com volume de 14,1 mil toneladas e faturamento de US\$ 14,6 milhões<sup>68</sup>. As importações de naftas para petroquímica foram representativas, com participação de 30,27%.

No que se refere ao mercado de flores tropicais<sup>69</sup>, reunidos em cooperativas, os produtores comercializam 83,2 toneladas de flores por ano, desse total, 80% é destinado a outros países e apenas 12% é voltado para o mercado nacional<sup>70</sup> e 8% fica no próprio Estado. No entanto, os cooperados estão enfrentando problemas quanto a venda para o mercado externo, principalmente o europeu, por escassez de opção no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares.

A falta de vôos internacionais partindo de Alagoas está praticamente inviabilizando um mercado em franca expansão no Estado. São dezenas de produtores de flores tropicais que exportam seus produtos para países como: Holanda, Portugal, Suíça e Inglaterra que são os maiores compradores de flores de Alagoas. A Presidente da Cooperativa de Produtores de Flores e Folhagens Tropicais de Alagoas - Comflora<sup>71</sup>, revela que a maioria dos produtores tem que enviar as flores via Aeroporto Internacional do Recife (PE), o que acarreta aumento de custos para os cooperados”. Em relação ao mercado nacional, os Estados de Minas Gerais, Tocantins, Rio Grande do Sul e São Paulo se destacaram como os maiores compradores do produto alagoano, em 2007. Para melhorar as vendas internas, as cooperativas vêm realizando um trabalho específico em outros Estados, especialmente em São Paulo, onde há uma maior participação dos produtos alagoanos em feiras. A produção de flores tropicais em Alagoas, representa uma das principais atividades econômicas do Estado, que em destaque traz o título de maior produtor do Brasil e maior exportador de flores tropicais do Nordeste.

O Projeto Flores Tropicais é coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae-Al), que incentiva a geração de emprego e renda.

<sup>67</sup> Secretaria de Comércio Exterior - SECEX

<sup>68</sup> Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

<sup>69</sup> Números de 2006.

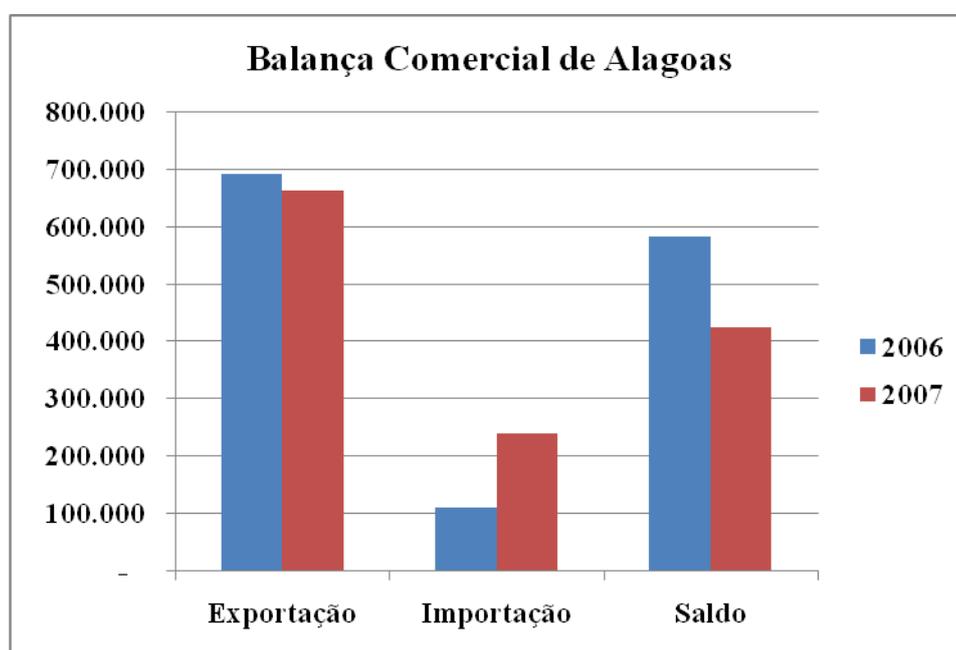
<sup>70</sup> Se no mercado externo e em alguns estados brasileiros as flores alagoanas fazem sucesso, no Estado o cenário ainda é tímido. Apenas 8% de toda a produção é comercializada internamente. No sentido de viabilizar o mercado alagoano de flores, produtores organizam feiras, para tentar mudar essa realidade. São vários os tipos de flores tropicais produzidas em Alagoas: Etlingera, Alpinia, Helicônias, Musas e Costus. Além da oportunidade de conferir a variedade de espécies de Alagoas e de comprar as flores diretamente dos produtores - a preços bastante acessíveis - o público terá disposição também a orientação para a conservação e a montagem de arranjos.

<sup>71</sup> Maria Inês Cavalcante Assumpção.

**COMÉRCIO EXTERIOR**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

ANO	EXPORTAÇÕES US\$ 1.000 FOB	IMPORTAÇÕES US\$ 1.000 FOB	SALDO US\$ 1.000 FOB
2006	692.544	110.050	582.494
2007	663.762	239.823	423.939

Fonte: MDIC / SECEX



**PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

PRODUTO	ANOS			
	2006		2007	
	US\$ FOB	PART. (%)	US\$ FOB	PART. (%)
AÇÚCAR DE CANA, EM BRUTO	459.161.752	66,30	322.013.677	48,51
ÁLCOOL ETÍLICO N/DESATURADO C/VOL. TEOR ALCOO.	117.018.093	16,90	162.500.033	24,48
OUTS AÇÚCARES DE CANA, BETERRABA, SACAROSE QUIM.	59.435.517	8,58	105.893.102	15,95
1,2-DICLOROETANO (CLORETO DE ETILENO)	24.429.032	3,53	35.452.164	5,34
POLICLORETO DE VINILA, OBT. PROC. SUSPENSÃO, FORM.	14.278.570	2,06	14.647.860	2,21
OUTROS	18.220.412	2,63	23.254.668	3,51
<b>TOTAL</b>	<b>692.543.376</b>	<b>100%</b>	<b>663.761.504</b>	<b>100%</b>

Fonte: MDIC/SECEX

**PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

PRODUTO	ANOS			
	2006		2007	
	US\$ FOB	PART. (%)	US\$ FOB	PART. (%)
NAFTAS PARA PETROQUIMICA	14.744.867	13,40	72.586.802	30,27
SULFATO DE AMÔNIO	14.074.060	12,79	21.803.621	9,09
DIIDROGENO-ORTOFOSFATO DE AMÔNIO, INCL. MIST. HI	15.378.923	13,97	20.375.713	8,50
OUTROS CLORETOS DE POTÁSSIO	17.130.519	15,57	17.717.473	7,39
TRIGO (EXC. TRIGO DURO OU P/SEMEADURA), E TRIGO	14.116.939	12,83	15.491.071	6,46
OUTROS	34.604.766	31,44	91.848.152	38,29
<b>TOTAL</b>	<b>110.050.074</b>	<b>100%</b>	<b>239.822.832</b>	<b>100%</b>

FONTE: MDIC/SECEX

**EVOLUÇÃO DA RECEITA DAS EXPORTAÇÕES  
ALAGOAS  
2001 a 2007**

ANO	US\$ MILHÕES FOB
2001	304,40
2002	298,60
2003	361,00
2004	457,60
2005	583,70
2006	692,50
2007	663,76

Fonte: MDIC / SECEX



Mesmo apresentando superávit de US\$ 423.939, a Balança Comercial de Alagoas teve desempenho 27,2% inferior a 2006, considerando-se principalmente a retração verificada nas vendas de açúcar para o mercado externo, tendo em vista

a significativa participação dos derivados da cana-de-açúcar nas exportações. Como resultante, também ocorreu redução do faturamento da ordem de 4,2% em 2007 em relação a 2006.

**COMÉRCIO EXTERIOR**  
**ALAGOAS (US\$ 1.000 FOB)**  
**2006 - 2007**

MÊS	BALANÇA COMERCIAL				
	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO (A-B)
	VALOR (A)	VAR. (%) (* 2007/2006)	VALOR (B)	VAR. (%) (* 2007/2006)	
<b>2006</b>					
JANEIRO	79.831	-	11.294	-	68.537
FEVEREIRO	75.064	-	6.461	-	68.603
MARÇO	118.499	-	7.438	-	111.061
ABRIL	71.699	-	4.419	-	67.280
MAIO	20.131	-	8.189	-	11.942
JUNHO	43.031	-	6.621	-	36.410
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>408.255</b>	<b>-</b>	<b>44.422</b>	<b>-</b>	<b>363.833</b>
JULHO	20.126	-	6.179	-	13.947
AGOSTO	5.068	-	7.733	-	-2.665
SETEMBRO	11.580	-	9.383	-	2.197
OUTUBRO	36.384	-	5.812	-	30.572
NOVEMBRO	81.023	-	24.345	-	56.678
DEZEMBRO	130.108	-	12.176	-	117.932
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>284.289</b>	<b>-</b>	<b>65.628</b>	<b>-</b>	<b>218.661</b>
<b>TOTAL</b>	<b>692.544</b>	<b>-</b>	<b>110.050</b>	<b>-</b>	<b>582.494</b>
<b>2007</b>					
JANEIRO	139.823	75,15	6.003	-46,85	133.820
FEVEREIRO	97.479	29,86	8.106	25,46	89.373
MARÇO	83.154	-29,83	35.686	379,78	47.468
ABRIL	77.521	8,12	6.410	45,06	71.111
MAIO	63.566	215,76	19.367	136,50	44.199
JUNHO	19.094	-55,63	15.987	141,46	3.107
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>480.637</b>	<b>17,73</b>	<b>91.559</b>	<b>106,11</b>	<b>389.078</b>
JULHO	11.849	-41,13	7.516	21,64	4.333
AGOSTO	5.563	9,77	12.176	57,46	-6.613
SETEMBRO	7.702	-33,49	35.676	280,22	-27.974
OUTUBRO	69.307	90,49	22.409	285,56	46.898
NOVEMBRO	38.135	-52,93	58.489	140,25	-20.354
DEZEMBRO	50.569	-61,13	11.998	-1,46	38.571
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>183.125</b>	<b>-35,58</b>	<b>148.264</b>	<b>125,92</b>	<b>34.861</b>
<b>TOTAL</b>	<b>663.762</b>	<b>-4,16</b>	<b>239.823</b>	<b>117,92</b>	<b>423.939</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SECEX.  
 \* A seceax atualizou o valor de 2006 para US\$ 692.596 (1.000 FOB)

## ENERGIA ELÉTRICA

O Relatório da Companhia Energética de Alagoas (CEAL) sobre o desempenho do consumo de energia em 2007 em relação a 2006 aponta crescimento de 6,66% para o setor residencial e 7,32% para o comercial. Em relação ao industrial ocorreu incremento de 2,97% mesmo com o crescimento do consumo livre de energia.

Desde 2005, dois grandes consumidores industriais – uma unidade da Petrobras e a fábrica de cimento CIMPOR – compram energia de terceiros, além da geração e consumo de energia da biomassa por empresas do segmento sucroalcooleiro. Observe-se ainda, que o excedente dessas empresas é negociado com a Eletrobrás.

### CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE

#### ALAGOAS

2006 - 2007

CLASSE	CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE (em MWh)		
	ANOS		VAR. (%) 2007/2006
	2006	2007	
RESIDENCIAL	694.191	740.401	6,66
INDUSTRIAL <sup>(1; 2)</sup>	1.815.155	1.927.325	6,18
COMERCIAL	411.768	441.928	7,32
RURAL	163.059	162.590	-0,29
PODER PÚBLICO	119.056	117.802	-1,05
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	121.813	126.093	3,51
OUTROS	156.571	160.837	2,72
<b>TOTAL</b>	<b>3.481.613</b>	<b>3.676.976</b>	<b>5,61</b>

Fonte: Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF / Companhia Energética de Alagoas - CEAL

Notas: 1 - O Consumo industrial a partir de outubro/2005 passa a ter consumo medido por consumidores livres (CEAL).

2 - Consumo industrial e comercial a partir de março/2006 tem consumo medido por consumidores livres.

3 - Energia fornecida pela CHESF.

4 - Dados trabalhados pela SEPLAN/SUPEGI.

### CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS USINAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

#### ALAGOAS

2006 - 2007

CONSUMO (kVA)	SAFRA		
	2004 / 2005	2005 / 2006	2006 / 2007
Industrial	130.500	131.870	129.000
Irrigação	34.450	41.830	56.180
Excedentes	21.000	39.900	40.000
<b>TOTAL</b>	<b>185.950</b>	<b>213.600</b>	<b>225.180</b>

Fonte: SINDAÇÚCAR - AL; APREL - Associação dos Profissionais de Eletro-Eletrônica

Notas: 1 - 1 kVA = 1 kW ÷ 1, Fonte: Wikipédia

2 - O segmento sucroalcooleiro contabiliza produção e consumo de energia por safra e não ano civil, razão pela qual o volume informado separadamente. Em Alagoas a safra tem início no mês de setembro e final em março do ano seguinte aproximadamente.

**ENERGIA ELÉTRICA FORNECIDA PELA CEAL**  
**CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA POR RAMO DE ATIVIDADE**  
**ALAGOAS**  
**2007**

RAMO DE ATIVIDADE	CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA POR RAMO DE ATIVIDADE (MWh)
	2007
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO, GÁ E SERVIÇOS CORRELATOS (inclui o livre)	113.138.214
EXTRAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO	1.910
EXTRAÇÃO DE PEDRA, AREIA e ARGILA	4.943.982
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS	11.859.060
LATICÍNIOS	13.702.732
MOAGEM, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS OMILACEOS E DE RAÇÃO BALANCE	12.594.109
FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR, CAFÉ E OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	51.404.891
FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	18.287.026
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO	259.636
FIAÇÃO, TECELAGEM E FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO	57.549.228
PREPARAÇÃO DE COURO E FABRICAÇÃO DE CALÇADOS	1.276.588
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PRODUTOS DE MADEIRA, PAPEL E OUTROS SIMILARES	1.016.065
IMPRESSÃO E SERVIÇOS CONEXOS PARA TERCEIROS	857.942
REFINO DE PETRÓLEO E PRODUÇÃO DE ÁLCOOL	2.139.513
FAB. DE PROD. QUÍMICOS INORGÂNICOS, FIOS, FIBRAS, PROD. FARM. E DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	136.831.196
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PLÁSTICOS DE BORRACHA	28.721.501
FABRICAÇÃO DE VIDRO E DE PRODUTOS DO VIDRO	248.137
FABRICAÇÃO DE CIMENTO (consumidor livre CIMAPOR)	71.662.961
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS CERÂMICOS E SIMILARES	7.981.550
FUNDIÇÃO E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS E METÁLICOS	1.646.351
FABRICAÇÃO DE TRATORES, MOTORES, BOMBAS E OUTROS EQUIPAMENTOS	1.261.330
FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS MÉDICOS, DE TELEFONE E DE SISTEMAS	14.139
FABRICAÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, CABINES E CARROCERIAS, ETC.	305.401
FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	1.061.921
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	7.604.170
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	61.653
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS ATRAVÉS DE TUBULAÇÕES	50.784
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1.131.109
CONSTRUÇÃO E OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	2.683.103
OUTRAS ATIVIDADES NÃO ESPECIFICADOS	4.975.798
<b>TOTAL</b>	<b>555.272.000</b>

Fonte: Companhia Energética de Alagoas - CEAL

**CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA FORNECIDA DIRETAMENTE DA  
CHESF  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

<b>MÊS</b>	<b>CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA Consumo (MWh)</b>	<b>VAR. (%) 2007/2006</b>
<b>2006</b>		
Janeiro	117.047	-
Fevereiro	114.491	-
Março	121.226	-
Abril	120.194	-
Maiο	72.045	-
Junho	98.269	-
<b>1º Semestre</b>	<b>643.272</b>	-
Julho	100.994	-
Agosto	101.273	-
Setembro	98.006	-
Outubro	101.671	-
Novembro	113.718	-
Dezembro	116.964	-
<b>2º Semestre</b>	<b>632.626</b>	-
<b>Anual</b>	<b>1.275.898</b>	-
<b>2007</b>		
Janeiro	118.984	1,65
Fevereiro	110.277	-3,68
Março	114.917	-5,20
Abril	117.378	-2,34
Maiο	94.117	30,64
Junho	121.155	23,29
<b>1º Semestre</b>	<b>676.828</b>	5,22
Julho	118.862	17,69
Agosto	122.952	21,41
Setembro	97.099	-0,93
Outubro	118.322	16,38
Novembro	118.907	4,56
Dezembro	119.083	1,81
<b>2º Semestre</b>	<b>695.225</b>	9,90
<b>Anual</b>	<b>1.372.053</b>	7,54

Fonte: CHESF /PR /SCE /DRC.

**CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE - CEAL  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

MÊS	CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE (em MWh)							
	RESIDENCIAL	INDUSTRIAL	COMERCIAL	RURAL	PODER PÚBLICO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	OUTROS	TOTAL
<b>2006</b>								
JANEIRO	59.789	42.973	35.727	12.561	9.373	10.029	12.907	<b>183.359</b>
FEVEREIRO	60.473	42.605	35.140	15.164	10.053	10.247	14.091	<b>187.773</b>
MARÇO	60.004	45.176	35.899	27.501	10.043	10.459	11.014	<b>200.096</b>
ABRIL	61.774	46.484	37.290	20.551	10.459	10.254	13.186	<b>199.998</b>
MAIO	60.465	45.781	33.845	8.217	10.100	10.158	12.747	<b>181.313</b>
JUNHO	53.881	45.259	32.059	6.838	10.041	10.160	12.833	<b>171.071</b>
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>356.386</b>	<b>268.278</b>	<b>209.960</b>	<b>90.832</b>	<b>60.069</b>	<b>61.307</b>	<b>76.778</b>	<b>1.123.610</b>
JULHO	53.724	44.064	30.523	4.894	8.686	10.160	12.648	<b>164.699</b>
AGOSTO	53.076	47.517	31.077	5.357	9.364	10.160	13.021	<b>169.572</b>
SETEMBRO	55.009	46.651	33.451	5.733	9.766	10.162	13.148	<b>173.920</b>
OUTUBRO	56.499	45.444	34.128	11.382	9.758	10.305	13.452	<b>180.968</b>
NOVEMBRO	61.037	44.394	36.215	22.752	10.914	9.461	13.995	<b>198.768</b>
DEZEMBRO	58.460	42.909	36.414	22.109	10.499	10.258	13.529	<b>194.178</b>
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>337.805</b>	<b>270.979</b>	<b>201.808</b>	<b>72.227</b>	<b>58.987</b>	<b>60.506</b>	<b>79.793</b>	<b>1.082.105</b>
<b>ANUAL</b>	<b>694.191</b>	<b>539.257</b>	<b>411.768</b>	<b>163.059</b>	<b>119.056</b>	<b>121.813</b>	<b>156.571</b>	<b>2.205.715</b>
<b>2007</b>								
JANEIRO	62.589	44.318	40.015	24.928	10.198	10.265	14.218	<b>206.531</b>
FEVEREIRO	62.347	42.441	38.681	27.863	10.042	10.265	13.876	<b>205.515</b>
MARÇO	62.888	45.773	35.448	11.230	8.948	10.265	12.883	<b>187.435</b>
ABRIL	61.397	47.015	38.536	7.269	10.415	10.313	13.028	<b>187.973</b>
MAIO	61.626	43.149	36.091	7.063	10.466	10.262	13.322	<b>181.979</b>
JUNHO	61.565	48.451	36.782	6.214	10.059	10.262	13.371	<b>186.704</b>
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>372.412</b>	<b>271.147</b>	<b>225.553</b>	<b>84.567</b>	<b>60.128</b>	<b>61.632</b>	<b>80.698</b>	<b>1.156.137</b>
JULHO	60.064	47.002	33.919	5.734	9.107	10.578	12.722	<b>179.126</b>
AGOSTO	58.356	48.228	34.328	6.142	9.454	10.578	13.564	<b>180.650</b>
SETEMBRO	61.786	48.698	34.634	5.851	9.152	10.818	13.145	<b>184.084</b>
OUTUBRO	60.021	47.502	35.665	11.988	9.393	10.794	13.077	<b>188.440</b>
NOVEMBRO	66.334	48.455	40.381	22.461	10.090	10.822	13.817	<b>212.360</b>
DEZEMBRO	61.428	44.240	37.448	25.847	10.478	10.871	13.814	<b>204.126</b>
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>367.989</b>	<b>284.125</b>	<b>216.375</b>	<b>78.023</b>	<b>57.674</b>	<b>64.461</b>	<b>80.139</b>	<b>1.148.786</b>
<b>ANUAL</b>	<b>740.401</b>	<b>555.272</b>	<b>441.928</b>	<b>162.590</b>	<b>117.802</b>	<b>126.093</b>	<b>160.837</b>	<b>2.304.923</b>

Fonte: Companhia Energética de Alagoas - CEAL  
 Nota: O Consumo industrial a partir de outubro/2005 passa a ter consumo medido por consumidores livres.  
 Consumo industrial e comercial a partir de março/2006 tem consumo medido por consumidores livres.  
 Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

**NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA POR CLASSE - CEAL  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

MÊS	CONSUMIDORES DE ENERGIA POR CLASSE							
	RESIDENCIAL	INDUSTRIAL	COMERCIAL	RURAL	PODER PÚBLICO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	OUTROS	TOTAL
<b>2006</b>								
JANEIRO	633.472	2.753	44.659	9.946	7.303	103	731	<b>698.967</b>
FEVEREIRO	638.843	2.777	44.679	9.945	7.242	101	729	<b>704.316</b>
MARÇO	642.664	2.762	44.869	9.913	7.429	102	742	<b>708.481</b>
ABRIL	646.128	2.751	44.823	10.201	7.626	102	771	<b>712.402</b>
MAIO	647.936	2.736	44.794	10.370	7.643	102	771	<b>714.352</b>
JUNHO	652.935	2.744	45.171	10.078	7.719	102	775	<b>719.524</b>
JULHO	653.987	2.714	45.026	9.780	7.682	102	779	<b>720.070</b>
AGOSTO	656.138	2.714	45.219	9.640	7.702	102	788	<b>722.303</b>
SETEMBRO	656.872	2.701	45.100	9.644	7.704	102	788	<b>722.911</b>
OUTUBRO	659.663	2.708	45.212	9.688	7.723	102	785	<b>725.881</b>
NOVEM- BRO	662.762	2.723	45.279	9.679	7.747	99	799	<b>729.088</b>
DEZEMBRO	667.153	2.716	45.563	9.665	7.723	102	804	<b>733.726</b>
<b>2007</b>								
JANEIRO	665.229	2.683	45.363	9.614	7.749	102	781	<b>731.521</b>
FEVEREIRO	669.188	2.687	45.524	9.609	7.746	101	790	<b>735.645</b>
MARÇO	673.049	2.682	45.630	9.615	7.742	102	808	<b>739.628</b>
ABRIL	676.817	2.680	45.933	9.468	7.846	102	806	<b>743.652</b>
MAIO	680.078	2.685	45.912	9.389	7.826	102	804	<b>746.796</b>
JUNHO	683.850	2.674	46.097	9.419	7.902	102	809	<b>750.853</b>
JULHO	687.247	2.682	46.483	9.383	7.847	102	839	<b>758.183</b>
AGOSTO	691.655	2.678	46.524	9.365	7.846	102	828	<b>758.998</b>
SETEMBRO	696.397	2.699	46.893	9.367	7.874	102	832	<b>764.164</b>
OUTUBRO	698.478	2.671	46.959	9.311	7.844	102	829	<b>766.194</b>
NOVEM- BRO	701.257	2.662	47.311	9.303	7.899	102	826	<b>769.360</b>
DEZEMBRO	703.354	2.669	47.174	9.369	7.874	102	827	<b>771.369</b>

Fonte: Companhia Energética de Alagoas - CEAL.

Notas:

1 - A partir de outubro de 2005 a CEAL no consumo industrial tem 1 consumidor livre.

2 - A partir de novembro de 2005 a CEAL no consumo industrial tem 2 consumidores livres.

3 - O ano de 2006 a CEAL no consumo industrial tem consumidores livres.

4 - O ano de 2006 a CEAL no consumo comercial a partir de março tem consumidores livres.

O Balanço de 2007 da CEAL indica uma redução de 83% no prejuízo registrado em 2006. Segundo o Presidente da Empresa<sup>72</sup>, o Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e o resultado do serviço foram 14% maiores que no ano anterior. Além disso, a receita líquida cresceu 20%. Os propulsores dessa melhoria são o crescimento do mercado de energia com incremento de 3%, a redução das perdas e da inadimplência. “Recuperamos 35 MW e elevamos a arrecadação em 10%”, afirma o Presidente da Companhia. No âmbito da recuperação da receita, a CEAL está conseguindo soluções por parte de clientes problemáticos. Em relação às perdas de energia, o índice continua em torno de 30%. Ainda ressalta o Presidente, a necessidade de investimentos em tecnologia para combater as perdas, que provém não só de fraudes nos medidores, como também de problemas técnicos<sup>73</sup>.

Em relação ao Programa Luz Para Todos que levou energia elétrica para 6,5 milhões de brasileiros, com investimentos da ordem de R\$3,5 bilhões. “Em Alagoas, cerca de 203,5 mil pessoas já foram beneficiadas pelo programa que consumiu R\$ 154 milhões em investimentos. O que significa que o Estado provavelmente conseguirá atingir a meta de universalização da energia<sup>74</sup> até 2008.

Para o Secretário de Energia do Ministério<sup>75</sup> apenas 40,4% do potencial de geração de energia da Região Nordeste é de fato explorado. Especificamente sobre Alagoas, ele destacou que há grande espaço para expansão da energia gerada por biomassa, cuja matéria-prima principal é a cana-de-açúcar<sup>76</sup>.

Em Alagoas, a energia da biomassa ocupa significativo espaço<sup>77</sup>. Se produzissem em plena capacidade para fins comerciais, as usinas e destilarias de cana-de-açúcar do Estado poderiam gerar o insumo para atender 66% de toda demanda da Companhia Energética de Alagoas (CEAL), conforme ressaltou o Secretário do Desenvolvimento Econômico do Estado<sup>78</sup>.

No que se refere as fontes de energia eólica e solar, projetos estão sendo desenvolvidos em convênio com a Eletrobrás e contando com a participação das Universidades Federais do Paraná e de Alagoas. Foram instaladas em 6 municípios do Estado de Alagoas, torres metálicas de 100 metros e de 50 metros de altura para medir a velocidade dos ventos, e também já foram implantadas 9 torres metálicas em 9 municípios, para medir o potencial de energia solar.

---

<sup>75</sup> Ronaldo Schuck

<sup>76</sup> Diário Oficial, 19 out 2007

<sup>77</sup> No que se refere a energia da biomassa, a cana-de-açúcar passou a ser em 2007, pela primeira vez, a segunda matriz energética do Brasil, superando a energia hidráulica como fonte, segundo o presidente da Empresa de Pesquisa Energética - EPE (Maurício Tolmasquim). A produção de energia hidráulica foi de 14,9%, enquanto a produzida por derivados da cana representou 16%, só perdendo para o petróleo, que indicou 37,3% das fontes usadas no País. Pontuando o balanço da oferta e do consumo de energia em 2007, destacou o presidente da Estatal, que as fontes renováveis: hidráulica, carvão vegetal e produtos de cana-de-açúcar representam 46,6% de toda a produção.

<sup>78</sup> Luiz Otávio Gomes

---

<sup>72</sup> Joaquim Brito

<sup>73</sup> O Jornal, 7 abr 2008

<sup>74</sup> Ministério das Minas Energia

## ÁGUA

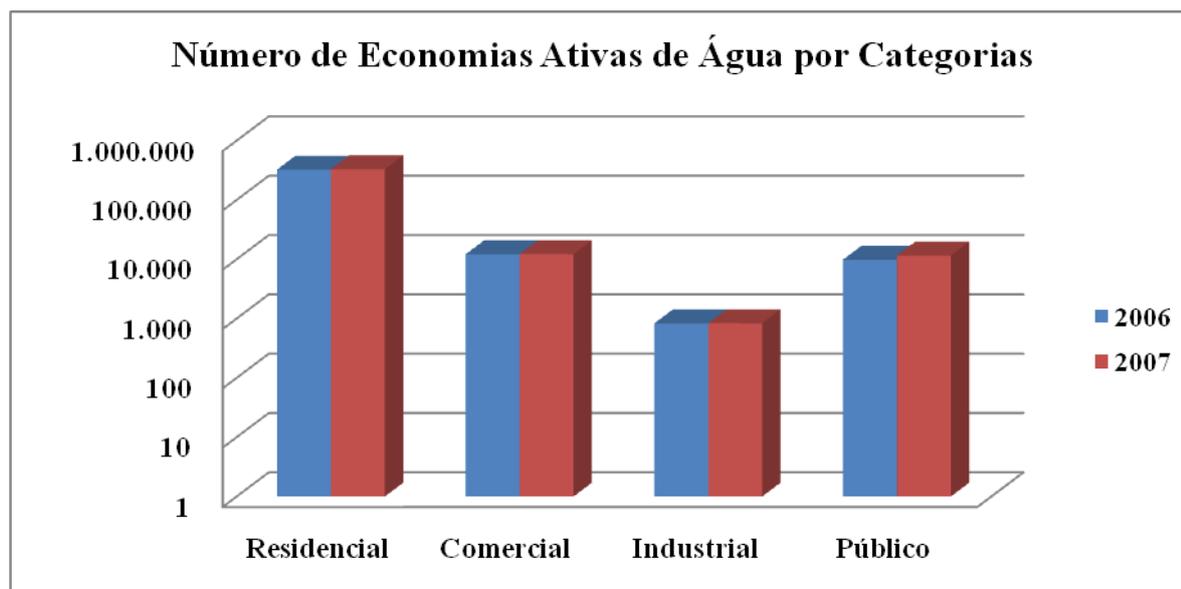
O Relatório da CASAL<sup>79</sup>, registra um crescimento em todas as economias ativas de água por categoria no período 2006/2007, com destaque para o setor público pontuando incremento de 17,70%, devido ao cadastramento e recadastra-

mento de economias ativas, que na maioria das vezes não eram registradas, porém o aumento não foi significativo nos itens: Residencial, Comercial e Industrial, motivado por oscilação do consumo.

### ABASTECIMENTO DE ÁGUA NÚMERO DE ECONOMIAS ATIVAS DE ÁGUA POR CATEGORIAS ALAGOAS 2006 - 2007

NÚMERO DE ECONOMIAS ATIVAS DE ÁGUA			
CATEGORIA	ANOS		VAR. (%) 2007/2006
	2006	2007	
Residencial	325.570	330.618	1,55
Comercial	12.162	12.199	0,30
Industrial	832	835	0,39
Público	9.848	11.591	17,70

Fonte: Relatório de Análise de Consumo de Água por economia - R12 / CASAL.  
Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).



<sup>79</sup>Companhia de Saneamento de Alagoas

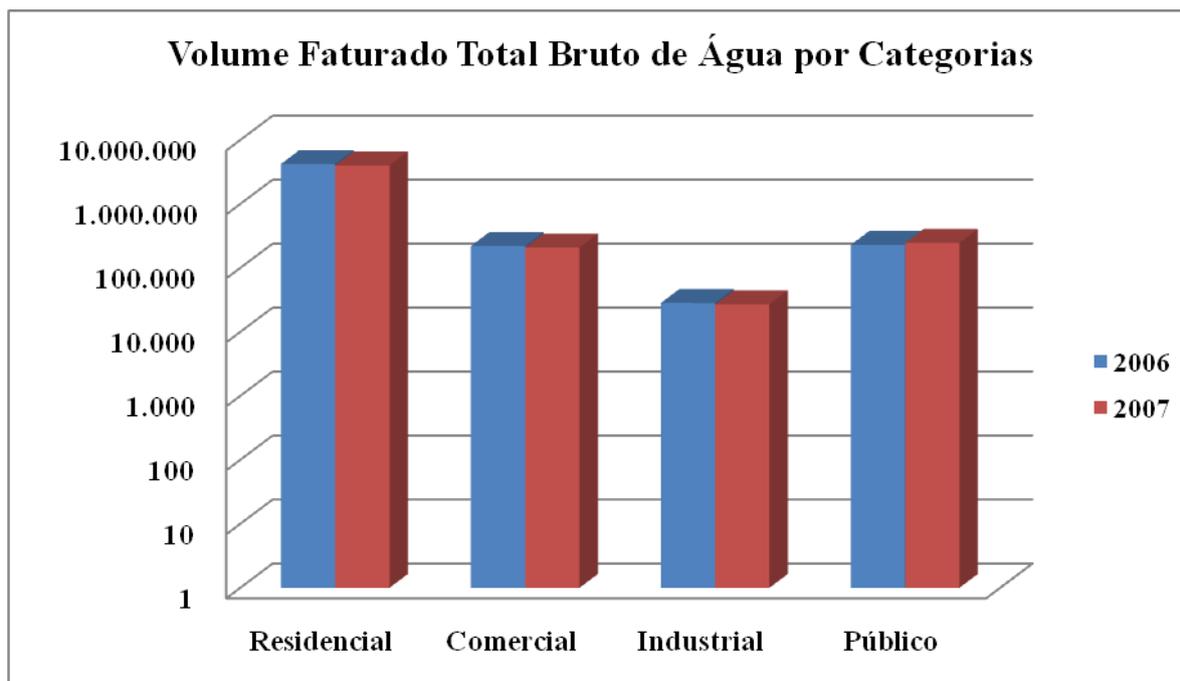
Diferentemente do número de economias ativas de água por categorias, o volume total bruto de água apresentou redução no período 2006/2007, em todos os setores: Residencial, Co-

mercial e Industrial, 5,11%, (-5,33%) e (-4,76%), com exceção da categoria Pública que teve acréscimo de 6,93%.

**VOLUME FATURADO TOTAL BRUTO DE ÁGUA POR CATEGORIAS  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

VOLUME FATURADO TOTAL BRUTO DE ÁGUA (m <sup>3</sup> )			
CATEGORIA	ANOS		VAR. (%) 2007/2006
	2006	2007	
Residencial	4.222.945	4.007.318	-5,11
Comercial	220.824	209.045	-5,33
Industrial	28.416	27.065	-4,76
Público	230.204	246.162	6,93

Relatório de Análise de Consumo de Água por economia R-12/CASAL.  
Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).



Como resultante de ações de responsabilidade social, a CASAL instituiu em maio de 2004, o Programa Tarifa Social, beneficiando mais de 7,9 mil famílias em 2007, nos 77 dos 102 Municípios Alagoanos operacionalizados pela empresa.

Esse Programa tem por objetivo contemplar famílias que não podem pagar de forma integral a conta de água. Segundo o Diretor Financeiro da Instituição<sup>80</sup>, a preocupação maior não é com o faturamento do programa, mas com a redução dos custos operacionais, diminuindo perdas e combatendo desperdício de água. Para o Diretor, “a receita direta da Tarifa Social não é tão importante, mas a indireta, pois com a redução de perdas, pode-se distribuir mais água para regiões que tem maior consumo”.

Ainda conforme o Diretor Financeiro: “Das 300 mil ligações da CASAL nos 77 municípios que a empresa atua, somente cinco mil são usuários oficialmente enquadrados no programa Tarifa Social. Lembra ainda, que esse teto é insuficiente, uma vez que um número maior de famílias precisa ser beneficiadas com a tarifa diferenciada. Outros 120 mil usuários são inativos, e muitos destes tem renda baixa e não podem pagar a conta integralmente, usando a água de forma irregular”<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> Álvaro Menezes

---

<sup>81</sup> Diário Oficial, 30 jan 2008.

**ABASTECIMENTO DE ÁGUA**  
**VOLUME FATURADO TOTAL BRUTO DE AGUA POR CATEGORIAS**  
**ALAGOAS**  
**2006 -2007**

MÊS	VOLUME FATURADO TOTAL BRUTO DE ÁGUA POR CATEGORIAS (m <sup>3</sup> )									
	RESIDENCIAL	VAR.(%) 2007/2006	COMERCIAL	VAR.(%) 2007/2006	INDUSTRIAL	VAR.(%) 2007/2006	PÚBLICO	VAR.(%) 2007/2006	TOTAL	VAR.(%) 2007/2006
<b>2006</b>										
JANEIRO	4.503.415	-	226.394	-	31.233	-	214.505	-	4.975.547	-
FEVEREIRO	4.262.349	-	224.619	-	26.987	-	223.869	-	4.737.824	-
MARÇO	4.378.333	-	225.526	-	33.006	-	223.615	-	4.860.480	-
ABRIL	4.554.382	-	221.544	-	34.290	-	312.882	-	5.123.098	-
MAIO	4.211.704	-	220.936	-	23.598	-	217.477	-	4.673.715	-
JUNHO	4.421.410	-	237.660	-	31.891	-	221.294	-	4.912.255	-
JULHO	4.139.176	-	227.021	-	23.649	-	226.237	-	4.616.083	-
AGOSTO	3.871.037	-	193.073	-	21.030	-	214.427	-	4.299.567	-
SETEMBRO	3.962.261	-	220.110	-	25.922	-	219.966	-	4.428.259	-
OUTUBRO	4.130.760	-	219.110	-	27.956	-	231.927	-	4.609.753	-
NOVEMBRO	4.243.483	-	221.599	-	27.956	-	230.620	-	4.723.658	-
DEZEMBRO	3.997.024	-	212.298	-	33.477	-	225.630	-	4.468.429	-
<b>2007</b>										
JANEIRO	4.236.170	-5,93	227.219	0,36	27.333	-12,49	236.843	10,41	4.727.565	-4,98
FEVEREIRO	4.081.074	-4,25	212.571	-5,36	29.997	11,15	226.499	1,17	4.550.141	-3,96
MARÇO	3.980.445	-9,09	201.994	-10,43	29.293	-11,25	238.708	6,75	4.450.440	-8,44
ABRIL	4.015.870	-11,82	201.222	-9,17	29.014	-15,39	254.871	-18,54	4.500.977	-12,14
MAIO	3.864.048	-8,25	198.176	-10,30	28.891	22,43	237.684	9,29	4.328.799	-7,38
JUNHO	4.036.770	-8,70	206.586	-13,07	27.975	-12,28	262.797	18,75	4.534.128	-7,70
JULHO	3.861.232	-6,71	198.998	-12,34	23.476	-0,73	252.567	11,64	4.336.273	-6,06
AGOSTO	3.867.078	-0,10	202.107	4,68	26.562	26,31	252.912	17,95	4.348.659	1,14
SETEMBRO	3.919.190	-1,09	206.789	-6,05	23.915	-7,74	242.720	10,34	4.392.614	-0,80
OUTUBRO	3.905.776	-5,45	207.000	-5,53	25.661	-8,21	243.282	4,90	4.381.719	-4,95
NOVEMBRO	4.026.190	-5,12	212.608	-4,06	22.871	-18,19	242.419	5,12	4.504.088	-4,65
DEZEMBRO	4.293.974	7,43	233.269	9,88	29.787	-11,02	262.642	16,40	4.819.672	7,86

Relatório de Análise de Consumo de Água por economia R-12/CASAL.  
 Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).

**ABASTECIMENTO DE ÁGUA**  
**NÚMERO DE ECONOMIAS ATIVAS DE ÁGUA POR CATEGORIAS**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

MÊS	NÚMERO DE ECONOMIAS ATIVAS DE ÁGUA POR CATEGORIAS									
	RESIDENCIAL	VAR.(%) 2007/2006	COMERCIAL	VAR.(%) 2007/2006	INDUSTRIAL	VAR.(%) 2007/2006	PÚBLICO	VAR.(%) 2007/2006	TOTAL	VAR.(%) 2007/2006
<b>2006</b>										
JANEIRO	319.741	-	11.763	-	766	-	8.250	-	<b>340.520</b>	-
FEVEREIRO	323.877	-	11.886	-	771	-	8.465	-	<b>344.999</b>	-
MARÇO	327.257	-	12.087	-	770	-	9.022	-	<b>349.136</b>	-
ABRIL	327.412	-	12.293	-	780	-	9.285	-	<b>349.770</b>	-
MAIO	326.840	-	12.298	-	799	-	9.536	-	<b>349.473</b>	-
JUNHO	326.813	-	12.165	-	797	-	9.645	-	<b>349.420</b>	-
JULHO	325.967	-	12.200	-	1.112	-	9.763	-	<b>335.540</b>	-
AGOSTO	323.952	-	12.250	-	839	-	9.885	-	<b>346.926</b>	-
SETEMBRO	324.615	-	12.226	-	850	-	10.948	-	<b>348.639</b>	-
OUTUBRO	325.690	-	12.172	-	850	-	11.059	-	<b>349.771</b>	-
NOVEMBRO	326.914	-	12.286	-	819	-	11.161	-	<b>351.180</b>	-
DEZEMBRO	327.757	-	12.318	-	825	-	11.161	-	<b>352.061</b>	-
<b>2007</b>										
JANEIRO	327.489	2,42	12.202	3,73	822	7,31	11.142	35,05	<b>351.655</b>	3,27
FEVEREIRO	328.617	1,46	12.240	2,98	817	5,97	11.217	32,51	<b>352.891</b>	2,29
MARÇO	328.390	0,35	12.101	0,12	816	5,97	11.241	24,60	<b>352.548</b>	0,98
ABRIL	327.808	0,12	12.018	-2,24	814	4,36	11.003	18,50	<b>351.643</b>	0,54
MAIO	328.149	0,40	12.082	-1,76	855	7,01	10.941	14,73	<b>352.027</b>	0,73
JUNHO	328.974	0,66	12.074	-0,75	844	5,90	11.833	22,69	<b>353.725</b>	1,23
JULHO	327.740	0,54	11.992	-1,70	825	-25,81	11.856	21,44	<b>352.413</b>	5,03
AGOSTO	329.017	1,56	12.025	-1,84	831	-0,95	11.919	20,58	<b>353.792</b>	1,98
SETEMBRO	332.844	2,54	12.218	-0,07	834	-1,88	11.938	9,04	<b>357.834</b>	2,64
OUTUBRO	333.231	2,32	12.331	1,31	850	0,00	12.005	8,55	<b>358.417</b>	2,47
NOVEMBRO	336.679	2,99	12.536	2,03	860	5,01	12.005	7,56	<b>362.080</b>	3,10
DEZEMBRO	338.477	3,27	12.563	1,99	849	2,91	11.996	7,48	<b>363.885</b>	3,36

Fonte: Relatório de Análise de Consumo de Água por economia - R12 / CASAL.  
Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).

**ABASTECIMENTO DE ÁGUA**  
**NÚMERO DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ÁGUA POR CATEGORIAS**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

MÊS	NÚMERO DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ÁGUA POR CATEGORIAS									
	RESIDENCIAL	VAR.(%) 2007/2006	COMERCIAL	VAR.(%) 2007/2006	INDUSTRIAL	VAR.(%) 2007/2006	PÚBLICO	VAR.(%) 2007/2006	TOTAL	VAR.(%) 2007/2006
<b>2006</b>										
JANEIRO	290.021	-	7.922	-	678	-	3.292	-	<b>301.235</b>	-
FEVEREIRO	293.786	-	7.990	-	683	-	3.304	-	<b>305.080</b>	-
MARÇO	296.792	-	8.105	-	679	-	3.314	-	<b>308.211</b>	-
ABRIL	296.785	-	8.114	-	687	-	3.302	-	<b>308.201</b>	-
MAIO	296.155	-	8.121	-	702	-	3.316	-	<b>307.592</b>	-
JUNHO	295.923	-	8.135	-	696	-	3.368	-	<b>307.426</b>	-
JULHO	294.815	-	8.097	-	691	-	3.365	-	<b>306.277</b>	-
AGOSTO	293.213	-	8.040	-	688	-	3.378	-	<b>304.631</b>	-
SETEMBRO	293.791	-	8.052	-	699	-	3.410	-	<b>305.253</b>	-
OUTUBRO	294.938	-	8.056	-	701	-	3.408	-	<b>306.402</b>	-
NOVEMBRO	296.757	-	8.120	-	715	-	3.426	-	<b>308.303</b>	-
DEZEMBRO	297.639	-	8.137	-	722	-	3.423	-	<b>309.199</b>	-
<b>2007</b>										
JANEIRO	296.812	2,34	8.097	2,21	719	6,05	3.406	3,46	<b>309.034</b>	2,59
FEVEREIRO	298.037	1,45	8.121	1,64	718	5,12	3.408	3,15	<b>310.284</b>	1,71
MARÇO	297.933	0,38	8.079	-0,32	717	5,60	3.410	2,90	<b>310.139</b>	0,63
ABRIL	296.990	0,07	8.035	-0,97	715	4,08	3.402	3,03	<b>309.142</b>	0,31
MAIO	297.161	0,34	8.000	-1,49	726	3,42	3.395	2,38	<b>309.282</b>	0,55
JUNHO	297.237	0,44	8.000	-1,66	713	2,44	3.457	2,64	<b>309.407</b>	0,64
JULHO	296.165	0,46	7.957	-1,73	725	4,92	3.468	3,06	<b>308.315</b>	0,67
AGOSTO	297.106	1,33	7.985	-0,68	734	6,69	3.429	1,51	<b>309.254</b>	1,52
SETEMBRO	300.809	2,39	8.123	0,88	737	5,44	3.478	1,99	<b>313.147</b>	2,59
OUTUBRO	301.155	2,11	8.175	1,48	752	7,28	3.497	2,61	<b>313.579</b>	2,34
NOVEMBRO	304.384	2,57	8.261	1,74	761	6,43	3.519	2,71	<b>316.925</b>	2,80
DEZEMBRO	305.963	2,80	8.299	1,99	750	3,88	3.472	1,43	<b>318.484</b>	3,00

Fonte: Relatório de Análise de Consumo de Água por economia - R12 / CASAL.  
Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).

**ABASTECIMENTO DE ÁGUA  
ATENDIMENTO NO ESTADO  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

MÊS	CAPITAL				INTERIOR				TOTAL			
	MUNICIPIOS OPERADOS (A)	POPUL. URBANA (B)	POPUL. ABASTEC. (C)	(%) DE ABAST.	MUNICIPIOS OPERADOS (D)	POPUL. URBANO (E)	POPUL. ABASTEC. (F)	(%) DE ABAST.	A + D	B + E	C + F	(%) (C+F)/(B+E)
<b>2006</b>												
JANEIRO	1	916.471	756.795	83	76	957.307	646.166	67	77	1.873.778	1.402.961	75
FEVEREIRO	1	918.817	763.189	83	76	960.633	656.962	68	77	1.879.450	1.420.151	75
MARÇO	1	921.170	771.573	84	76	963.975	662.454	69	77	1.885.145	1.434.027	75
ABRIL	1	923.528	802.230	87	76	968.015	662.218	68	77	1.891.543	1.464.448	75
MAIO	1	925.892	772.695	83	76	971.392	661.003	68	77	1.897.284	1.433.698	75
JUNHO	1	928.262	773.168	83	76	974.787	660.142	68	77	1.903.049	1.433.310	75
JULHO	1	930.639	768.334	83	76	978.196	661.033	68	77	1.908.835	1.429.367	75
AGOSTO	1	933.021	764.396	82	76	981.624	656.017	67	77	1.914.645	1.420.413	75
SETEMBRO	1	935.410	765.012	82	76	985.068	658.347	67	77	1.920.478	1.423.359	75
OUTUBRO	1	937.804	763.488	81	76	988.530	663.474	67	77	1.926.334	1.426.962	75
NOVEMBRO	1	940.205	762.322	81	76	992.008	668.631	67	77	1.932.213	1.430.953	75
DEZEMBRO	1	942.612	763.472	81	76	995.504	670.805	67	77	1.938.116	1.434.277	75
<b>2007</b>												
JANEIRO	1	945.025	762.702	81	76	982.553	676.642	69	77	1.927.578	1.439.344	75
FEVEREIRO	1	943.533	763.406	81	76	989.953	680.510	69	77	1.933.486	1.443.916	75
MARÇO	1	945.949	763.989	81	76	1.005.621	679.255	68	77	1.951.570	1.443.244	74
ABRIL	1	948.370	761.294	80	76	1.009.188	679.060	67	77	1.957.558	1.440.354	74
MAIO	1	950.798	760.815	80	76	1.012.771	680.739	67	77	1.963.569	1.441.554	73
JUNHO	1	953.232	763.191	80	76	1.016.373	682.071	67	77	1.969.605	1.445.262	73
JULHO	1	955.673	759.528	79	76	1.019.993	679.872	67	77	1.975.666	1.439.400	73
AGOSTO	1	958.119	762.795	80	76	1.023.632	682.305	67	77	1.981.751	1.445.100	73
SETEMBRO	1	960.572	770.017	80	76	1.027.290	683.730	67	77	1.987.862	1.453.747	73
OUTUBRO	1	963.031	769.830	80	76	1.030.966	685.548	66	77	1.993.997	1.455.378	73
NOVEMBRO	1	965.496	776.936	80	76	1.034.662	693.455	67	77	2.000.158	1.470.391	74
DEZEMBRO	1	967.968	782.210	81	76	1.038.376	704.028	68	77	2.006.344	1.486.238	74

Fonte: CASAL.

Nota: \* Dados trabalhados pela CGPLAN/SEPLAN.

Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).

**ABASTECIMENTO DE ÁGUA**  
**EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

MÊS	EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO								
	LIGAÇÕES						ECONOMIAS ATIVAS		
	ATIVAS			INATIVAS					
	MÊS ANT	MÊS ATUAL	VAR. (%) 2007/2006	MÊS ANT	MÊS ATUAL	VAR. (%) 2007/2006	MÊS ANT	MÊS ATUAL	VAR. (%) 2007/2006
<b>2006</b>									
JANEIRO	299.436	300.031	0,20	78.195	78.278	0,11	337.813	338.535	0,21
FEVEREIRO	300.031	303.634	1,20	78.278	76.725	-1,98	338.535	342.768	1,25
MARÇO	303.634	308.761	1,69	76.725	74.270	-3,20	342.768	346.904	1,21
ABRIL	308.761	306.974	-0,58	74.270	75.324	1,42	346.904	347.765	0,25
MAIO	306.974	306.380	-0,19	75.324	77.315	2,64	347.765	347.468	-0,09
JUNHO	306.380	305.992	-0,13	77.315	77.847	0,69	347.468	347.187	-0,08
JULHO	305.992	304.838	-0,38	77.847	79.161	1,69	347.187	346.812	-0,11
AGOSTO	304.838	303.189	-0,54	79.161	82.145	3,77	346.812	344.693	-0,61
SETEMBRO	303.189	303.822	0,21	82.145	81.155	-1,21	344.693	346.406	0,50
OUTUBRO	303.822	304.973	0,38	81.155	80.742	-0,51	346.406	347.538	0,33
NOVEMBRO	304.973	306.888	0,63	80.742	79.490	-1,55	347.538	348.947	0,41
DEZEMBRO	306.888	307.791	0,29	79.490	79.249	-0,30	348.947	349.828	0,25
<b>2007</b>									
JANEIRO	307.791	309.034	0,40	79.249	78.866	-0,48	349.828	351.655	0,52
FEVEREIRO	309.034	310.284	0,40	78.866	78.012	-1,08	351.655	352.891	0,35
MARÇO	310.284	310.139	-0,05	78.012	78.708	0,89	352.891	352.548	-0,10
ABRIL	310.139	309.142	-0,32	78.708	79.174	0,59	352.548	351.643	-0,26
MAIO	309.142	309.282	0,05	79.174	78.707	-0,59	351.643	352.027	0,11
JUNHO	309.282	309.407	0,04	78.707	78.520	-0,24	352.027	353.725	0,48
JULHO	309.407	308.315	-0,35	78.520	79.882	1,73	353.725	352.413	-0,37
AGOSTO	308.315	309.254	0,30	79.882	80.111	0,29	352.413	353.792	0,39
SETEMBRO	309.254	311.057	0,58	80.111	78.931	-1,47	353.792	355.601	0,51
OUTUBRO	311.057	311.449	0,13	78.931	79.854	1,17	355.601	356.184	0,16
NOVEMBRO	311.449	314.795	1,07	79.854	77.860	-2,50	356.184	359.841	1,03
DEZEMBRO	314.795	318.484	1,17	77.860	75.019	-3,65	359.841	363.885	1,12

Nota: \* Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN  
Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).

## PETRÓLEO E GÁS NATURAL

A produção nacional de petróleo, em 2007 foi de 660,4 milhões de beps, indicando um aumento de 1,47%, sobre o ano anterior, quando foram produzidos 650,9 milhões de beps, segundo a ANP. Com o incremento, o Brasil atingiu a produção de 1,8 milhão de barris/dia.

Em relação as reservas, no mês de novembro, a Petrobras anunciou a descoberta da maior jazida de petróleo do Brasil, com volume estimado entre 5 e 8 bilhões de barris, cuja área se estende pelas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo<sup>82</sup>. O bloco, temporariamente chamado de Tupi responderá por um aumento de mais de 50% no nível atual de reservas brasileiras, calculado em 14,4 bilhões de barris. Mas, a previsão é de que só comece a produzir em seis ou sete anos, ou seja, a partir de 2013.

A Petrobras é operadora da área com 65% do capital, em parceria com a Britânica BG Group, que detém 25%, e a Portuguesa Petrogal/Galp, com 10%.

O megacampo, com óleo leve, de qualidade superior ao petróleo pesado da Bacia de Campos, está a uma profundidade de cerca de 6 mil metros da superfície, na chamada bacia pré-sal.

O óleo encontrado no local tem 28 graus API<sup>83</sup>, considerado de melhor qualidade comercial do que a média do petróleo encontrado no Brasil<sup>84</sup>.

Segundo o Diretor de Abastecimento da Petrobras<sup>85</sup>, com o desenvolvimento do Campo de Tupi, a Petrobras provavelmente reduzirá suas importações. "Em 2007, importamos em torno de 300 mil barris por dia e estamos falando de uma produção naquele campo muito superior a isso e de um tipo de óleo leve, que é exatamente aquele que temos déficit".<sup>86</sup>

Em relação ao gás natural, entre 2006 e 2007, o Brasil registrou um acréscimo de 4,9% das reservas de gás natural, chegando a 365 bilhões de m<sup>3</sup>, e assim alcançando o 39º lugar na lista dos detentores de reservas provadas.

Com produção de 12,7 bilhões de m<sup>3</sup> o Brasil, registrou em 2007 um crescimento de 0,3% comparativamente a 2006, mantendo-se na 35ª posição entre os maiores produtores mundiais.

Em 2007, o país consumiu 22,4 milhões de m<sup>3</sup>, de gás natural 0,8% do total mundial, e 7% a mais do que o consumido em 2006, ocupando a 30ª posição entre os consumidores do produto.

Em Alagoas, conforme dados da ANP a produção de petróleo, em 2007, atingiu o volume de 3,13 milhões de beps, registrando uma retração de 2,40% em relação ao ano anterior.

No mesmo período, no que tange ao gás natural, também ocorreu decréscimo na produção da ordem de 11,38% em comparação com 2006.

<sup>82</sup> Globo, 11 nov 2007

<sup>83</sup> API - American Petroleum Institute, instituição responsável pela elaboração de uma série de normas baseadas em testes específicos para classificação de lubrificantes, de acordo com seu uso.

<sup>84</sup> Óleo mais leve e mais fácil de refinar.

<sup>85</sup> Paulo Roberto Costa

<sup>86</sup> Globo, 11 nov 2007

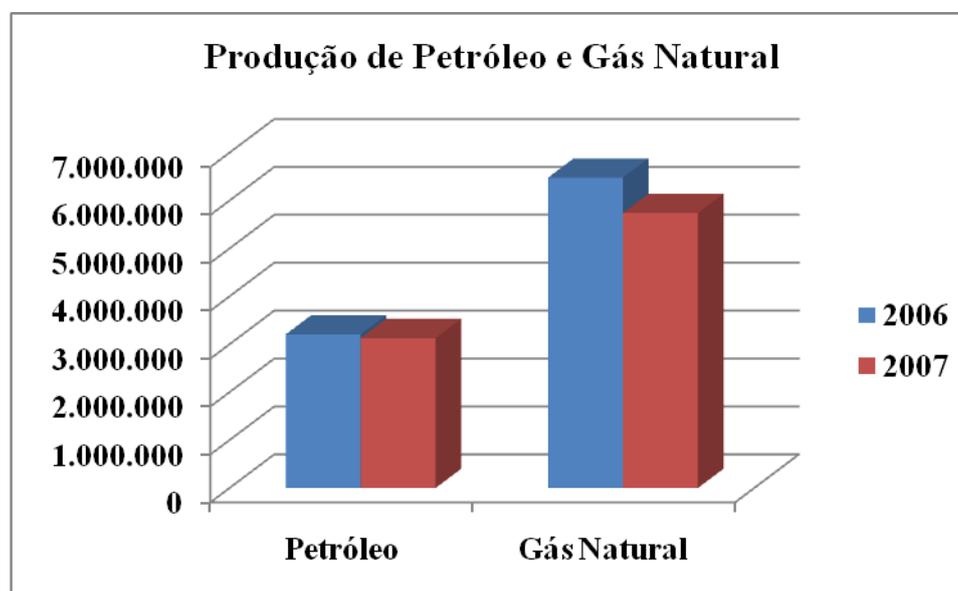
## PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL (TERRA E MAR EM ALAGOAS)

2006 - 2007

Produção	ANOS		Variação (%) 2007/2006
	2006	2007	
Petróleo (bep)	3.206.582	3.129.496	-2,40
Gás Natural (bep)	6.479.050	5.741.778	-11,38

Fonte: ANP

Nota: Dados trabalhados pela SEPLAN



Mesmo assim, no que se refere ao gás natural, no ano em análise, foram registrados investimentos nos setores veicular, residencial e industrial, com números expressivos que demonstram a forte atuação da Algás em 2007.

Dando continuidade e interiorização do gás natural veicular, em outubro de 2007 foi inaugurada a Base de Compressão de Gás Natural, localizada no Município de Rio Largo, cuja função é possibilitar o transporte do combustível para localidades onde não há gasodutos convencionais antecipando mercado, para atender o segmento veicular e, num segundo momento, as indústrias.

Para o Presidente da Algás<sup>87</sup>, este projeto faz parte do plano de interiorização do gás natural em Alagoas permitindo a disponibilidade do combustível em mais três Municípios: Penedo, Maragogi e União dos Palmares. “Com o fornecimento de gás natural comprimido para mais estas localidades, registra-se a marca de cobertura de 70% da área territorial de Alagoas<sup>88</sup>”. A meta da distribuidora alagoana é que, em 2010, o Estado esteja 100% coberto com postos de abastecimento a cada 100 quilômetros.

No segmento residencial, área em que a Algás tem se destacado, a empresa contabiliza 21 mil unidades contratadas em 2007. O comercial e o industrial somam 290 clientes, entre restaurantes, indústrias, hotéis, padarias, lavanderias, supermercados, academias e bares.

Contabiliza-se em 2007, 180 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural comercializados. Para 2008 a previsão é que o Estado consuma 181 milhões m<sup>3</sup>, tendo a Algás como meta, alcançar a marca dos 26 mil clientes residenciais contratados. Para isso, o gás natural avançará em direção ao Litoral Norte, até Guaxuma, acompanhando a expansão do setor imobiliário naquela região. Haverá, também, obras de adensamento da rede de distribuição em diversos bairros, como Gruta e Murilópolis, chegando até a Serraria e dando continuidade à expansão na Ponta Verde, Pajuçara, Ponta da Terra, Jatiúca, Mangabeiras, Farol, Cruz das Almas, com atendimento a 350 estabelecimentos comerciais e industriais.

Está previsto também, a ampliação da rede no Distrito Industrial Luiz Cavalcanti e o início de distribuição para Via Expressa, chegando até a entrada do Benedito Bentes, e outra rede na região do Ceasa.

---

<sup>87</sup> Gerson Fonseca

<sup>88</sup> Alagoas conta hoje com 34 postos de GNV, sendo 24 na capital e 10 no interior (2 em Arapiraca, 2 em São Miguel dos Campos, 1 em Rio Largo, 1 em Palmeira dos Índios, 1 em Pilar, 1 em Maragogi, 1 em Penedo e 1 em Atalaia), alcançando a cobertura de 70% da área territorial do Estado

**PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL  
(TERRA E MAR EM ALAGOAS)**

**2006 - 2007**

MÊS	PRODUÇÃO NACIONAL			
	PETRÓLEO		GÁS NATURAL	
	PRODUÇÃO (bep)	VAR. (%) 2007/2006	PRODUÇÃO (bep)	VAR. (%) 2007/2006
<b>2006</b>				
JANEIRO	255.669	-	567.036	-
FEVEREIRO	249.021	-	528.171	-
MARÇO	285.800	-	515.455	-
ABRIL	278.358	-	573.018	-
MAIO	263.798	-	565.766	-
JUNHO	246.886	-	536.547	-
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>1.579.532</b>	<b>-</b>	<b>3.285.993</b>	<b>-</b>
JULHO	258.263	-	564.526	-
AGOSTO	268.235	-	557.414	-
SETEMBRO	276.962	-	522.801	-
OUTUBRO	287.314	-	538.482	-
NOVEMBRO	268.499	-	500.129	-
DEZEMBRO	267.777	-	509.705	-
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>1.627.050</b>	<b>-</b>	<b>3.193.057</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.206.582</b>	<b>-</b>	<b>6.479.050</b>	<b>-</b>
<b>2007</b>				
JANEIRO	265.793	3,96	509.589	-10,13
FEVEREIRO	244.852	-1,67	458.407	-13,21
MARÇO	286.192	0,14	485.140	-5,88
ABRIL	284.548	2,22	523.316	-8,67
MAIO	272.244	3,20	463.236	-18,12
JUNHO	260.317	5,44	487.054	-9,22
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>1.613.946</b>	<b>2,18</b>	<b>2.926.742</b>	<b>-10,93</b>
JULHO	273.275	5,81	479.112	-15,13
AGOSTO	262.440	-2,16	502.709	-9,81
SETEMBRO	245.002	-11,54	472.293	-9,66
OUTUBRO	252.557	-12,10	458.005	-14,95
NOVEMBRO	245.295	-8,64	433.570	-13,31
DEZEMBRO	236.981	-11,50	469.347	-7,92
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>1.515.550</b>	<b>-6,85</b>	<b>2.815.036</b>	<b>-11,84</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.129.496</b>	<b>-2,40</b>	<b>5.741.778</b>	<b>-11,38</b>

Fonte: ANP-Boletim Mensal de Produção Submetido à ANP.  
Nota: \*bep=barris equivalentes de petróleo.

**VENDAS DOS DERIVADOS COMBUSTÍVEIS DE PETRÓLEO NO ESTADO (bep)**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

MÊS	ÓLEO DIESEL		GASOLINA		GLP(1)	
	VENDAS (bep)	VAR. (%) 2007/2006	VENDAS (bep)	VAR. (%) 2007/2006	VENDAS (bep)	VAR. (%) 2007/2006
<b>2006</b>						
JANEIRO	200.969	-	76.434	-	51.216	-
FEVEREIRO	165.547	-	69.726	-	44.907	-
MARÇO	163.058	-	73.479	-	53.035	-
ABRIL	122.707	-	68.730	-	47.333	-
MAIO	128.297	-	71.547	-	52.839	-
JUNHO	122.194	-	70.334	-	53.900	-
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>902.772</b>	<b>-</b>	<b>430.250</b>	<b>-</b>	<b>303.230</b>	<b>-</b>
JULHO	130.322	-	68.881	-	55.847	-
AGOSTO	148.543	-	77.997	-	57.989	-
SETEMBRO	167.100	-	80.589	-	55.277	-
OUTUBRO	206.613	-	76.152	-	56.275	-
NOVEMBRO	213.403	-	72.920	-	55.207	-
DEZEMBRO	220.146	-	76.387	-	55.749	-
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>1.086.127</b>	<b>-</b>	<b>452.926</b>	<b>-</b>	<b>336.344</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.988.899</b>	<b>-</b>	<b>883.176</b>	<b>-</b>	<b>639.574</b>	<b>-</b>
<b>2007</b>						
JANEIRO	211.451	5,22	76.899	0,61	53.703	4,86
FEVEREIRO	171.088	3,35	68.007	-2,47	48.178	7,28
MARÇO	152.997	-6,17	72.528	-1,29	55.007	3,72
ABRIL	127.290	3,73	68.621	-0,16	50.122	5,89
MAIO	132.783	3,50	70.791	-1,06	57.505	8,83
JUNHO	128.819	5,42	69.494	-1,19	54.805	1,68
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>924.428</b>	<b>2,40</b>	<b>426.340</b>	<b>-0,91</b>	<b>319.320</b>	<b>5,31</b>
JULHO	134.439	3,16	67.343	-2,23	57.908	3,69
AGOSTO	142.236	-4,25	71.519	-8,31	59.852	3,21
SETEMBRO	152.343	-8,83	64.905	-19,46	56.306	1,86
OUTUBRO	218.224	5,62	74.911	-1,63	59.100	5,02
NOVEMBRO	217.142	1,75	72.391	-0,73	56.092	1,60
DEZEMBRO	211.180	-4,07	77.483	1,43	56.432	1,23
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>1.075.564</b>	<b>-0,97</b>	<b>428.552</b>	<b>-5,38</b>	<b>345.690</b>	<b>2,78</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.999.992</b>	<b>0,56</b>	<b>854.892</b>	<b>-3,20</b>	<b>665.010</b>	<b>3,98</b>

Fonte: Companhias Distribuidoras.

Nota: Os dados de vendas são informados pelas distribuidoras através da Declaração de controle de Produtos -DCP. As distribuidoras tem até o último dia útil do mês subsequente para informar esses dados. Entretanto, algumas delas não enviam os dados dentro do prazo previsto, o que acarreta modificações posteriores nos dados divulgados - mais recentes. Assim sendo, os interessados nos dados de vendas aqui divulgados devem permanentemente monitorar mudanças que eventualmente tenham ocorridas.

1. GLP - Gás liquefeito de Petróleo.

\*Dados manipulados pela SEPLAN/CGPLAN.

bep - barril equivalente de petróleo.

## FINANÇAS PÚBLICAS

No exercício financeiro de 2007, o Tesouro Estadual registrou um superávit orçamentário de 2,54%, em relação a 2006. Este desempenho deve ser creditado a fatores como o crescimento real das receitas do Tesouro Estadual de 8,69%, a

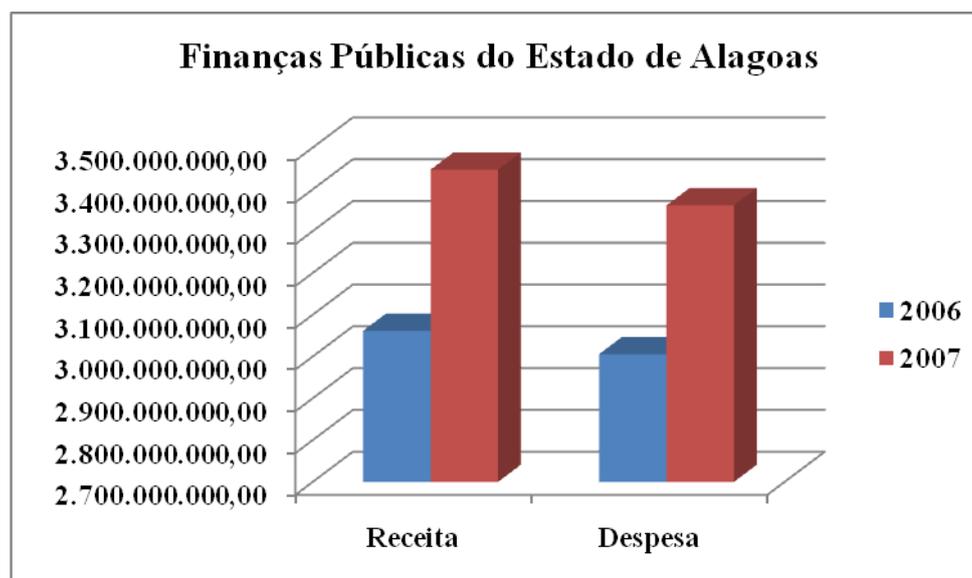
retração real no item de despesa denominado de custeio/investimento de 26,41% e o ingresso de R\$ 73,0 milhões resultante da negociação da conta salário com a Caixa Econômica Federal.

### FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DE ALAGOAS ALAGOAS 2006 – 2007

RESULTADO	ANOS		Variação (%) 2007/2006
	2006	2007	
RECEITAS	3.061.941.558,35	3.447.450.954,05	12,59
DESPESAS	3.005.928.983,56	3.361.950.149,40*	11,84
<b>SALDO</b>	<b>56.012.574,79</b>	<b>85.500.804,65</b>	<b>52,65</b>

Fonte: Secretária da Fazenda de Alagoas – SEFAZ

\*Inclui modificações ocorridas no cálculo do FUNDEB (SEFAZ\AL)



No período de janeiro a dezembro de 2007, as receitas realizadas totalizaram R\$ 3.447,4 bilhões, com crescimento nominal de 12,59%. O grupo das transferências federais contribuiu com maior parcela de recursos, destacando-se o FPE com 91,30%. No que se refere à arrecadação pró-

pria do Estado, o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS contribuiu com 86,30% do montante, além de R\$ 73,0 milhões resultantes da negociação da conta salário com a Caixa Econômica Federal.

**DEMOSTRATIVO DA RECEITA DO ESTADO  
TRANFERÊNCIAS FEDERAIS E RECEITA PRÓPRIA  
ALAGAS  
2006 - 2007**

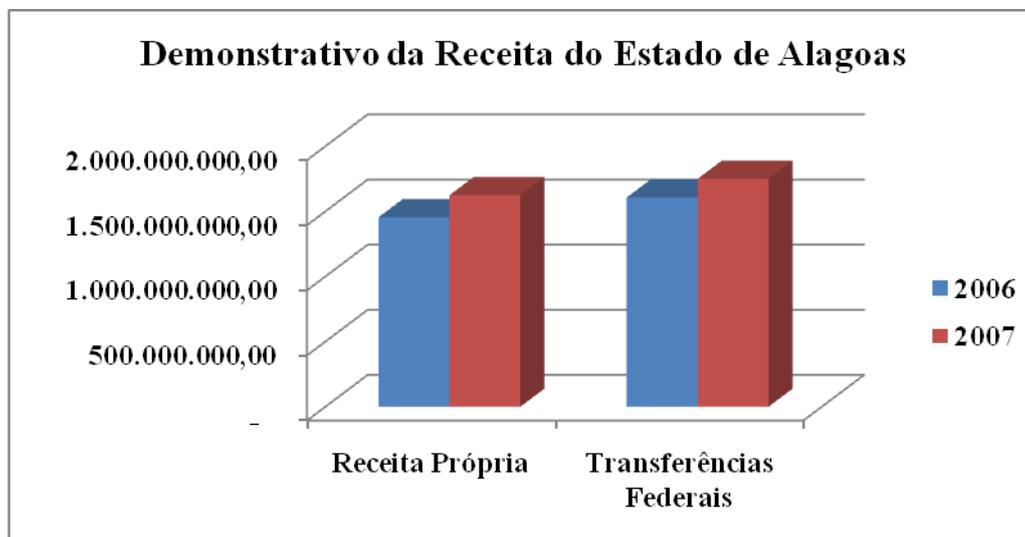
RECEITAS	ANOS		Variação (%) 2007/2006(1)
	2006	2007	
<b>Receita Própria</b>	<b>1.454.951.648,80</b>	<b>1.624.283.010,23</b>	<b>11,64</b>
ICMS	1.281.244.101,99	1.401.795.919,49	9,41
IPVA	67.131.705,14	76.279.878,15	13,63
Outras Receitas(2)	106.575.841,67	52.339.448,83	-50,89
IR	-	93.867.763,76	-
<b>Outras Receitas (3)</b>	-	<b>73.000.000,00</b>	-
<b>Transferências Federais</b>	<b>1.606.989.909,55</b>	<b>1.750.167.943,82</b>	<b>8,91</b>
FPE	1.379.240.067,49	1.597.841.367,92	15,85
IR	69.336.585,48	-	-
Outras	158.413.256,58	152.326.575,90	-3,84
<b>Total da Receita</b>	<b>3.061.941.558,35</b>	<b>3.447.450.954,05</b>	<b>12,59</b>

Fonte : Sefaz

1 Nominal

2 Outros Fundo de Combate a Pobreza, IPI (exportação Xistogás (Rovaties), Rec Hídricos, FEP, DNPM, L. Kandir (Q parte Estado), CIDE, MP/93, CEX (Q parte Estado))

3 Recursos provenientes de vendas do FCVS e títulos CVS/2006. Recursos provenientes de negociação da conta salário com a CEF/2007



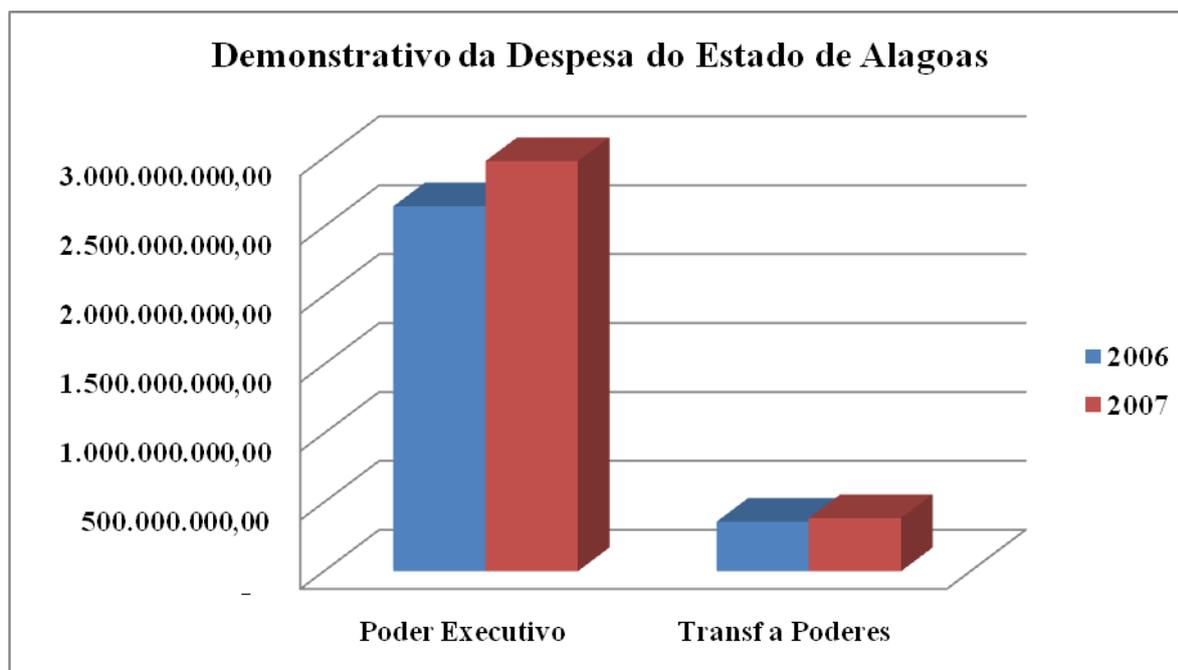
O volume das despesas orçamentárias do Tesouro Estadual, em 2007, apontou um incremento de 11,84% em relação a 2006. Mesmo com

redução no item de gastos custeio/investimento, ocorreu incremento nos gastos com pessoal.

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO ESTADO  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

DESPESAS	ANOS		Variação (%) 2007/2006*
	2006	2007	
<b>Poder Executivo</b>	<b>2.647.301.498,00</b>	<b>2.976.174.765,48</b>	<b>12,42</b>
Pessoal	1.252.172.418,28	1.540.299.542,44	23,01
Custeio/Investimento	454.695.191,72	330.363.145,97	-27,34
Transf a Municípios	336.815.578,70	407.190.890,71	20,89
Fundeb/Liquido*	222.583.368,80	263.112.837,88	18,21
Serviço da Dívida	381.034.940,50	435.208.348,48	14,22
<b>Transf a Poderes</b>	<b>358.627.485,56</b>	<b>385.775.383,92</b>	<b>7,57</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>3.005.928.983,56</b>	<b>3.361.950.149,40*</b>	<b>11,84</b>

Fonte : Sefaz  
\*Nominal  
\*Inclui modificações ocorridos no cálculo do FUNDEB (SEFAZ,AL)  
\* A partir de 2007 o Fundef passou a ser o Fundeb



**DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO MENSAL DA RECEITA PRÓPRIA  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

MÊS	RECEITA PRÓPRIA (em R\$1.00)									
	ICMS	VAR. (%) 2007/2006	IPVA	VAR. (%) 2007/2006	IR	VAR. (%) 2007/2006	OUTRAS	VAR. (%) 2007/2006	TOTAL	VAR. (%) 2007/2006
<b>2006</b>										
JANEIRO	115.248.696,61	-	2.094.045,82	-	-	-	4.117.075,92	-	121.459.818,35	-
FEVEREIRO	91.859.660,57	-	4.610.161,75	-	-	-	4.068.066,49	-	100.537.888,81	-
MARÇO	89.773.903,35	-	6.010.908,12	-	-	-	3.444.852,22	-	99.229.663,69	-
ABRIL	100.700.538,10	-	5.150.306,93	-	-	-	3.182.075,93	-	109.032.920,96	-
MAIO	123.446.846,15	-	5.823.823,98	-	-	-	4.229.693,10	-	133.500.363,23	-
JUNHO	96.135.391,25	-	4.861.779,23	-	-	-	3.042.460,45	-	104.039.630,93	-
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>617.165.036,03</b>	<b>-</b>	<b>28.551.025,83</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.084.224,11</b>	<b>-</b>	<b>667.800.285,97</b>	<b>-</b>
JULHO	92.261.305,01	-	6.377.270,81	-	-	-	59.519.483,95	-	158.158.059,77	-
AGOSTO	100.413.744,40	-	11.035.365,41	-	-	-	3.701.921,91	-	115.151.031,72	-
SETEMBRO	94.139.843,49	-	9.387.708,00	-	-	-	3.338.580,95	-	106.866.132,44	-
OUTUBRO	133.497.316,93	-	6.344.483,85	-	-	-	5.090.909,47	-	144.932.710,25	-
NOVEMBRO	118.020.560,77	-	3.502.143,95	-	-	-	5.322.183,35	-	126.844.888,07	-
DEZEMBRO	125.746.295,36	-	1.933.707,29	-	-	-	7.518.537,93	-	135.198.540,58	-
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>664.079.065,96</b>	<b>-</b>	<b>38.580.679,31</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>84.491.617,56</b>	<b>-</b>	<b>787.151.362,83</b>	<b>-</b>
<b>ANUAL</b>	<b>1.281.244.101,99</b>	<b>-</b>	<b>67.131.705,14</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>106.575.841,67</b>	<b>-</b>	<b>1.454.951.648,80</b>	<b>-</b>
<b>2007</b>										
JANEIRO	128.623.145,20	11,60	2.372.651,80	13,30	6.440.446,23	-	5.402.997,43	31,23	142.839.240,66	17,60
FEVEREIRO	111.118.220,61	20,97	3.649.344,51	-20,84	5.911.162,37	-	4.634.089,24	13,91	125.312.816,73	24,64
MARÇO	101.476.222,14	13,04	5.906.149,51	-1,74	6.368.824,65	-	4.856.741,73	40,99	118.607.938,03	19,53
ABRIL	91.961.748,47	-8,68	6.306.076,31	22,44	6.774.651,49	-	4.497.824,53	41,35	109.540.300,80	0,47
MAIO	99.426.782,18	-19,46	7.636.473,52	31,12	6.472.894,50	-	3.959.639,35	-6,38	117.495.789,55	-11,99
JUNHO	104.503.340,67	8,70	7.461.787,41	53,48	6.441.032,16	-	5.304.169,66	74,34	123.710.329,90	18,91
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>637.109.459,27</b>	<b>3,23</b>	<b>33.332.483,06</b>	<b>16,75</b>	<b>38.409.011,40</b>	<b>-</b>	<b>28.655.461,94</b>	<b>29,76</b>	<b>737.506.415,67</b>	<b>10,44</b>
JULHO	117.150.567,39	26,98	7.724.155,98	21,12	7.032.012,26	-	3.455.464,00	-94,19	135.362.199,63	-14,41
AGOSTO	147.646.689,82	47,04	10.887.804,61	-1,34	7.269.846,15	-	3.705.228,23	0,09	169.509.568,81	47,21
SETEMBRO	114.321.468,02	21,44	10.829.583,73	15,36	7.562.547,17	-	3.245.747,80	-2,78	135.959.346,72	27,22
OUTUBRO	115.462.749,08	-13,51	7.235.037,86	14,04	8.321.917,40	-	3.169.978,77	-37,73	134.189.683,11	-7,41
NOVEMBRO	140.251.173,89	18,84	3.911.493,51	11,69	8.635.198,92	-	5.465.267,69	2,69	158.263.134,01	24,77
DEZEMBRO	129.853.812,02	3,27	2.359.319,40	22,01	16.637.430,46	-	4.642.300,40	-38,26	153.492.862,28	13,53
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>764.686.460,22</b>	<b>15,15</b>	<b>42.947.395,09</b>	<b>11,32</b>	<b>55.458.952,36</b>	<b>-</b>	<b>23.683.986,89</b>	<b>-71,97</b>	<b>886.776.794,56</b>	<b>12,66</b>
<b>ANUAL</b>	<b>1.401.795.919,49</b>	<b>9,41</b>	<b>76.279.878,15</b>	<b>13,63</b>	<b>93.867.963,76</b>	<b>-</b>	<b>52.339.448,83</b>	<b>-50,89</b>	<b>1.624.283.210,23</b>	<b>11,64</b>

Fonte: Sefaz.

**DEMONSTRATIVO MENSAL DAS TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

MÊS	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS (em R\$1,00)							
	FPE	VAR. (%) 2007/2006	IR	VAR. (%) 2007/2006	OUTRAS	VAR. (%) 2007/2006	TOTAL	VAR. (%) 2007/2006
<b>2006</b>								
JANEIRO	126.141.693,37	-	5.347.873,71	-	17.574.395,57	-	149.063.962,65	-
FEVEREIRO	108.491.461,04	-	4.659.012,80	-	5.300.173,55	-	118.450.647,39	-
MARÇO	102.497.429,37	-	4.807.834,45	-	5.499.939,46	-	112.805.203,28	-
ABRIL	115.394.428,96	-	5.258.965,68	-	9.584.156,16	-	130.237.550,80	-
MAIO	126.643.341,74	-	5.387.235,59	-	6.734.666,95	-	138.765.244,28	-
JUNHO	123.246.715,69	-	5.423.846,10	-	10.224.441,94	-	138.895.003,73	-
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>702.415.070,17</b>	-	<b>30.884.768,33</b>	-	<b>54.917.773,63</b>	-	<b>788.217.612,13</b>	-
JULHO	110.435.176,42	-	6.033.558,06	-	14.210.732,86	-	130.679.467,34	-
AGOSTO	111.733.374,19	-	6.383.759,11	-	6.941.381,74	-	125.058.515,04	-
SETEMBRO	103.812.703,28	-	5.916.827,10	-	7.231.093,89	-	116.960.624,27	-
OUTUBRO	94.075.155,32	-	6.172.496,88	-	13.563.956,90	-	113.811.609,10	-
NOVEMBRO	115.865.873,31	-	6.252.794,29	-	30.748.505,19	-	152.867.172,79	-
DEZEMBRO	140.902.714,80	-	7.692.381,71	-	30.799.812,37	-	179.394.908,88	-
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>676.824.997,32</b>	-	<b>38.451.817,15</b>	-	<b>103.495.482,95</b>	-	<b>818.772.297,42</b>	-
<b>ANUAL</b>	<b>1.379.240.067,49</b>	-	<b>69.336.585,48</b>	-	<b>158.413.256,58</b>	-	<b>1.606.989.909,55</b>	-
<b>2007</b>								
JANEIRO	125.361.506,40	-0,62	-	-	12.301.830,42	-30,00	137.663.336,82	-7,65
FEVEREIRO	134.727.799,62	24,18	-	-	5.634.208,55	6,30	140.362.008,17	18,50
MARÇO	111.760.085,29	9,04	-	-	18.932.801,75	244,24	130.692.887,04	15,86
ABRIL	138.803.317,39	20,29	-	-	11.974.355,36	24,94	150.777.672,75	15,77
MAIO	143.261.077,73	13,12	-	-	12.556.162,46	86,44	155.817.240,19	12,29
JUNHO	146.351.532,73	18,75	-	-	15.046.293,08	47,16	161.397.825,81	16,20
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>800.265.319,16</b>	<b>13,93</b>	-	-	<b>76.445.651,62</b>	<b>39,20</b>	<b>876.710.970,78</b>	<b>11,23</b>
JULHO	113.832.814,64	3,08	-	-	16.425.666,26	15,59	130.258.480,90	-0,32
AGOSTO	120.093.900,92	7,48	-	-	11.408.098,69	64,35	131.501.999,61	5,15
SETEMBRO	123.666.423,85	19,12	-	-	10.489.661,64	45,06	134.156.085,49	14,70
OUTUBRO	117.026.174,04	24,40	-	-	16.815.955,58	23,98	133.842.129,62	17,60
NOVEMBRO	137.210.744,65	18,42	-	-	10.175.930,52	-66,91	147.386.675,17	-3,59
DEZEMBRO	185.745.990,66	31,83	-	-	10.565.611,59	-65,70	196.311.602,25	9,43
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>797.576.048,76</b>	<b>17,84</b>	-	-	<b>75.880.924,28</b>	<b>-26,68</b>	<b>873.456.973,04</b>	<b>6,68</b>
<b>ANUAL</b>	<b>1.597.841.367,92</b>	<b>15,85</b>	-	-	<b>152.326.575,90</b>	<b>-3,84</b>	<b>1.750.167.943,82</b>	<b>8,91</b>

Fonte: Sefaz.

**DEMONSTRATIVO MENSAL DA DESPESA - PODER EXECUTIVO**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

MÊS	DESPESA (em R\$1,00)					
	PESSOAL (1)	CUSTEIO/ IN-VESTIMENTO	TRANSF. A MUNICIPIO (2)	FUNDEF/ LÍQUIDO	SERVIÇO DA DÍVIDA	TOTAL
<b>2006</b>						
JANEIRO	94.071.279,09	792.731,10	34.379.130,94	28.394.355,60	39.452.553,52	197.090.050,25
FEVEIRO	92.324.064,81	40.778.666,79	21.622.067,41	15.533.646,72	22.882.867,76	193.141.313,49
MARÇO	95.376.482,82	37.438.275,96	26.169.082,93	10.562.690,30	24.176.585,81	193.723.117,82
ABRIL	97.660.602,74	43.369.814,14	25.428.602,57	17.982.454,77	36.132.418,99	220.573.893,21
MAIO	100.914.169,86	46.845.581,91	31.616.043,82	21.366.215,60	29.588.196,85	230.330.208,04
JUNHO	101.570.151,60	33.859.624,14	25.557.302,32	16.143.295,25	32.778.823,43	209.909.196,74
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>581.916.750,92</b>	<b>203.084.694,04</b>	<b>164.772.229,99</b>	<b>109.982.658,24</b>	<b>185.011.446,36</b>	<b>1.244.767.779,55</b>
JULHO	105.223.473,28	32.898.570,79	24.314.491,64	15.970.325,93	31.181.683,30	209.588.544,94
AGOSTO	108.288.227,70	56.166.576,08	30.238.578,28	16.743.042,74	25.616.886,16	237.053.310,96
SETEMBRO	105.140.536,31	32.277.936,32	26.470.554,80	15.621.425,23	33.231.044,41	212.741.497,07
OUTUBRO	110.028.778,98	42.468.335,53	28.811.292,89	18.189.136,47	51.287.665,25	250.785.209,12
NOVEMBRO	119.541.502,61	32.114.367,84	34.555.021,03	23.861.364,55	18.688.372,44	228.760.628,47
DEZEMBRO(1)	122.033.088,48	55.684.711,12	27.653.410,07	22.215.415,64	36.017.842,58	263.604.467,89
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>670.255.607,36</b>	<b>251.610.497,68</b>	<b>172.043.348,71</b>	<b>112.600.710,56</b>	<b>196.023.494,14</b>	<b>1.402.533.658,45</b>
<b>ANUAL</b>	<b>1.252.172.358,28</b>	<b>454.695.191,72</b>	<b>336.815.578,70</b>	<b>222.583.368,80</b>	<b>381.034.940,50</b>	<b>2.647.301.438,00</b>
<b>2007</b>						
JANEIRO	114.025.489,47	11.408.467,43	27.190.609,68	15.742.204,09	48.271.000,18	216.637.770,85
FEVEIRO	109.553.950,87	13.222.895,67	29.196.308,16	24.330.283,52	34.800.587,08	211.104.025,30
MARÇO	110.335.900,34	22.928.183,14	34.452.204,03	17.015.530,27	37.074.725,02	221.806.542,80
ABRIL	119.543.342,22	20.871.053,97	26.326.994,81	19.252.794,61	35.765.686,97	221.759.872,58
MAIO	117.892.112,72	23.970.000,00	33.375.090,75	25.134.225,51	30.398.519,63	230.769.948,61
JUNHO	117.961.458,33	23.970.000,00	26.009.907,75	22.357.218,15	38.846.752,87	229.145.337,10
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>689.312.253,95</b>	<b>116.370.600,21</b>	<b>176.551.115,18</b>	<b>123.832.256,15</b>	<b>225.157.271,75</b>	<b>1.331.223.497,24</b>
JULHO	120.829.492,80	19.831.407,00	34.089.499,00	20.957.495,57	28.205.774,00	223.913.668,37
AGOSTO	124.824.365,11	19.729.814,00	43.304.183,00	18.580.463,02	34.964.318,16	241.403.143,29
SETEMBRO	122.225.272,08	21.851.700,00	35.049.438,00	23.745.254,96	37.293.577,09	240.165.242,13
OUTUBRO	121.811.220,78	35.904.309,92	29.934.959,78	21.734.509,57	37.241.925,54	246.626.925,59
NOVEMBRO	124.463.344,50	37.300.115,15	36.191.868,71	21.868.063,25	32.688.699,48	252.512.091,09
DEZEMBRO(1)	236.833.593,22	79.375.199,69	52.069.827,04	32.394.795,36	39.656.782,46	440.330.197,77
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>850.987.288,49</b>	<b>213.992.545,76</b>	<b>230.639.775,53</b>	<b>139.280.581,73</b>	<b>210.051.076,73</b>	<b>1.644.951.268,24</b>
<b>ANUAL</b>	<b>1.540.299.542,44</b>	<b>330.363.145,97</b>	<b>407.190.890,71</b>	<b>263.112.837,88</b>	<b>435.208.348,48</b>	<b>2.976.174.765,48</b>

Fonte: Sefaz.

OBS1: Em dezembro estão incluídos os valores do 13º Salário.

OBS2: Na despesa de pessoal estão incluídos os valores pagos a pensionistas e inativos

**DEMONSTRATIVO MENSAL DA DESPESA  
ALAGOAS  
2006 - 2007**

MÊS	DESPESA (em R\$1,00)		
	TRANSF. A PODERES	PODER EXECUTIVO	TOTAL DA DESPESA
<b>2006</b>			
JANEIRO	29.738.012,49	197.090.050,25	226.828.062,74
FEVEREIRO	29.051.012,49	193.141.313,49	222.192.325,98
MARÇO	29.665.012,49	193.723.117,82	223.388.130,31
ABRIL	30.004.012,49	220.573.953,21	250.577.965,70
MAIO	29.549.012,49	230.330.208,04	259.879.220,53
JUNHO	30.003.012,49	209.909.196,74	239.912.209,23
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>178.010.074,94</b>	<b>1.244.767.839,55</b>	<b>1.422.777.914,49</b>
JULHO	29.779.012,49	209.588.544,94	239.367.557,43
AGOSTO	31.333.012,49	237.053.310,96	268.386.323,45
SETEMBRO	31.509.012,49	212.741.497,07	244.250.509,56
OUTUBRO	26.262.680,33	250.785.209,12	277.047.889,45
NOVEMBRO	30.345.704,16	228.760.628,47	259.106.332,63
DEZEMBRO(1)	31.387.988,66	263.604.467,89	294.992.456,55
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>180.617.410,62</b>	<b>1.402.533.658,45</b>	<b>1.583.151.069,07</b>
<b>ANUAL</b>	<b>358.627.485,56</b>	<b>2.647.301.498,00</b>	<b>3.005.928.983,56</b>
<b>2007</b>			
JANEIRO	32.030.921,00	216.637.770,85	248.668.691,85
FEVEREIRO	31.587.375,31	211.104.025,30	242.691.400,61
MARÇO	32.215.708,67	221.806.542,80	254.022.251,47
ABRIL	32.215.708,67	221.759.872,58	253.975.581,25
MAIO	32.215.708,67	230.769.948,61	262.985.657,28
JUNHO	32.215.708,67	229.145.337,10	261.361.045,77
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>192.481.130,99</b>	<b>1.331.223.497,24</b>	<b>1.523.704.628,23</b>
JULHO	32.215.708,67	223.913.668,37	256.129.377,04
AGOSTO	32.215.708,67	241.403.143,29	273.618.851,96
SETEMBRO	32.215.708,67	240.165.242,13	272.380.950,80
OUTUBRO	32.215.708,67	246.626.925,59	278.842.634,26
NOVEMBRO	32.215.708,67	252.512.091,09	284.727.799,76
DEZEMBRO(1)	32.215.708,67	440.330.197,77	472.545.906,44
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>193.294.252,02</b>	<b>1.644.951.268,24</b>	<b>1.838.245.520,26</b>
<b>ANUAL</b>	<b>385.775.383,01</b>	<b>2.976.174.765,48</b>	<b>3.361.950.148,49</b>

Fonte: Sefaz.

OBS1: Em dezembro estão incluídos os valores do 13º Salário.

OBS2: Na despesa de pessoal estão incluídos os valores pagos a pensionistas e inativos.

## MERCADO DE TRABALHO

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho registrou no país em 2007, a criação de 1.617.392 empregos com carteira assinada cujo resultado é recorde na série histórica iniciada em 1992. Com as novas vagas, o total de empregos formais no país cresceu 5,85% em 2007 comparado a 2006.

O Ministro do Trabalho<sup>89</sup> atribuiu o recorde da geração de empregos formais, ao bom desempenho da economia brasileira. Os setores que mais se destacaram foram: Serviços 587.103 vagas, Comércio 405.091 e Indústria 394.584.

Em Alagoas, o mercado de trabalho apresentou nos primeiros quatro meses de 2007, variação negativa no que se refere a admissões e desligamentos, tendo como principal fator, a entressafra do segmento sucroalcooleiro e redução de vendas provocada pelo término da etapa de festas de final de ano. No entanto, tal redução foi compensada pelo desempenho positivo de maio a outubro, com especial registro para o mês de setembro, com aumento de 12,46%, motivado por contratações do início de safra do segmento sucroalcooleiro, além do período que antecede as comemorações de final de ano, aliado ao aumento do número de visitantes atraídos principalmente pelo turismo de sol e mar.

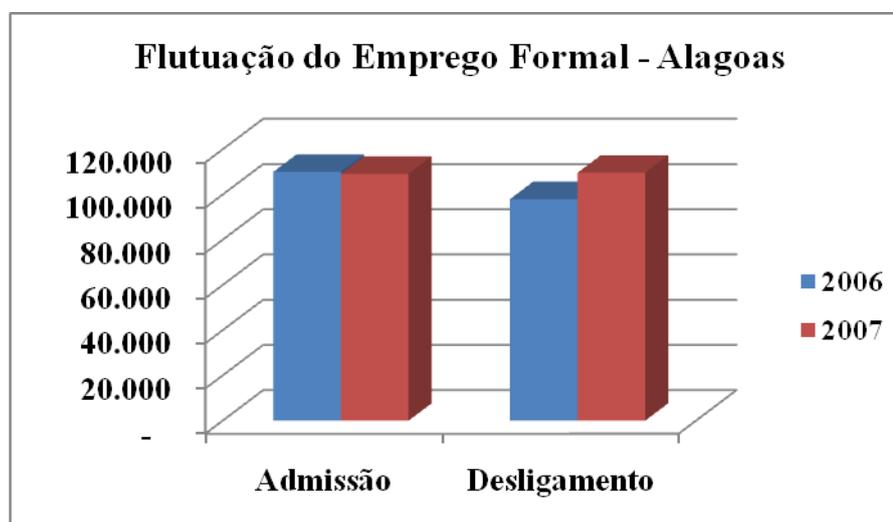
### FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL

#### ALAGOAS

2006 - 2007

SITUAÇÃO	ANOS		Variação (%) 2007/2006
	2006	2007	
ADMISSÃO	110.055	109.173	-0,80
DESLIGAMENTO	98.000	109.678	11,92

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Lei nº 4.923/65. Ministério do Trabalho  
NOTA: Dados trabalhados pela SEPLAN/SUPEGI



<sup>89</sup> Carlos Lupi

**FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

Mês	Admissão	Desligamento	Saldo
<b>2006</b>			
JANEIRO	5.506	9.491	-3.985
FEVEREIRO	4.758	15.908	-11.150
MARÇO	4.408	19.030	-14.622
ABRIL	5.215	7.275	-2.060
MAIO	7.088	5.345	1.743
JUNHO	6.794	4.714	2.080
JULHO	7.433	4.595	2.838
AGOSTO	8.581	7.122	1.459
SETEMBRO	32.909	5.220	27.689
OUTUBRO	14.870	6.227	8.643
NOVEMBRO	7.289	6.150	1.139
DEZEMBRO	5.204	6.923	-1.719
<b>TOTAL</b>	<b>110.055</b>	<b>98.000</b>	<b>12.055</b>
<b>2007</b>			
JANEIRO	6.858	9.420	-2.562
FEVEREIRO	4.704	15.601	-10.897
MARÇO	5.162	21.707	-16.545
ABRIL	6.388	13.180	-6.792
MAIO	6.505	6.026	479
JUNHO	6.512	5.165	1.347
JULHO	8.225	5.116	3.109
AGOSTO	7.609	7.109	500
SETEMBRO	34.553	5.057	29.496
OUTUBRO	10.692	6.886	3.806
NOVEMBRO	6.722	7.678	-956
DEZEMBRO	5.243	6.733	-1.490
<b>TOTAL</b>	<b>109.173</b>	<b>109.678</b>	<b>-505,00</b>

Fonte: Ministério do Trabalho - Caged

**FLUTUAÇÃO MENSAL DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA**  
**ADMISSÕES**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

MÊS	ADMISSÕES								
	EX. MIN.	IND. TRANS	S.I.U.P.	CONST CIVIL	COM.	SERV.	ADM. PUB.	AGROP. SILV.	TODAS AS ATIVIDADES
<b>2006</b>									
JANEIRO	31	1.136	11	915	1.437	1.696	6	274	5.506
FEVEREIRO	6	471	58	966	1.491	1.529	12	225	4.758
MARÇO	10	456	79	748	1.365	1.578	22	150	4.408
ABRIL	7	1.345	31	829	1.388	1.344	2	269	5.215
MAIO	32	3.087	78	768	1.301	1.573	0	249	7.088
JUNHO	8	2.484	75	612	1.740	1.428	4	443	6.794
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>94</b>	<b>8.979</b>	<b>332</b>	<b>4.838</b>	<b>8.722</b>	<b>9.148</b>	<b>46</b>	<b>1.610</b>	<b>33.769</b>
JULHO	11	2.343	41	846	1.924	1.673	5	590	7.433
AGOSTO	8	3.637	21	663	2.020	1.796	4	432	8.581
SETEMBRO	11	28.523	18	741	1.446	1.695	0	475	32.909
OUTUBRO	9	10.146	15	701	1.751	1.512	4	732	14.870
NOVEMBRO	6	2.403	50	507	2.290	1.469	5	559	7.289
DEZEMBRO	12	1.853	56	393	1.686	1.034	2	168	5.204
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>57</b>	<b>48.905</b>	<b>201</b>	<b>3.851</b>	<b>11.117</b>	<b>9.179</b>	<b>20</b>	<b>2.956</b>	<b>76.286</b>
<b>TOTAL</b>	<b>151</b>	<b>57.884</b>	<b>533</b>	<b>8.689</b>	<b>19.839</b>	<b>18.327</b>	<b>66</b>	<b>4.566</b>	<b>110.055</b>
<b>2007</b>									
JANEIRO	8	2.508	103	808	1.529	1.721	2	179	6.858
FEVEREIRO	9	613	93	721	1.371	1.759	0	138	4.704
MARÇO	1	783	41	1.010	1.447	1.731	2	147	5.162
ABRIL	4	2.060	51	1.091	1.397	1.541	6	238	6.388
MAIO	4	1.831	25	1.021	1.385	1.938	3	298	6.505
JUNHO	14	2.297	82	617	1.605	1.404	6	487	6.512
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>40</b>	<b>10.092</b>	<b>395</b>	<b>5.268</b>	<b>8.734</b>	<b>10.094</b>	<b>19</b>	<b>1.487</b>	<b>36.129</b>
JULHO	44	2.417	76	809	2.788	1.490	7	594	8.225
AGOSTO	21	3.384	86	739	1.366	1.750	0	263	7.609
SETEMBRO	27	29.490	58	952	1.665	1.842	11	508	34.553
OUTUBRO	29	5.861	65	888	1.777	1.546	6	520	10.692
NOVEMBRO	29	2.351	40	742	2.026	1.259	2	273	6.722
DEZEMBRO	11	1.681	123	461	1.444	1.197	10	316	5.243
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>161</b>	<b>45.184</b>	<b>448</b>	<b>4.591</b>	<b>11.066</b>	<b>9.084</b>	<b>36</b>	<b>2.474</b>	<b>73.044</b>
<b>TOTAL</b>	<b>201</b>	<b>55.276</b>	<b>843</b>	<b>9.859</b>	<b>19.800</b>	<b>19.178</b>	<b>55</b>	<b>3.961</b>	<b>109.173</b>

FONTE: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei n.º 4.923/65 . Ministério do Trabalho

NOTA:

EX. MIN.  
 IND. TRANS.  
 S.I.U.P.  
 CONST. CIVIL

EXTRATIVA MINERAL  
 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO  
 SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA  
 CONSTRUÇÃO CIVIL

COM. SERV.  
 ADM. PÚB.  
 AGROP. SILV.

COMÉRCIO  
 SERVIÇOS  
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
 AGROPECUÁRIA, SILVICULTURA, PESCA, ETC.

**FLUTUAÇÃO MENSAL DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA**  
**DESLIGAMENTOS**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

MÊS	DESLIGAMENTOS								
	EX. MIN.	IND. TRANS	S.I.U.P.	CONST CIVIL	COM.	SERV.	ADM. PUB.	AGROP. SILV.	TODAS AS ATIVIDADES
<b>2006</b>									
JANEIRO	4	5.664	68	655	1.305	1.338	3	454	9.491
FEVEREIRO	2	12.255	34	669	1.143	1.259	6	540	15.908
MARÇO	1	14.623	20	913	1.353	1.553	3	564	19.030
ABRIL	8	3.784	22	664	1.167	1.202	6	422	7.275
MAIO	6	1.293	23	1.230	1.217	1.340	10	226	5.345
JUNHO	4	1.032	36	1.010	1.311	1.105	3	213	4.714
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>25</b>	<b>38651</b>	<b>203</b>	<b>5141</b>	<b>7496</b>	<b>7797</b>	<b>31</b>	<b>2419</b>	<b>61763</b>
JULHO	10	882	41	916	1.207	1.314	1	224	4.595
AGOSTO	3	1.780	15	779	1.944	2.106	4	491	7.122
SETEMBRO	3	1580	16	713	1.183	1.307	9	409	5.220
OUTUBRO	6	2.879	57	625	1.197	1.196	14	253	6.227
NOVEMBRO	13	2.628	51	647	1.227	1.286	5	293	6.150
DEZEMBRO	5	2.572	55	710	2.078	1.150	4	349	6.923
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>40</b>	<b>12.321</b>	<b>235</b>	<b>4.390</b>	<b>8.836</b>	<b>8.359</b>	<b>37</b>	<b>2.019</b>	<b>36.237</b>
<b>TOTAL</b>	<b>65</b>	<b>50.972</b>	<b>438</b>	<b>9.531</b>	<b>16.332</b>	<b>16.156</b>	<b>68</b>	<b>4.438</b>	<b>98.000</b>
<b>2007</b>									
JANEIRO	10	4.763	30	848	1.721	1.584	5	459	9.420
FEVEREIRO	6	11.483	31	611	1.334	1.632	6	498	15.601
MARÇO	6	17.272	28	683	1.589	1.481	2	646	21.707
ABRIL	25	9.000	36	1.009	1.338	1.335	17	420	13.180
MAIO	8	1.284	12	1.550	1.429	1.486	3	254	6.026
JUNHO	10	1.049	24	771	1.329	1.624	17	341	5.165
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>65</b>	<b>44851</b>	<b>161</b>	<b>5472</b>	<b>8740</b>	<b>9142</b>	<b>50</b>	<b>2618</b>	<b>71099</b>
JULHO	2	1.099	36	910	1.326	1.498	7	238	5.116
AGOSTO	9	2.417	36	687	2.241	1.408	5	306	7.109
SETEMBRO	2	1058	23	743	1.413	1.345	18	455	5.057
OUTUBRO	13	3.160	43	765	1.368	1.291	2	244	6.886
NOVEMBRO	7	3.758	94	819	1.334	1.391	3	272	7.678
DEZEMBRO	13	2.907	25	600	1.649	1.271	8	260	6.733
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>46</b>	<b>14.399</b>	<b>257</b>	<b>4.524</b>	<b>9.331</b>	<b>8.204</b>	<b>43</b>	<b>1.775</b>	<b>38.579</b>
<b>TOTAL</b>	<b>111</b>	<b>59.250</b>	<b>418</b>	<b>9.996</b>	<b>18.071</b>	<b>17.346</b>	<b>93</b>	<b>4.393</b>	<b>109.678</b>

FONTE: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei n.º 4.923/65 . Ministério do Trabalho

NOTA:

EX. MIN.  
IND. TRANS.  
S.I.U.P.  
CONST. CIVIL

EXTRATIVA MINERAL  
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO  
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA  
CONSTRUÇÃO CIVIL

COM.  
SERV.  
ADM. PÚB.  
AGROP. SILV.

COMÉRCIO  
SERVIÇOS  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
AGROPECUÁRIA, SILVICULTURA, PESCA, ETC

**FLUTUAÇÃO MENSAL DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA**  
**VARIÇÃO**  
**ALAGOAS**  
**2006 - 2007**

MÊS	VARIÇÃO								
	EX. MIN.	IND. TRANS	S.I.U.P.	CONST CIVIL	COM.	SERV.	ADM. PUB.	AGROP. SILV.	TODAS AS ATIVIDADES
<b>2006</b>									
JANEIRO	3,84	-4,74	-1,70	2,31	0,30	0,51	0,03	-1,79	-1,62
FEVEREIRO	0,55	-12,94	0,73	2,56	0,78	0,38	0,06	-3,15	-4,59
MARÇO	1,22	-17,87	1,78	-1,38	0,03	0,04	0,18	-4,26	-6,31
ABRIL	-0,13	-3,74	0,27	1,39	0,49	0,20	-0,04	-1,64	-0,95
MAIO	3,50	2,86	1,63	-3,75	0,19	0,33	-0,09	0,25	0,81
JUNHO	0,52	2,25	1,13	-3,29	0,95	0,45	0,01	2,49	0,95
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>9,5</b>	<b>-34,18</b>	<b>3,84</b>	<b>-2,16</b>	<b>2,74</b>	<b>1,91</b>	<b>0,15</b>	<b>-8,1</b>	<b>-11,71</b>
JULHO	0,13	2,21	0,00	-0,58	1,57	0,50	0,04	3,86	1,29
AGOSTO	0,65	2,75	0,17	-0,94	0,16	-0,43	0,00	-0,58	0,65
SETEMBRO	1,03	38,84	0,06	0,23	0,56	0,54	-0,08	0,67	12,27
OUTUBRO	0,38	7,54	-1,21	0,61	1,18	0,43	-0,09	4,81	3,41
NOVEMBRO	-0,89	-0,22	-0,03	-1,10	2,23	0,25	0,00	2,53	0,43
DEZEMBRO	0,89	-0,70	0,03	-2,47	-0,80	-0,16	-0,02	-1,67	-0,65
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>2,19</b>	<b>50,42</b>	<b>-0,98</b>	<b>-4,25</b>	<b>4,90</b>	<b>1,13</b>	<b>-0,15</b>	<b>9,62</b>	<b>17,40</b>
<b>TOTAL</b>	<b>11,69</b>	<b>16,24</b>	<b>2,86</b>	<b>-6,41</b>	<b>7,64</b>	<b>3,04</b>	<b>0,00</b>	<b>1,52</b>	<b>5,69</b>
<b>2007</b>									
JANEIRO	-0,20	-2,22	1,94	-0,30	-0,38	0,18	-0,04	-2,41	-0,96
FEVEREIRO	0,30	-10,92	1,61	0,81	0,07	0,17	-0,08	-3,16	-4,14
MARÇO	-0,51	-18,60	0,33	2,38	-0,28	0,33	0,00	-4,50	-6,54
ABRIL	-2,14	-9,62	0,38	0,58	0,12	0,27	-0,15	-1,71	-2,87
MAIO	-0,42	0,84	0,33	-3,70	-0,09	0,58	0,00	0,42	0,21
JUNHO	0,42	1,90	1,47	-1,11	0,55	-0,28	-0,15	1,38	0,58
<b>1º SEMESTRE</b>	<b>-2,55</b>	<b>-38,62</b>	<b>6,06</b>	<b>-1,34</b>	<b>-0,01</b>	<b>1,25</b>	<b>-0,42</b>	<b>-9,98</b>	<b>-13,72</b>
JULHO	4,36	1,97	1,00	-0,73	2,90	-0,01	0,00	3,32	1,34
AGOSTO	1,19	1,41	1,24	0,37	-1,69	0,44	-0,07	-0,39	0,21
SETEMBRO	2,46	40,99	0,86	1,47	0,49	0,63	-0,09	0,48	12,46
OUTUBRO	1,53	2,76	0,53	0,85	0,80	0,32	0,05	2,49	1,43
NOVEMBRO	2,08	-1,40	-1,30	-0,52	1,33	-0,17	-0,01	0,01	-0,35
DEZEMBRO	-0,19	-1,24	2,39	-0,95	-0,39	-0,09	0,03	0,49	-0,55
<b>2º SEMESTRE</b>	<b>11,43</b>	<b>44,49</b>	<b>4,72</b>	<b>0,49</b>	<b>3,44</b>	<b>1,12</b>	<b>-0,09</b>	<b>6,40</b>	<b>14,54</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8,88</b>	<b>5,87</b>	<b>10,78</b>	<b>-0,85</b>	<b>3,43</b>	<b>2,37</b>	<b>-0,51</b>	<b>-3,58</b>	<b>0,82</b>

FONTE: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei n.º 4.923/65 . Ministério do Trabalho

NOTA:

EX. MIN.  
 IND. TRANS.  
 S.I.U.P.  
 CONST. CIVIL

EXTRATIVA MINERAL  
 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO  
 SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA  
 CONSTRUÇÃO CIVIL

COM.  
 SERV.  
 ADM. PÚB.  
 AGROP.  
 SILV.

COMÉRCIO  
 SERVIÇOS  
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
 AGROPECUÁRIA, SILVICULTURA, PESCA, ETC.

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NO INFORMATIVO CONJUNTURAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS

O Informativo Conjuntural do Estado de Alagoas, editado pela Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento (SEPLAN), aceita colaborações originais em português, sob a forma de artigo versando sobre a Conjuntura Econômica de Alagoas.

Padrão para elaboração de artigos:

- Publicação com no máximo 10 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências.
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone.
- Cópia impressa e arquivo eletrônico, editado em Word, que devem ser entregues à SEPLAN, ou cópia eletrônica enviada para o e-mail: [informativo.conjuntural@planejamento.al.gov.br](mailto:informativo.conjuntural@planejamento.al.gov.br).
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto.
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial.
- Citações de acordo com a NBR 10520 da ABNT<sup>90</sup>.
- Referências segundo a norma NBR 6023 da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da SEPLAN.

---

<sup>90</sup> Até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; a partir de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 4cm, fonte 10, sem aspas.



Secretaria de Estado  
do Planejamento e  
do Orçamento

